



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

## ATA Nº 3/2014

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO 2014

### **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO**

**António Luís Miranda dos Santos Serra**

### **SECRETÁRIOS:**

**1.º Secretário – Carina Marques Rocha Fernandes**

**2.º Secretário – Sandra Simões Tomás**

### **FALTARAM:**

**Manuel Joaquim Fogueiro Rito**

### **JUSTIFICARAM A FALTA:**

**Manuel Augusto Meirinho Martins – Presidente da Assembleia**

**José Maria Canaveira Manso Ivo Portela** *(substituído por Nuno Alexandre Sanches Teixeira)*

**Celino Augusto** *(substituído por Fernando Augusto Batista Lopes)*

**Sara Ramos Bilo**

### **HORA DE ABERTURA:**

**Dezassete horas e dez minutos**

### **LOCAL:**

**Museu Auditório Municipal**



k

Às dezassete horas e dez minutos, dado haver quórum, o Senhor **António Luís Miranda dos Santos Serra** informou da impossibilidade do Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Augusto Meirinho Martins, dirigir os trabalhos na presente Sessão, por falecimento do Presidente do Conselho de Escola do ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Instituto em que também desempenha as funções de Presidente pelo que, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, iria presidir os trabalhos da presente Sessão. De seguida convidou os Membros Carina Marques Rocha Fernandes e Sandra Simões Tomás (em virtude de Sara Ramos Bilo, não poder comparecer à presente Sessão, por motivos de saúde) para integrarem a Mesa da Assembleia, ocupando os lugares de 1.º e 2.º Secretário, respetivamente. -----

Estando constituída a Mesa da Assembleia, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal em exercício**, depois de cumprimentar os Membros da Assembleia, o Executivo Municipal, o Pessoal de Apoio e o Público presente, declarou aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**PONTO 1** -----

**1.1 DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE ABRIL DE 2014** -----

Tomando a palavra, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** disse ter sido enviada a ata da sessão ordinária de **27 de dezembro de 2013** apenas para conhecimento, em virtude de a mesma ter sido objeto de votação na Sessão realizada no dia 28 de fevereiro de 2014. Contudo, referiu que seria tido em conta as considerações que algum Membro tivesse a fazer. Assim, na sequência de inscrição, foi dada a palavra ao Membro da Assembleia Carlos Luiz que, após ter cumprimentado os presentes, disse que, na página 26 da ata em apreço, a sua intervenção estava correta quando referia ter sido coautor do Projeto-Lei n.º 530/8. No entanto, na página 28, na intervenção do Senhor Presidente da Câmara, era referido ser também responsável pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Essa referência não estava correta, pois apenas era coautor do Projeto-Lei n.º 530/8, diploma muito idêntico à Lei n.º 75/2013. Assim, pediu que fosse feita essa correção. Em resposta, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** disse que iria ser feita a respetiva correção e voltaria à Assembleia para conhecimento. -----

Município de Sabugal



De seguida e depois de feitas as alterações e correções pelos Senhores Membros da Assembleia Joaquim Carreto e Luís Gonçalves à ata da sessão realizada no dia 21 de abril de 2014, foi dada a palavra ao **Membro da Assembleia Maria João Perre** que, após ter cumprimentado os presentes, disse ter lido a ata na transversal e, dirigindo-se ao Membro da Assembleia Joaquim Carreto, pediu desculpa porque estaria “*desgraçada*” se tivesse de escrever ao abrigo do novo acordo ortográfico. Disse pretender fazer apenas um esclarecimento pois, em sessão anterior, tinha referido não ser Política, mas deveria ter dito não ser política de formação. Assim, disse que a vez em que estivera mais próxima da política tinha sido numa cadeira na Faculdade de Políticas Sociais, o que não queria dizer que não estivesse a aprender com os Membros da Assembleia a estar na política. Disse ainda que, quando ouvia colegas dizerem que estavam, há dezassete anos, na política, esses sim eram políticos, de alma e coração. Estava a aprender e tinha imensa pena das pessoas que não assumiam que não sabiam tudo! Disse ter estado a almoçar com um grande amigo seu, que estava na política, com quem continuava a aprender, e esta Assembleia e as gentes do Sabugal serviam para estar a aprender. Para finalizar disse: “*Estou a aprender a estar na política, não sou política ainda*”. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal em exercício** disse que a última intervenção não tinha a ver com o assunto em análise, mas ficaria o registo da intervenção. Assim, colocou à votação a ata da sessão de 21 de abril de 2014, com as alterações feitas pelos Senhores Membros da Assembleia Joaquim Carreto e Luís Gonçalves, tendo sido aprovada, por maioria, com duas abstenções. -----

**PONTO 2** -----

**EXPEDIENTE** -----

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu conhecimento do seguinte expediente: -----

- Ofício da Assembleia Municipal de Seia a enviar a **Moção – Pela Defesa do Serviço Nacional de Saúde** aprovada em sessão realizada no dia 28-04-2014; -----
- Ofício-Circular da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre as celebrações do **30.º aniversário da Associação** que tiveram lugar no dia 20 de maio; -----



M

- Ofício da Assembleia de Freguesia de Soito, Concelho de Sabugal a solicitar a **realização da sessão da Assembleia Municipal de Setembro, no Soito**, mais propriamente na Santa Casa da Misericórdia do Soito; -----
- Ofício da Junta de Freguesia de Rebolosa a convidar a Mesa da Assembleia a assistir ao 12.º **Festival/Encontro de Acordeonistas e Tocadores de Realejo do Concelho**, a realizar no dia 06 de julho do corrente ano, pelas 15:00 horas, no Largo de Santa Catarina; -----
- **Justificação de falta**, à presente Sessão, apresentada por José Maria Canaveira Manso Ivo Portela; -----
- **Justificação de falta**, à presente Sessão, apresentada por Sara Ramos Bilo; -----
- **Justificação de falta**, à presente Sessão, apresentada por Celino Augusto; -----
- **Justificação de falta**, à presente Sessão, apresentada pelo Senhor Vereador António José Gonçalves dos Santos Vaz; -----
- Ofício da União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos a informar da **impossibilidade de comparecer na presente Sessão**, fazendo-se representar pelo secretário José Joaquim Gomes Nobre. -----

Finda a leitura do expediente, informou da apresentação à Mesa da Assembleia de duas Moções: uma apresentada pelo Grupo da CDU (Moção A) e outra apresentada pelo Grupo do Partido Socialista (Moção B). De seguida, deu a palavra à 1.ª Secretária para proceder à leitura das Moções, que a seguir se transcrevem: -----

**Moção A** -----  
 -----  
 -----**MOÇÃO**-----

*O processo de encerramento das escolas do 1º Ciclo, por todo o país, já vem de longe. São os seguintes os resultados dos sucessivos Ministros da Educação que nunca têm em conta os interesses dos alunos e das populações, embora afirmem o contrário:* -----



17

David Justino – 472 escolas encerradas -----

Maria de Lurdes Rodrigues – 2500 escolas encerradas -----

Isabel Alçada – 711 escolas encerradas -----

Nuno Crato – 500+311 escolas encerradas -----

No próximo ano letivo, no concelho do Sabugal, mais uma Escola do 1º Ciclo vai deixar de estar aberta, a Escola do 1º Ciclo de Santo Estêvão. Esta Escola é a que tem dado resposta às crianças de uma parte bastante significativa da zona sul do concelho (Malcata, Santo Estêvão, Terreiro das Bruxas, Moita e até Vale da Sr.ª da Póvoa). -----

O Ministério da Educação, com este encerramento, não toma em consideração os reais prejuízos que provoca nos alunos (que têm que se levantar cedo e chegar a casa tardíssimo), nem nos encarregados de educação (que têm que reorganizar as suas vidas, em função da nova situação criada). Tudo se resume a critérios meramente economicistas. -----

Deve ainda ter-se em consideração que a Escola do 1º Ciclo de Santo Estêvão tem as condições ideais para colher os alunos, não se vislumbrando que a Escola para onde os alunos vão ser transferidos, tenha melhores condições. -----

O Ministério da Educação não entrou em concertação nenhuma com a Câmara Municipal, nem com os representantes dos alunos e representantes das Juntas de Freguesia das localidades onde os alunos estudavam. Foi um processo de imposição, o qual é inadmissível em democracia. -----

Por tudo o que foi supra exposto, a Assembleia Municipal do Sabugal, reunida em Sessão Ordinária, no dia 30 de junho de 2014, delibera:-----

-Manifestar o seu repúdio pela retirada de mais um serviço público ao concelho;-----

-Manifestar apoio às populações, pais, alunos e membros das Juntas de Freguesia que se manifestaram contra este encerramento;-----

-Instar o Ministério da Educação a entrar num verdadeiro diálogo com os interessados, nomeadamente os autarcas e os pais dos alunos, de modo a que os critérios de encerramento das escolas tenham em conta os interesses das populações, e não sejam, meramente, economicistas. -----



M7

Sabugal, 30 de junho de 2014 -----

O Grupo da CDU na Assembleia Municipal do Sabugal: -----

João Carlos Tabora Manata -----

João Manuel Aristides Duarte". -----

De seguida, foi aberto um período de inscrições para intervir relativamente à Moção A. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

**Nuno Teixeira**, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, começou por dizer que iria votar favoravelmente à Moção porque, para além de estar diretamente relacionada com a sua atividade profissional, prejudicava-os muito, principalmente àqueles que gostariam de um dia poder vir trabalhar para o interior, como era o seu caso. Era contra qualquer encerramento de instituições no interior, no caso concreto, das escolas e por isso votaria favoravelmente esta Moção. -----

**João Manata**, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse ter ouvido na televisão o Senhor Ministro da Educação, Nuno Crato, dizer que o encerramento das escolas era para o benefício das crianças. Exemplificou dizendo que uma criança que antes se levantava às sete, passava a levantar-se às seis e era considerada como beneficiada, porque o “*levantar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer!*”. Considerou ser de um cinismo atroz. Para finalizar disse que ou corriam com este Governo, ou este Governo corria com todos e, nesta última hipótese, no interior não ficaria ninguém. -----

**Presidente da União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba**, depois de cumprimentar os presentes, disse ter de intervir por razões profissionais e pessoais. Obviamente votaria favoravelmente à Moção, mas a sua aprovação não deveria ficar apenas pela Assembleia. Havia condições para irem mais longe, sugerindo ao Senhor Presidente da Câmara que assegurasse o pagamento do professor de Santo Estêvão, mantendo a escola em funcionamento, desafiando assim o Ministério da Educação. Encerrar uma escola era muito triste e deveria haver uma resposta real para que o Ministério da Educação se apercebesse do que estava a ser feito no interior. -----

Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou a **Moção A** à votação, tendo sido **aprovada**, por unanimidade. -----

**Moção B** -----

Município de Sabugal



17

-----“RECOMENDAÇÃO AO GOVERNO RELATIVA À NOVA REGULAMENTAÇÃO DA PAC -----

A União Europeia acaba de estabelecer o acordo que contém as regras de aplicação e o envelope financeiro, global e por Estado-membro, da Política Agrícola Comum (PAC), para o período 2014/20, que representa para Portugal cerca de 8 mil milhões de Euros. -----

Pela primeira vez, a PAC vai conceder aos Estados-Membros uma margem de manobra que nunca antes fora atribuída, para lhes permitir responder às suas especificidades próprias.-----

E compreende-se que assim seja. Jamais a PAC se tinha aplicado a 28 Estados-Membros. -----

Num território com uma vastidão que vai do Ártico ao Mediterrâneo e do Atlântico ao Mar Negro, muito longe da relativa homogeneidade agroclimática dos tempos da sua fundação, quando então a CEE era constituída por seis países. Quer isto dizer que, até Agosto de 2014, impreterivelmente, e em alguns casos antes, os governos nacionais vão ter de tomar decisões muito difíceis.-----

Os Estados-Membros poderão decidir atribuir um pagamento suplementar aos primeiros hectares das explorações, devendo para isso reduzir os pagamentos das maiores a favor das mais pequenas, provocando assim um claro efeito redistributivo. A França e a Alemanha já anunciaram que utilizarão este instrumento, sendo que, no caso desta última, o montante suplementar será de 50 euros por hectare, nos primeiros 30. Atualmente a ajuda média em Portugal é de 187 euros por hectare. -----

De acordo com a nova PAC, os Estados-Membros deverão obrigatoriamente reduzir as ajudas dos agricultores que recebem mais de 150.000 euros por ano, para redistribuir pelos demais, mas podem decidir qual percentagem de redução a aplicar, entre 5% e 100%. No caso Português, recebem mais de cento e cinquenta mil euros por ano apenas cerca de 300 agricultores ou sociedades agrícolas, isto é, 0,16% do universo de 187.000 beneficiários. Contudo recebem cerca de 10% dos apoios. -----

Os diferentes governos poderão também decidir se optam por um regime específico para os «pequenos agricultores». Se este governo assim decidir, significará a melhoria automática da situação dos agricultores que recebem menos de 500 euros/ano, uma vez que a nova PAC estabeleceu este valor como valor mínimo a receber por um agricultor que opte por este regime. Em Portugal seriam automaticamente beneficiados cerca de 80.000 agricultores, ou seja, quase metade do universo total dos agricultores que beneficiam de apoios comunitários. -----

Ora, quando se trata da configuração do conjunto de regras, de prioridade e repartição de meios financeiros, que consubstanciam todo o apoio de que o complexo agro-florestal português irá beneficiar até 2020, abrangendo três legislaturas, o mínimo que se pode exigir, para além de ponderação e diálogo com os parceiros sociais, é celeridade e transparência por forma a introduzir mais justiça e equidade entre os agricultores e as regiões. -----

É isto que solicitamos. -----



M

Carlos Luiz -----

Tânia Leitão -----

Joaquim Carreto -----

Luís Filipe Pereira Gonçalves -----

Nuno Alexandre Sanches Teixeira -----

José Ilídio Clemente". -----

De seguida, foi aberto um período de intervenções relativamente à Moção B. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra ao Membro da Assembleia **Carlos Luiz** para, antes de iniciar a sua intervenção, informar com grande mágoa o falecimento do Presidente da ANAFRE - Associação Nacional de Juntas de Freguesias. Mencionou ter sido um homem de valores que tinha norteado a sua vida por uma luta intransigente do Poder Local, nomeadamente pela promoção e pela dignidade das Juntas de Freguesia. -----

De seguida, disse que nesta Moção procuraram-se subscritores num concelho em que predominava o minifúndio e uma economia agrícola quase na totalidade de subsistência, salvo algumas empresas agrícolas com sucesso, oriundo do trabalho e ardor com que se tinham dedicado à agricultura. Pela primeira vez, o novo Regulamento da PAC permitia aos 28 Estados Membros, devido à especificidade agroclimática e diversidade agroflorestal destes Estados, fazerem uma regulamentação da respetiva PAC. -----

Continuando, disse estarem cerca de oitenta mil milhões de euros destinados à PAC e, em Portugal, cerca de 300 agricultores ou empresas agrícolas recebiam “10% do bolo da política da PAC” e 187.000 pequenos agricultores recebiam uma pequena parcela. Prosseguiu dizendo que se o Governo alterar o Regulamento, estando autorizado pela União Europeia para o efeito, os pequenos agricultores poderiam beneficiar significativamente dos apoios da Política Agrícola Comum. A Polónia, França, Alemanha já o fizeram e a Itália preparava-se também para o fazer, permitindo assim a atribuição de 50 euros por hectare nos primeiros 30 hectares. Se tal acontecesse em Portugal beneficiariam cerca de 80.000 pequenos agricultores, desde que houvesse um critério de redistribuição dos tais 300 agricultores ou empresas agrícolas a nível nacional que recebem mais de 150.000,00€/ano, o que representa apenas 0,16% do todo nacional. -----

No Sabugal, de acordo com as informações que obtivera, predominava a pequena propriedade e economia de subsistência em termos agrícolas. Se o Governo optar pela regulamentação, à

Município de Sabugal



M

semelhança do que fizeram outros Estados Membros, o nosso concelho e esta região beneficiariam significativamente. -----

Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou a Moção B à votação, tendo sido **aprovada**, por unanimidade. -----

**PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício**, antes de iniciar este ponto do Antes da Ordem do Dia e após ter reunido com os representantes dos Grupos Municipais, submeteu à consideração dos Membros da Assembleia a inclusão de mais um Ponto na Ordem de Trabalhos, consubstanciado na eleição do representante da Assembleia Municipal do Sabugal na 4.ª Reunião Plenária da Comissão Mista de Coordenação (CMC) da Revisão do PDM do Sabugal, passando a constar como Ponto 6. Colocado o assunto à votação, foi a integração deste Ponto 6 aprovada, por unanimidade. --

Relativamente a este assunto, o Membro da Assembleia **Nuno Teixeira** tomou a palavra para dizer que todos tinham uma vida profissional e não era no dia anterior ao da realização de uma reunião em Coimbra que deveria ser eleito o Representante da Assembleia Municipal para essa Comissão. --

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu início aos trabalhos do Ponto 3 do Antes da Ordem do Dia. Assim e na sequência de inscrição, usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**Luís Gonçalves** para dizer: *«O investimento privado, atualmente, torna - se preponderante na ancoragem de pessoas às zonas geograficamente desfavorecidas.-----*

*O investidor privado, sendo ele dinamizador de ideias, ou concretizador de projetos, tem que se sentir apoiado e incentivado para que concretize intenções.-----*

*Há bem pouco tempo, e muito bem, ouvi dizer o Sr. Presidente da Câmara que, “nada nos vinha parar às mãos sem esforço”, e é sobre esse tema, o esforço, que hoje quero questionar o executivo.*

*Sendo um problema assumido no panorama Concelhio, a **desertificação**, que só se combate com programas de estímulo à fixação de pessoas, traduzindo – se essa fixação em oportunidades de emprego por iniciativa privada, com conseqüente criação de riqueza e desenvolvimento local, urge percebermos quais os esforços que o Executivo tem feito nesse sentido, o de apoiar e captar o investimento privado.-----*



1

*Certo é também que o ónus da captação de investimento privado deve ser do executivo, com um programa de procura ativa de investidores, com vontade de aqui se implementarem e desenvolverem a sua atividade, em condições excelentes, proporcionando assim a criação de postos de trabalho e conseqüente melhoria da qualidade de vida das populações. -----*

*Como tal, impera questionar, -----*

*1ª Questão -----*

*Desde a tomada de posse do atual executivo, quantos empregos foram criados no Concelho do Sabugal, por iniciativa de privados, com o apoio direto da Câmara Municipal?*

*2ª Questão -----*

*Sr. Presidente da Câmara, após 2 tentativas dos nossos vereadores terem acesso à lista de funcionários da Pró- Raia e não tendo ainda sido nada entregue, gostaríamos de saber quais os critérios de seleção, pois após recolha de elementos verificamos que do Concelho do Sabugal, com contrato a termo ou não, fazem parte já alguns elementos nomeadamente:-----*

- *1 Elemento do sexo masculino da Cerdeira, o Sr. Presidente de Junta; -----*
- *1 Elemento do sexo masculino do Soito, o filho do antigo Diretor do Colégio do Soito; -----*
- *1 Elemento do sexo feminino do Soito, companheira de um professor do Colégio do Soito; --*
- *1 Elemento de sexo feminino do Soito, psicóloga do Colégio do Soito; -----*
- *1 Elemento do sexo feminino, esposa do sexto elemento da sua lista ao executivo; -----*
- *1 Elemento do sexo masculino da Bendada, o Sr. Presidente da Junta; -----*
- *1 Elemento do sexo feminino do Soito, que coordena a equipa CLDS + (Centro local de Desenvolvimento Social). -----*



M

*Incrédulos, sim incrédulos, ficamos ao saber que todos estes elementos têm direta ou indiretamente uma ligação ao Partido Social Democrata. -----*

*Muitas coisas entendemos agora, depois de vistas as coisas por este prisma, no entanto Sr. Presidente, faltam só três anos para que tudo neste Concelho mude, e podermos provar de uma vez por todas que todos os Sabugalenses iram ter oportunidade de provar o seu valor e não só um pequeno grupo de pessoas que merecem a confiança política.» -----*

**José Ilídio Clemente**, depois de cumprimentar os presentes, disse: *“Para não haver mal entendidos, sou um fervoroso adepto do futebol e do desporto em geral. Durante o decurso deste mundial de futebol, dei comigo a meditar, ora no intervalo dos jogos, ora no intervalo entre os jogos. Hoje temos acesso fácil e imediato a toda a informação nacional, quiçá mesmo mundial, quase no instante da ocorrência. Não temos é capacidade de ver, ouvir e absorver em conjunto e discernir aquilo que nos é mais conveniente e proveitoso. Apenas reagimos ao que mais nos sensibiliza. No caso do futebol, este é proveitoso. Muito mais que um jogo é a indústria composta, mais bem montada na Aldeia global em que vivemos. Durante o jogo, tão depressa saltamos de alegria para a desilusão, como da nostalgia para a êxtase sempre expectante, quer do sucesso, quer no atravessar dos sentimentos. No sofá, todos somos selecionadores, treinadores, jogadores, árbitros e juizes de linha. Durante o jogo não lidamos com a razão, antes com o coração e exaltação das emoções. Fora do jogo, a razão sobrepõe-se e, embora emocionais, tendemos a analisar com maior frieza e consequência dos eventos que nos cercam e animam. Até os móveis pessoais, urbanos e dos espaços de convívio nos afetam, seduzem e conduzem. -----*  
*Nem as pessoas, que connosco se cruzam nestes meios, nos são estranhas. Inclusive as personagens mediáticas que nos transmitem informação, saber, cultura, linhas de orientação ou de governação. Em resumo e de novo, o Mundo entra-nos em casa sem filtragem, pedir licença ou cumprimentar. Assim, faz parte da nossa cidadania e, por isso, também com eles nos emocionamos e obtemos opinião. Esta, por vezes, tem manifesto. Outra vezes nem por isso. E a isto chama-se participação. Neste particular, quer a troca da bola do mundial, quer a troca dos mimos dos nossos políticos, só diferem genericamente pelo conteúdo das palavras e das condições climáticas, pois são diferentes formas de participar. Por vezes parece que os jogadores são políticos pela exaltação e rasteiras que pregam aos colegas de profissão. Pelo contrário, os políticos por vezes parecem uma equipa de jogadores completamente descoordenados, sem treinador, selecionador, árbitro ou público. Em ambos os casos, lutam por interesses pessoais, independentemente da cor da pele, da bancada e do povo, e o povo não joga nem lucra em nada, só paga. Se os jogadores falharem nos seus intentos*

*ou propósitos são minimizados. Hoje ou amanhã são divinizados porque precisamos das emoções que eles criam. Se os políticos falharem, apesar da melhor boa-fé, são ostracizados para sempre ou para lá perto. Cabe este comentário para lembrar o quão mau está o desempenho dos nossos eleitos, retribuindo-nos com imposições de regras não estabelecidas na Constituição da República Portuguesa, privação familiar agravada por emigração compulsiva, menores condições de saúde, menor acesso ao ensino, educação, finanças e justiça, em oposição aos ditames e diretrizes europeias num sentido de crescimento económico, saúde, bem-estar geral e pessoal. A balança demográfica, dentro de duas dezenas de anos, ou seja amanhã, com uma redução de um terço da população nacional e dois terços de idosos, só um milagre nos pode salvar. A Nação precisa de um Plano de Ordenamento Nacional que preveja a correção das assimetrias regionais e locais e uma melhor gestão de recursos humanos e materiais e que crie objetivos com disponibilidade de meios e capacidade dos habitantes dentro deste retângulo, independentemente da idade que teimosamente chamam Portugal, há nove séculos. O endividamento brutal, o tratamento inadequado das pessoas e uma política que só serve alguns em detrimento de todos, além de reprovável, é de evitar a todo o custo, mesmo que seja necessário clamar por um milagre, regresso de um Sebastião ou eleger apenas os mais credíveis. Hoje os velhos deste país são os verdadeiros pilares da sociedade atual. Num futuro muito próximo, serão o peso morto da mesma sociedade. Atualmente, são o sustentáculo dos filhos e netos, bem como da economia nacional e da banca em geral. Nesse futuro, amanhã, serão os novos sem abrigo aos quais o apoio dos filhos será negado pelos próprios, por receberem subsídios de desemprego e a quem os netos negarão a ascendência por evidente incapacidade de subsistência própria. Mais era para dizer, pois ainda tenho muito a dizer!» -----*

**Manuel Rasteiro**, depois de cumprimentar os presentes e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, solicitou esclarecimentos sobre: -----

1. Se as obras do Rio (junto ao Sol Rio) estavam concluídas, porque havia tábuas levantadas na Ponte de Madeira que careciam de arranjo; -----
2. Com o encerramento da Rua 5 de Outubro e as noites quentes, havia muitos mosquitos nessa zona, pelo que era necessário que se efetuasse uma limpeza das sarjetas. -----

**João Manso** cumprimentou os presentes e começou por referir que, nas duas últimas sessões, colocara questões relacionadas com o encerramento das escolas primárias, embora estes assuntos já

tivessem sido discutido aquando da aprovação da Moção A, colocou ainda as seguintes questões ao Executivo: -----

1. O Concelho do Sabugal tinha tido em risco de encerramento cinco escolas, nomeadamente: Aldeia de Santo António (16 alunos); Aldeia Velha (16 alunos); Bendada (4 alunos), Cerdeira (16 alunos) e Santo Estêvão (4 alunos). Como era do conhecimento de todos, apenas a escola de Santo Estêvão iria encerrar, uma vez que se encontrava na lista das 311 escolas a encerrar. Tivera conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara tinha tido uma breve conversa com o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Santo Estêvão. Contudo, o Senhor Presidente da Junta não tinha compreendido muito bem os critérios para a escola da sua freguesia ser encerrada. Assim, após ser divulgada a lista das 311 escolas a serem encerradas, o Senhor João Casanova defendeu-se, na comunicação social, dizendo que a maioria das escolas que foram encerradas tinham tido prévia negociação com as respetivas autarquias. Assim, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se o Sabugal tinha tido essa abertura por parte do Governo, ou seja, se o Governo tinha negociado com a Câmara e se a Câmara tinha tido alguma possibilidade de escolha em ser a escola de Santo Estêvão. Justificou no facto de a Escola de Santo Estêvão ter ótimas condições e um Jardim-de-Infância que iria continuar aberto, com cerca de doze crianças, e que existiam outros Jardins-de-Infância no concelho com muito menos crianças; -----
2. Quais tinham sido os critérios adotados para o encerramento da Escola de Santo Estêvão, se pelo número de alunos, distância em quilómetros para o Sabugal, ou pelas instalações da escola? -----
3. Quando foi aprovada a Moção do Presidente da União de Freguesias de Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba foi sugerido que o Executivo Municipal exercesse alguma pressão, através do pagamento da remuneração ao professor. Visto o Jardim-de-Infância ter doze crianças e, no caso de a Escola Primária fechar, as crianças quando chegassem ao primeiro ano do primeiro ciclo teriam de sair da localidade. Sugeriu ainda que, à semelhança de Aldeia Velha, cuja escola funcionava como apoio à Escola do Soito, Santo Estêvão também poderia ser uma escola de apoio de Aldeia de Santo António ou até do Sabugal; -----
4. Na Ordem de Trabalhos da presente Sessão consta uma Revisão ao Orçamento de 2014 e na página 1 do documento estava inscrita uma verba de cerca de cento e vinte mil euros. Questionou se a maior parte dessa verba estava a ser gasta na escola do 1.º ciclo do Sabugal. Continuando, disse ter sido construído um telheiro para proteger as crianças da chuva, frio e humidade,

contudo considerava ser complicada qualquer intervenção num edifício como a escola em apreço. Independentemente da estética do telheiro, referiu que o mesmo tinha sido construído na parte sombria da escola e, conseqüentemente, durante o inverno as crianças iriam continuar a ter frio. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse ser necessário canalizar esforços, fazer uma boa gestão camarária porque se já existiam instalações, onde muitas dessas crianças poderiam estar com melhores condições, que era o caso do Agrupamento de Escolas do Sabugal, poderia ser uma solução a equacionar e assim gastar-se-ia menos dinheiro. Acrescentou ainda ter verificado que, com a construção do telheiro, o edifício da escola primária do Sabugal no Inverno perdia bastante claridade no seu interior e o corredor iria ficar ainda mais escuro e mais frio. As obras que estavam a ser realizadas não traziam à escola capacidade de acolher mais alunos, sendo a melhoria apenas no aspeto exterior. -----

**Alexandrina Dias**, depois de cumprimentar os presentes, começou por dizer que a sua questão era dirigida para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Meirinho, contudo mesmo não estando presente, colocaria a sua questão. Assim, disse que, para a realização da última Assembleia Municipal, tinha-lhes sido pedido se era possível alterar a Sessão de uma sexta-feira para segunda-feira e das 20:15 horas para as 17:00 horas. Apesar de não terem concordado, respeitaram a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pensando ser um caso pontual. Pelo descontentamento dos privados e dos trabalhadores por conta de outrem com este horário, gostaria de saber porque não tinha sido solicitada a opinião para a presente Sessão, se pretendiam continuar as Sessões da Assembleia Municipal às segundas-feiras pelas 17:00 horas e quais eram as vantagens na alteração feita. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** respondeu que não se iria pronunciar sobre o assunto abordado, pois o mesmo era da competência do Senhor Presidente da Assembleia, dentro dos poderes que o mesmo detinha. -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Bismula**, depois de cumprimentar os presentes, procedeu à leitura do documento que a seguir se transcreve: «*Que me desculpem os meus camaradas, Senhoras e Senhores membros desta Assembleia e Executivo Municipal, mas no momento em que tento pronunciar estas palavras, sinto-me tomado por uma onda de melancolia, que não me deixa transmitir tudo o que penso e quero. Tudo porque o Governo trata muitos portugueses ex-funcionários públicos decentes reformados como "peças" descartáveis, empurrando-os para situações sórdidas difíceis de entender e muito menos de aceitar. Não contam para nada! No*



M

entanto, esquecem que quem esbofeteia um idoso hipoteca o seu futuro, conforme diz o povo: "filho és pai serás, como fizeres assim acharás...!" -----

Porém, se dos "governantes" instituídos muito podemos criticar, todos nós vamos conseguindo sobreviver, sem olhar a "gregos e a troianos" que o mesmo é dizer: de esquerda ou direita, mas como portugueses de Lei, temos o dever de resistir até ao fim através de todos os instrumentos legais colocados ao nosso alcance, sem nos vermos convertidos em vencidos. -----

DESISTIR nunca foi a minha arma e por isso, eu, não me demito de expressar publicamente aquilo que penso. São estes os instrumentos legais possíveis colocados à minha disposição e de todos os membros desta Assembleia. É, batendo em "pedra dura", sonhando acordados que, certamente algumas mentes mais obtusas, não dê-se abrir para a realidade. -----

Sabemos que a palavra "corte", que infelizmente não sairá do nosso quotidiano tão depressa, nos traumatiza e sub-repticiamente nos sonega a alegria de vivermos, porém, sabemos que só se vive uma vez e se o "sonho comanda a vida", também "o apertar das mãos" e a "proximidade física" são algo que, ou o fazemos agora ou talvez o passar do tempo mate esses pequenos prazeres que a vida ainda nos pode dar. -----

Contudo, nós os reformados, falo dirigindo-me ao grupo etário que eu englobo, quase já não amamos a vida, já não gostamos do que fazemos e tudo nos parece uma profunda ilusão que o broadcast da TV nos impinge, afrontando o nosso quotidiano com promessas que redundam quase sempre em mais cortes para os anos subsequentes a 2015. Até lá, as promessas vão ficando na trincheira dos despojos e, depois, esquece-se o que hoje se prometeu. Por isso, em minha opinião, deveríamos aproveitar o tempo que nos deixam viver saboreando os pequenos prazeres da vida, porquanto, por muito que nos custe, nunca saberemos quando é a última vez! Para além de tudo, parece que é certo... "os Corvos "partiram, mas espreitam... os "abutres" que vivem com o nosso suor e o nosso dinheiro talvez morram empanturrados...! E nos deixem mais livres. -----

Finalmente, mudando de tom, quero apenas transmitir ao Senhor Presidente do Município, o meu agrado e incentivo para dar continuidade ao "modus operandi" aplicado nas ações de caráter social e diversão voltadas para todos os Sabugalenses independentemente da idade ou lugar que habitam, mas especialmente para os mais idosos que, vivendo isolados se tornam particularmente

Município de Sabugal



*importantes enquanto proporcionam relações sociais e a consequente quebra do isolamento das pessoas, para além da melhoria física. -----*

*Este é o sentir das cerca de três dezenas de pessoas que prontamente aderiram ao programa “AULAS DE GINÁSTICA”, na Bismula, e me rogaram para interceder junto do Senhor Presidente da Câmara para que o programa tenha continuidade. OBRIGADO.» -----*

**João Manata** começou por dizer que o primeiro assunto da sua intervenção era dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Meirinho, e fez suas as palavras da Senhora Alexandrina Dias, acrescentando ainda recordar-se de, há uns anos atrás, ter sido votado pela Assembleia a mudança das Sessões de Domingo para Sexta-feira à noite. -----

De seguida, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse ter estado em Valhelhas. Referiu que, apesar de não terem nem metade das condições naturais do Sabugal, tinham muito mais condições de espaço construídas que o Sabugal, infelizmente. Embora as verbas não fossem muitas, deveriam dignificar o espaço da Praia Fluvial do Sabugal e torná-lo num espaço de orgulho para todos. Há 20 anos que abordava os assuntos da Praia Fluvial e do Rio, que já tinha tantas barbas como lixo. Relatou que, há dias, quando dera uma volta com o Senhor Manuel Rasteiro pela Praia Fluvial do Sabugal, tinham visto latas de tinta entre os dois paredões da Praia Fluvial. -----

**João Aristides Duarte**, depois de cumprimentar os presentes, fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

*“Em primeiro lugar quero referir que ao contrário da Sr<sup>a</sup> Maria João Perre (eleita pelo PTP) eu me considero um político, já que fui eleito para um cargo político, tal como ela foi. Não há muito tempo, tomei conhecimento de um relatório que foi publicado num jornal regional, referente às despesas e receitas com a organização do Festival “Ao Forcão Rapazes”, desde 2007 até ao ano passado. E o que se verifica nesse relatório é que as receitas têm diminuído e as despesas têm aumentado. De uma receita de 38.000 euros em bilheteira, em 2007, passou-se para uma receita de pouco mais de 26.000 euros, em 2014. O que significa que houve uma diminuição de receitas de bilheteira de cerca de 12.000 euros, em sete anos. Isto significa que dos lucros que costumam ser distribuídos pelas freguesias que participam no Festival se passou de 3.400 euros, em 2007, para 1.080 euros para cada uma, no ano 2014. Isto quer dizer, muito simplesmente, que cada vez há menos espectadores nesse Festival, já que mesmo considerando que o preço do bilhete se mantém*

13

*inalterado desde há sete anos, as receitas de bilheteira são cada vez menos. Isto vai, totalmente, contra a opinião dominante de que cada vez há mais gente nas capeias. -----*

*Sei bem que a capeia está enraizada em muita da população do concelho do Sabugal, sobretudo na da zona mais raiana. Eu próprio nasci e cresci numa freguesia onde me lembro de, desde sempre, se realizarem capeias. Já li todos os livros e ensaios editados sobre o tema. Tenho informação mais que suficiente para saber que a capeia é algo de importante para uma parte da população do concelho, mas também nada diz a outra parte da população do concelho. -----*

*Não podemos, também, esquecer que o ano tem 12 meses e não, apenas, um mês. -----*

*Chegou o tempo de ter coragem e não alinhar em falácias e vacas sagradas. A capeia arraiana não traz turistas (daqueles que não são do concelho ou têm cá raízes). Um turista é aquele que vem de fora do concelho e cá almoça, janta e fica hospedado nas residenciais de que o concelho dispõe. Não me parece que turistas visitem o concelho por causa da capeia. Basta percorrer o circuito das capeias do Verão, com olhos de ver, para se constatar que quase toda a gente presente na capeia é do concelho ou tem cá raízes. Uns poucos de espanhóis que vêm à capeia das localidades mais próximas da fronteira ou um grupo de Vila Fernando que vai todos os anos à capeia de Aldeia Velha, mas nem a vê, são as exceções que confirmam a regra. Mal acaba a capeia, os espanhóis regressam às suas terras. Já vi isso muitas vezes acontecer, em várias localidades. Pode-se sempre alegar que os naturais e descendentes de naturais do concelho não viriam visitar -nos se não houvesse capeias. Isso pode ser verdade, mas lembro que os naturais migrados ou emigrados e com raízes em Malcata, Sortelha, Bendada, Santo Estêvão, Moita, Aldeia de Santo António, Rapoula, Badamalos, Rendo, Pousafoles, etc. etc, vêm todos os verões ao concelho e as suas terras não têm capeias. -----*

*Não nego a importância de a capeia estar, desde 4 de Novembro de 2011, registada no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Mas isso não invalida que se tenha como uma verdade insofismável que a capeia atrai turistas ao concelho. Porque isso não é verdade e a verdade tem que ser dita. -----*

*O facto de a Câmara ter disponibilizado, o ano passado, 10.000 euros por cada freguesia que organiza capeias para criar condições de conforto aos visitantes, parece-me estar em consonância*



17

*com a opção estratégica de se considerar que a capeia atrai turistas. O que eu quero dizer aqui é que me parece que o “criar condições de conforto” não será para os turistas, mas sim para os habituais frequentadores das capeias. -----*

*A opção estratégica da Câmara Municipal é a de colocar a capeia num lugar de grande destaque, em relação a qualquer outra manifestação de cultura popular, existente no concelho. É verdade que a capeia é única, mas também não conheço qualquer outro concelho do país onde existam “carvalhos” ou “paus” de S. João, enfeitados com rosmaninhos, a que se deita o fogo, no final dos festejos. E não quero, sequer, comparar a capeia com os “carvalhos” de S. João, mas, repito, que é uma originalidade do concelho. Não sei a que se deve essa originalidade, mas será caso para investigar por parte da Câmara Municipal, através dos seus serviços especializados.” -----*

**Nuno Teixeira** disse estar de acordo com o assunto, abordado pelos Membros da Assembleia Alexandrina Dias e João Manata, referente ao dia e hora das Sessões da Assembleia Municipal, acrescentando ainda que, há muito tempo, se queixavam das Sessões da Assembleia não serem assistidas pelo público, ou seja, as pessoas do Sabugal demonstravam cada vez mais um desinteresse pelas Assembleias Municipais. Alertou que, ao mudar as sessões para Segunda-feira às 17 horas, iriam contribuir para o aumento da ausência das poucas pessoas que ainda iam aparecendo. Referiu ainda ter notado, talvez pela hora da Sessão, o atraso de alguns Vereadores do Executivo Municipal e as devidas justificações por parte do Senhor Vereador António José Vaz e do Senhor Vereador Pedro Antunes. -----

De seguida, aplaudiu a realização do Campeonato de Ciclismo nos dias 27, 28 e 29 de junho no Sabugal, pois tinha servido para divulgar e trazer gente ao Concelho. Contudo, não compreendia a marcação (constante da Atividade Municipal) de uma reunião, no dia 9 de junho, com o representante da organização dos Campeonatos Nacionais de Estrada – Joaquim Gomes, e num espaço de 20 dias não ter sido elaborado qualquer folheto promocional ou informático da realização do evento. A única informação disponível sobre o Campeonato constava apenas na página internet da G.N.R. Apenas alertou para, de futuro, terem algum cuidado com o encerramento das ruas pois, no decorrer do evento, as duas grandes superfícies do Sabugal estavam bloqueadas, implicando situações menos agradáveis, agravado pelo facto de, no domingo de manhã, se ter realizado a Feira de São Pedro. -----



M

Relativamente à Empresa Municipal Sabugal+, após ter sido realizada uma Sessão Extraordinária, não tinha sido referido absolutamente nada sobre a situação em que a mesma se encontrava, pelo que perguntou qual o ponto da situação, nomeadamente se a situação económica da Empresa estava estável e se os funcionários estavam mais seguros e confortáveis no seu local de trabalho porque, na altura, viram em risco os postos de trabalho caso a Empresa Municipal encerrasse. -----

Para finalizar, perguntou se havia procura por parte de investidores para se estabelecerem no Parque Industrial do Alto do Espinhal. -----

**Carlos Luiz** tomou a palavra e, depois de cumprimentar os presentes, disse estar-se em vésperas de se estabelecer a Regulamentação Geral do Quadro Comunitário de Apoio e não tinha encontrado, nos diversos documentos fornecidos pelo Executivo Camarário neste mandato, nenhum anteprojeto ou projeto elaborado ao abrigo do Quadro Comunitário de Apoio. Podia afirmar, dirigindo-se ao Senhor Presidente e Senhores Vereadores da Câmara, que ainda não estava regulamentado o montante destinado às Autarquias. -----

Referindo-se ao congresso da Anafre, no qual não estivera presente, e não tendo sido eleito um delegado na Assembleia Municipal gostaria de obter um relatório sobre o mesmo e aproveitou a oportunidade para solicitar também os relatórios anuais referentes a todas as eleições dos membros para os diversos organismos. -----

Continuando, disse que o Senhor Ministro Poiães Maduro, no Congresso da Anafre, tinha sido muito claro sobre esta matéria, clarificando quais os sectores e as áreas a que se poderiam ou não candidatar. Quem conhecia bem os dossiês da União Europeia alegava ser difícil obter outro quadro comunitário como este. -----

Nesse sentido, era necessário que a Câmara tivesse já anteprojetos ou, pelo menos, uma orientação que permitisse à Câmara, em termos estratégicos, definir o que queria para o concelho. Não eram vontades que deviam estar plasmadas nos documentos distribuídos, quer no Plano, quer no Orçamento. No Plano encontravam-se apenas boas vontades. -----

Era bom “*nascer, crescer, viver e investir no concelho*”. Disse ainda que não era empresário mas, se fosse, o que o levaria a investir no Concelho do Sabugal em detrimento de Belmonte ou de Almeida? Que condições eram oferecidas pela Câmara Municipal do Sabugal aos empresários para



a criação de postos de trabalho? Sendo este um concelho essencialmente de emigração, não nos podíamos esquecer que havia lusodescendentes, de segunda e terceira geração, que constituíam um rico tecido empresarial e que outras câmaras tinham sabido aproveitar, sensibilizando-os a investirem nas suas terras de origem. Exemplificou com o Município de Pombal, o qual acompanhara de perto e verificara, quando estivera na Embaixada de Portugal em Paris, a eficácia em mobilizar os lusodescendentes por parte dos diversos autarcas de várias cores políticas, conseguindo construir um excelente Parque Industrial a nível de curtumes, etc. O Sabugal tem emigrantes espalhados pelos quatro cantos do mundo, com um potencial económico extraordinário. O Sabugal chegou a ser a “*agência bancária*” com maior reserva de divisa estrangeira no país. Porém, essa divisa não ficava no Sabugal, essa divisa ia para fora. Sobre esta matéria e durante todo este percurso, tivera a oportunidade de interpelar o Senhor Ministro do Equipamento, exibindo como meio de prova fotocópias do Diário da República nos quais estão inseridas as duas propostas sobre o Sabugal, o Plano Transfronteiriço e os diversos projetos e programas para esta área, tendo sido um debate interessante com um Ministro do PSD, Prof. Valente de Oliveira. Contudo o Governo caiu passados poucos meses e, na altura, fora-lhe transmitido pelo Senhor Ministro que tinha um projeto para o Programa Transfronteiriço e de tal maneira era a agonia da raia, de norte a sul do país, que o Governo conseguiu convencer a União Europeia para que Portugal tivesse um programa específico (Programa Transfronteiriço). Mais tarde interpelara o Governo sobre o Concelho do Sabugal e, para o efeito, entregara à Mesa da Assembleia o requerimento comprovativo da interpelação em que questionara as condições em que se encontrava o Plano Transfronteiriço da Raia, o Plano Rodoviário Nacional, a 332 e toda a ligação da Raia até Castelo Branco e os acessos ao IP5. -----

Tudo isto tinham sido preocupações enormes que apenas tinham ficado nos papéis e nas intenções. Como não tinha havido motivação, nem responsabilidade, era necessário que os políticos fossem responsabilizados e prestassem contas. Disse também que não havia postos de trabalho a não ser alguns criados politicamente e, pasmese, seis meses depois de criada a Comunidade Intermunicipal, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, disputavam-se três/quatro lugares muito bem remunerados. Acrescentou ainda que esses lugares deviam ser ocupados por concurso público e ser preenchidos por pessoas devidamente habilitadas em termos académicos e técnicos para poderem depois ajuizar dos melhores projetos que irão ser apresentados na Comunidade Intermunicipal. Contudo, constara-lhe que esses lugares estavam preenchidos sem concurso público. Perante tais factos, o descrédito nas instituições acentua-se. Nos últimos dois dias, contactara comerciantes e pequenos empresários e todos lhe disseram que, se a situação se



M

mantivesse não aguentariam pagar mais contribuições e, não tendo outros rendimentos, teriam de fechar os seus estabelecimentos. Disse ainda que a sua aldeia era muito pequenina e, de acordo com os censos de 2001 a 2011, perdera 1/3 da população. As pessoas não têm encontrado condições de vida, nem de trabalho, para ali poderem viver. A Câmara devia intervir no apoio ao comércio e à indústria por forma a criar postos de trabalho e não se limitar a ser uma espécie de Associação de eventos e de distribuição de subsídios. -----

**José Robalo**, depois de cumprimentar os presentes, disse: *“Todos nós gostamos muito do Concelho do Sabugal. Não sou político profissional. Ninguém me pode pedir responsabilidades porque não sou político profissional. O Código das Sociedades Comerciais, no seu artigo segundo, diz que é comerciante quem pratica atos de comércio e se dedica à atividade comercial. Diria que é político quem pratica atos políticos e se dedica profissionalmente à vida política. Gostei muito de ouvir o Membro da Assembleia Carlos Luiz e, ainda bem que fez, ao longo da sua vida, uma grande carreira política. Fez disso carreira. Fez disso profissão. Gostaria de lhe perguntar o que é que o Concelho do Sabugal beneficiou com a sua carreira política. Não quero resposta porque o Senhor trouxe aqui dois papéis para deixar a fotocópia na Mesa. É sinal sabe de quê, Senhor político? É sinal que o Senhor não teve visibilidade na sua atividade política em termos concelhios e nós não beneficiamos nada e, por isso, sente necessidade de vir aqui justificar-se e exhibir documentos. Ninguém conhece o resultado da sua atividade política, da sua carreira política e da sua carreira profissional. Repito que não sou político e quando um outro Membro fez aqui uma intervenção, porque isto não se pode chegar aqui ao palanque falar, mandar atoardas e depois alguém apanha as canas. Sou eleito pelo PSD. Sou militante deste partido há 30 anos e houve alguém que disse que há pessoas do PSD que chegam cá e ocupam os lugares. Das pessoas que falou, não conheço ninguém! O Senhor tem de me trazer o cartão e dizer que este homem é militante do PSD mas, Senhor Membro da Assembleia Municipal, quando chego aqui falo à vontade porque tenho a certeza que o Presidente da Câmara e os restantes Vereadores não irão meter familiares na Câmara Municipal, porque há pessoas que utilizam os cargos para meterem familiares. Tem de me trazer o cartão de militante ou fotocópia para provar aquilo que está a dizer. Quais são os militantes que o Senhor referiu? -----*

Terminou a sua intervenção dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara para, contrariamente ao que tinha sido dito em algumas intervenções, informar que, quando se deslocara à Sertã para fazer um julgamento, constatara que todos tinham conhecimento e visto os cartazes da realização do Campeonato de Ciclismo, bem como visualizara a publicitação no Correio da Manhã e Diário de

14

Notícias, bem como das deslocações que fizera à Figueira da Foz, Leiria e Batalha. Fora-lhe dito que era da terra onde se iriam realizar os Campeonatos Nacionais de Ciclismo. Para si era uma honra receber na sua terra o Campeão Mundial de Ciclismo e vencedor da Volta à Suíça. -----

Na sequência da intervenção do Membro da Assembleia José Robalo, pelo Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** foi dada a palavra, para **defesa da honra**, aos seguintes Membros da Assembleia: -----

**Carlos Luiz** disse: *“como funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros no exterior e tendo prestado serviço nas Embaixadas de Portugal em Paris, Bissau e Bruxelas, nunca fiz atividade política partidária. Sendo uma Embaixada a representação de um Estado no país de acolhimento, é meu entendimento que os funcionários não devem ter atividades partidárias enquanto tal e foi isso que eu sempre fiz. É certo que fui eleito Deputado à Assembleia da República em cinco legislaturas, duas das quais pelo círculo eleitoral da Guarda e três pelo círculo eleitoral da Europa. Também fui eleito Deputado à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (em Strasbourg) e à Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (em Paris). -----*

*Antes de terminar os mandatos convidava os meus colegas de círculo eleitoral a prestarmos contas aos cidadãos eleitores. É um dever e uma obrigação de todos os eleitos prestarem contas para que os cidadãos eleitores possam avaliar o trabalho desenvolvido e, em consciência exercerem o seu direito de voto. É justo que afirme que só a senhora Deputada Manuela Aguiar, respondeu afirmativamente ao meu pedido, isto é, prestar contas. -----*

*Antes de me candidatar à Assembleia Municipal do Sabugal, enviei uma carta ao senhor Presidente da Câmara” que se anexa e faz parte integrante desta ata, “com toda a minha atividade parlamentar declarando que todos os políticos devem prestar contas das atividades que desenvolveram, no caso concreto, relativamente ao Sabugal. Fui o Deputado que mais diplomas apresentou com incidência no Concelho do Sabugal e Beira Interior. -----*

*Para demonstrar o que atrás ficou dito, enviarei todos os registos da minha atividade parlamentar na Assembleia da República, na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e da União da Europa Ocidental (U.E.O.), cujos documentos se anexam e fazem parte integrante desta ata. -----*

**Luís Gonçalves** disse: *«O ónus da prova, como o Doutor José Robalo sabe, devido à sua profissão, é de quem acusa. Aqui vou invertê-lo e vou ler textualmente a frase que aqui proferi: “Incrédulos. Sim, incrédulos! Ficamos a saber que todos estes elementos têm direta ou indiretamente uma ligação ao Partido Social Democrata.” Aqui não há prova testemunhal mas, se a aplicarmos, todos*



M

*estes ouvidos podem testemunhar que ninguém disse que eram militantes ou familiares. Nós aqui temos que ter uma ação cordial e fomos eleitos para exercer fiscalização. O que se pretende aqui, com o devido respeito por toda a gente, é que o Executivo Camarário nos responda e nos diga, argumentando, o porquê da decisão, se entender que o Regulamento prevê que têm de justificar ou não. Isto que fique claro. Ninguém aqui está a entrar no mundo do crime com comportamentos injuriosos ou denúncias caluniosas porque, do Código Penal, o Doutor conhece-o tão bem quanto eu. Não vamos aqui criar sessões de julgamentos constantes. Nada disso. Volto a repetir, com a minha ação fiscalizadora, porque foi para isso que fui eleito, para fiscalizar, se não, não estava cá e no dia em que sentir que estou cá e não posso trazer nenhum ação de fiscalização aqui, com o devido respeito, vou-me embora porque não estou cá a fazer nada". -----*

Findas as intervenções deste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para, depois de ter cumprimentar os presentes, agradecer as notas que lhe tinham sido deixadas e responder às questões colocadas. -----

Quanto aos assuntos abordados pelo Senhor **Luís Gonçalves**, cuja intervenção ouvira com enorme interesse, quando falara de apoio ao investimento privado, tinha entrado numa matéria que efetivamente dominava porque, ao longo do último mandato, tem trabalhado imenso na captação de investimento. Se não viesse investimento externo para o Concelho, não seria possível criar riqueza, fixar pessoas e arranjar postos de trabalho. A Câmara tinha um papel extremamente importante e não muito fácil porque, embora tenhamos um conjunto de recursos diferenciadores, os investidores ainda não estavam a apostar nessa área, também pelas dificuldades económicas que o país atravessava e pela falta de financiamento a crédito ao longo destes três anos. -----

Tal como o Membro da Assembleia José Robalo já referira, afirmou ainda ter feito uma promessa a si próprio de não colocar nenhum familiar, como funcionário da Câmara Municipal. -----

Continuando, disse que, quando se trabalhava em associações privadas, movimentos privados, para elaboração e idealização de projetos sob a sua responsabilidade, queria gente competente e da sua inteira confiança. Não eram funcionários da Pró-Raia, pois todos detinham contratos a termo certo, com o objetivo de desenvolver projetos num limite temporal assertivo. Aproveitou a oportunidade para informar que recentemente a Câmara Municipal concorrera para 15 estagiários, jovens licenciados do concelho, mas o IEFP apenas aprovara a realização de quatro estágios e das 20 candidaturas de estágios para a área do património do concelho, tinham aprovado vinte estágios que iriam ser distribuídos pelas freguesias.-----

Relativamente ao projeto Entre Pontes, colocado na intervenção Senhor **Manuel Rasteiro**, disse que a obra financeira, técnica e temporalmente estava terminada. Contudo, havia garantias da obra e as situações referidas tinham sido detetadas pela equipa técnica da Câmara, que comunicara de imediato ao adjudicatário da urgência em sanar essas situações. -----

Quanto às sarjetas, disse terem sido limpas na semana transata e far-se-ia esse procedimento sempre que fosse necessário. -----

A questão do encerramento das escolas, colocada pelo Senhor **João Manso**, nunca tinha sido colocada à Câmara Municipal, a não ser a comunicação feita à Câmara a informar que, de acordo com a Portaria, as escolas com menos de 21 alunos seriam encerradas. Na Reunião de Câmara realizada no dia 02-05-2014, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, **concordar** com a proposta de justificação apresentada pelo Conselho Municipal de Educação, no que à manutenção das turmas do 1.º ciclo e Jardim-de-Infância dizia respeito, que a seguir se transcreve: -----

*“Os princípios gerais de ordenamento da rede educativa preconizados no art.º 15.º da lei 7/2003 de 15 de janeiro e o disposto nos art.º 37.º a 41.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, visam medidas de acesso de todas as crianças à educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, bem como a superação de situações de isolamento de quebra da inserção socioeducativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social.* -----

*Face ao exposto o Conselho Municipal de Educação do Sabugal em reunião realizada a 30 de abril de 2014 nas instalações do Instituto de Emprego e Formação Profissional da Guarda analisou o contexto educativo ao nível do funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo para o ano letivo 2014/2015, com o pressuposto de que resulte uma solução adequada à promoção de maiores padrões de eficácia e eficiência do mesmo.* -----

*De modo a criar as necessárias condições socioeducativas este Conselho Municipal de Educação defende o funcionamento dos Jardins de Infância de Aldeia de Santo António, Aldeia Velha, Bendada, Sabugal, Santo Estêvão e Soito e as Escolas do 1.º Ciclo de Aldeia Velha (sala de apoio), Aldeia de Santo António, Bendada, Cerdeira do Côa, Ruvina, Sabugal, Santo Estêvão e Soito, considerando os seguintes aspetos:*-----

- A área geográfica do Concelho do Sabugal, com aproximadamente 826 Km, constituindo-se, em área geográfica, um dos maiores do país; -----*
- A baixa densidade populacional do Concelho, nomeadamente em zonas rurais, associadas a uma fraca acessibilidade em transportes públicos, determinando que a Câmara Municipal implemente medidas ajustadas a esta realidade e socialmente mais favoráveis, no âmbito dos transportes escolares, sendo impraticável assumir maior número de circuitos especiais; -----*
- A política de encerramento galopante dos estabelecimentos de ensino, e a dificuldade de implementar soluções para os alunos que residam em localidades que não dispõem de estabelecimentos de ensino acessíveis, em termos de distância ou de tempo, obrigou à implementação de uma rede de transportes complexa face à área geográfica do Concelho, e que obriga a manter em funcionamento dos estabelecimentos de ensino supra mencionados; -----*
- A elevada despesa municipal em transportes, cerca de um milhão de euros, decorrente dos vários encerramentos de escolas, ao invés, de promover a melhoria da qualidade educativa; -----*
- A necessidade de promover estratégias de aproximação das famílias/comunidade à escola não é permissível com o encerramento dos estabelecimentos escolares, registado ao longo dos últimos anos de forma acelerada, agudizando desigualdades no acesso e sucesso escolar; -----*
- A aplicação dos critérios propostos pela tutela, ao propor o encerramento de escolas com menos de 21 alunos, implicaria transportar crianças a iniciar o percurso escolar a um tempo de deslocação superior a 60 minutos em cada viagem, tratando-se de uma medida impraticável em casos com alunos residentes nas freguesias limítrofes do Concelho, Bendada e Cerdeira, inclusive com a necessidade de iniciar percursos de transporte às 6:00 da manhã, e com chegada a casa às 19:00, o que viola claramente os tempos de deslocação consagrados nos normativos legais. -----*
- A inexistência de Centros Escolares no Concelho do Sabugal reforça a ideia de necessidade de continuidade em relação ao funcionamento dos estabelecimentos escolares existentes, sendo desajustada, a deslocalização dos alunos para escolas que não oferecem melhoria em termos de qualidade;-----*

17

- A necessidade de manter as crianças próximas da família alargada, como recurso de apoio à criança e naturalmente ao seu bem-estar físico, emocional e afetivo, muito importante nos primeiros anos de escolaridade, permitindo o envolvimento das famílias no desenvolvimento pessoal e social da criança, bem como incentivá-las ao estabelecimento de relações de efetiva colaboração com a comunidade, sendo competência do Estado a prestação de apoio especial às zonas carenciadas. -----

- A aplicação eficaz e eficiente dos investimentos municipais, em matéria de intervenção nos estabelecimentos existentes, efetuada ao longo dos anos, de modo a dotar as escolas das melhores condições, sempre com o pressuposto de implementar políticas de apoio e funcionamento aos serviços de proximidade à população, motivadas pela necessidade de incentivar a fixação de população jovem em locais fortemente afetados pelo envelhecimento. -----

- Por último, o Conselho Municipal de Educação do Sabugal defende a necessidade urgente de adoção de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável dos territórios, o que obriga a estimular e favorecer a coesão social e territorial, e nesta lógica de ação é essencial o investimento público ao nível da educação, mantendo os estabelecimentos de ensino que garantam as melhores condições de sucesso escolar e de aproximação à família alargada.”-----

Como alguns Membros da Assembleia se deveriam recordar, o princípio aplicado na Câmara Municipal e Assembleia Municipal era no sentido de não permitir o encerramento de escolas com pelo menos 10 alunos. -----

Apenas no dia 14 de junho, a Câmara Municipal tinha recebido uma comunicação oficial do encerramento da Escola de Santo Estêvão por parte da Direção Regional de Educação. De imediato tinha envidado esforços no sentido de evitar o encerramento dessa escola e, conseqüentemente, tinha sido questionado pelo Ministério da Educação se defendia uma escola com quatro alunos (dois de Malcata, um de Santo Estêvão e um do Terreiro das Bruxas ou da Moita e um do Casteleiro que tinha desistido). Depois de terem sido encerradas escolas com dez alunos no Concelho, não estava disponível para defender a manutenção de uma escola com apenas quatro alunos. -----

Quanto ao coberto colocado no edificio da Escola Primária do Sabugal, poderia ser entendido como uma obra desnecessária neste momento, se a pretensão fosse a de mudar os alunos, mas havia momentos em que a Câmara Municipal também deveria ser levada pela lógica do orçamento participativo. Entendia esta situação dessa forma porque tinham sido os pais dos alunos da escola do



h

Sabugal que quiseram a inclusão no Plano e Orçamento para este ano de uma melhoria naquela escola, pelo menos, enquanto decorresse o impasse da mudança. -----

Os 120.000,00 € inseridos na Revisão ao Orçamento referiam-se à preparação de uma hipotética intervenção na Escola do 2º ciclo, com prazo de execução de nove meses, a executar até junho de 2015, mês, pelas indicações que tinham, em que terminavam os fundos comunitários. Essa verba será a parte respeitante aos três meses de 2014 (outubro, novembro e dezembro). Muitas situações tinham de ser clarificadas, nomeadamente a propriedade do edifício, acomodação e aceitação do Agrupamento de Escolas sendo, para o efeito, necessário reunir um conjunto de decisões e boas vontades na parceria para que esta intervenção fosse viável. -----

Em resposta às questões levantadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bismula, informou ser intenção continuar com o Plano de Apoio aos Lares e Centros de Dia, no sentido de os Técnicos ajudarem a colaborar nessas atividades. Acrescentou ainda que, decorrente de uma experiência a ser desenvolvida na Freguesia do Casteleiro, na área da saúde, estava a ser estudada a possibilidade de assinatura de um protocolo entre a Universidade da Beira Interior, a Unidade Local de Saúde da Guarda, a Direção Geral de Saúde e a Câmara Municipal do Sabugal, no sentido de implementar no concelho, de forma mais alargada, uma monitorização de alguns parâmetros de bem-estar em saúde, o que permitiria a realização de vários rastreios. -----

Relativamente à intervenção do Membro da Assembleia João Manata, disse ter sido um grande investimento na obra Entre Pontes e tinha sido lançado um concurso de concessão de exploração de atividades ao longo do rio, porque a Câmara Municipal não teria condições para fazer essa gestão e exploração. O concessionário deveria dinamizar e desenvolver estratégias, maximizando o rendimento através de condições de atratividade melhoradas mas, por vezes, não era fácil gerir essa situação. Quanto à qualidade ambiental, disse ter sido recentemente adjudicado a uma empresa privada uma limpeza integral nas zonas envolventes, desafiando novamente o Senhor João Manata, como já o fizera em sessões anteriores, a darem uma volta para verificarem os pontos que ainda careciam de alguma intervenção mais reforçada. -----

Em relação aos considerandos da Capeia, feitos pelo Membro da Assembleia João Aristides, disse que se deveria olhar para todos os recursos e não se poderia eliminar ou descartar um deles. Entendia a mensagem no sentido de as apostas não serem apenas num “*cavalo*”, mas dever-se-ia apostar também noutra tipo de “*cavalos*” e isso todos entendiam. Era necessário apostar nos



recursos patrimoniais, etnográficos, gastronómicos. Todos eram importantes pois, através deles, poderiam potenciar o investimento. -----

Na sequência das palavras ditas pelo Membro da Assembleia Nuno Teixeira, começou por dizer que a prova tinha sido bastante divulgada e continha todas as informações necessárias, quer no site da Câmara Municipal, quer no site da Federação Portuguesa de Ciclismo. Tinham sido equacionados os riscos de encerramento das ruas, mas as mais-valias da prova suplantavam claramente os eventuais encerramentos. -----

Todos sabiam o ponto de situação da Empresa Municipal Sabugal+ e não valia a pena tentarem fechá-la à força. Até à presente data ainda não tinha recebido qualquer comunicação oficial da Inspeção Geral de Finanças para encerrar a Empresa mas, se isso viesse a acontecer, tinham sido aprovados mecanismos alternativos por parte da Assembleia Municipal, nomeadamente a internalização. Porém, alertou para o facto de ser muito difícil internalizar todos os funcionários, esperando que isso não acontecesse. Esclareceu ainda que a Empresa não tinha problemas de liquidez, nem dívidas a terceiros.-----

Por último e em resposta à questão colocada pelo Membro da Assembleia Carlos Luiz sobre o novo quadro comunitário, começou por referir que uma das principais fontes de financiamento dos Municípios eram os apoios comunitários. Tinham de olhar para eles como a última oportunidade em termos de financiamento, mas também tinham de saber o que a Europa esperava dos Estados Membros e, para o efeito, tinha sido apresentado um Contrato de Parceria pelo Governo Português, ao qual a Região Centro se tinha adaptado, bem como ainda aprovara o seu documento estratégico CRER 2020. Depois, os Municípios, através das suas Comunidades Intermunicipais, estavam a desenvolver os seus Planos Estratégicos de Desenvolvimento Territorial, os quais iriam ter essencialmente medidas em conjunto de parcerias e projetos comuns. A estratégia municipal iria então ter de se enquadrar na estratégia do CRER 2020 e na estratégia da CIM, entre outras. Continuando, informou da intenção de submeter à próxima Reunião de Câmara (cujos documentos tinham sido previamente distribuídos aos Senhores Vereadores) o Plano Estratégico do Sabugal 2025, o qual iria ser submetido a uma última discussão pública. Informou ser um documento que poderia vir a ser corrigido em função das estratégias que vinham de cima, por forma a enquadrá-lo aos programas temáticos (empregabilidade e competitividade das empresas), programas de inclusão social, programas de preservação ambiental e de eficiência energética. Na presente data, o Município do Sabugal, para além do Plano Estratégico do Sabugal, estava a elaborar, com as



equipas técnicas do Município, o Plano Municipal de eficiência energética; Programa Municipal de Inclusão e Empregabilidade; o Programa Mobilidade no Território e Redes e, por fim, o Plano de Modernização Administrativa que consistia na adaptação a uma governação diferente e muito ligada às novas tecnologias. Estas questões ficavam associadas e tinham de estar em linha com Intervenções Territoriais Integradas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela que também já estavam delineadas e que iria ter, como base, projetos comuns, mas também iria mexer nos PROVERES das Aldeias Históricas, do Côa, do Termalismo, da Natureza, do Património Judaico, do Património Templário, entre outros. Havia ainda uma Estratégia de Desenvolvimento Local de base comunitária que era gerida por associações de desenvolvimento como a Pró-Raia e a Raia Histórica. -----

A revisão, que irá ser analisada no próximo ponto, prevê exatamente a execução de diversas obras que ainda irá candidatar neste quadro comunitário, uma vez que no próximo dificilmente enquadrará verbas comunitárias determinada tipologia de obras.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Membro da Assembleia Luís Gonçalves para, em **defesa da honra**, dizer: *“Senhor Presidente da Câmara, há só uma questão que queria deixar bem clara na Assembleia porque, de forma alguma, se pode deturpar a realidade, isto é, reitero a minha posição, mais uma vez, de que eu jamais falei aqui de familiar nenhum do Senhor Presidente e isso está documentado na minha intervenção. Em relação à aquisição da viatura, jamais falarei porque fui aqui claro na minha intervenção, não obstante ter sido acusado, na altura, de não ter sido claro na minha intervenção, mas depois teve os reflexos que teve na Comunicação Social, que não é da minha responsabilidade. A transmissão para a Comunicação Social a nível nacional, inclusivamente em alguns sites de âmbito local, não é da minha autoria. Só queria terminar perguntando-lhe, e obviamente é uma pergunta cordial, porque todas as minhas perguntas aqui são cordiais, se vai ou não enviar os critérios de avaliação, não obstante ter escolhido pessoas da sua confiança para a Pró-Raia”*. -----

Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse entender e notar a cordialidade nas questões colocadas e, por isso, se espantava pois a cordialidade não se coadunava com a ação. Os critérios eram aqueles que respondera na devida altura, ou seja competência e confiança, até porque iria ser responsável e avaliado pelos projetos que implementava. -----

Aproveitou a oportunidade para transmitir a toda a Assembleia que: -----

- Tinha sido editado, através de candidatura ao Proder do Vale do Côa, uma brochura da Capeia que iria ser oferecida na presente Sessão a todos os Membros da Assembleia, bem como uma ligação das Mordomias de todas as freguesias das Capeias para que todos possam ter acesso à informação; -----
- No âmbito do ciclo de Nuno Montemor, as evocações que a Câmara desenvolvia têm sido em coordenação com o Município da Guarda e estava agendado para o Sabugal, no dia 17 de julho pelas 17:00 horas, a inauguração da exposição “*Nuno Montemor Alma Brava e Meiga*”, de 9 a 12 de dezembro atividades de leitura encenada e um colóquio no dia 12 de dezembro no Auditório Municipal do Sabugal sobre Nuno Montemor. Ainda sobre a questão da cultura e do cinema em movimento, o Secretário de Estado da Cultura Jorge Barreto Xavier estará no Sabugal para a sessão inaugural da 2.ª edição do cinema português em movimento, este ano integrada nas comemorações do 25 de abril, a qual teria lugar no dia 04 de julho do corrente ano, pelas 21:00 horas, no Castelo do Sabugal, onde será exibido o filme “*O Cônsul de Bordéus*”. Este ciclo de cinema português vai desenvolver-se ao longo do verão e iria ter outros momentos em Alfaiates e Vilar Maior. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO 1 – DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DO DOCUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DE 2013 -----

Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o documento relativo a este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu conhecimento a todos os Membros da Assembleia: -----

- Do Documento referente à Certificação Legal das Contas Consolidadas, emitida por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.;--

De seguida deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que disse tratar-se de um documento que fazia uma conjugação das contas da Câmara Municipal e da Empresa Municipal Sabugal+, dado ser a única que a Câmara detinha a 100%. -----

Retomando a palavra, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** perguntou se algum Membro da Assembleia se pretendia inscrever para intervir. Não tendo havido inscrições, foi o assunto colocado à votação, tendo sido deliberado, por maioria, aprovar o documento de Consolidação de Contas de 2013, com dez votos contra e seis abstenções. -----

**PONTO 2 – DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DA 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA 2014;**-----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto. Tomando a palavra, esclareceu que a atividade autárquica era cada vez mais dinâmica e, por isso, era necessária a existência de todas as revisões propostas. Na última revisão tinham sido introduzidas algumas alterações porque tinha sido dada indicação, por parte dos órgãos decisores da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, de que iria haver um processo de candidatura em overbooking. O Município do Sabugal tinha conseguido obter cerca de quinze milhões de euros em fundos comunitários para o Cró, estradas que se tinham feito, nomeadamente a ligação ao Soito, Variante ao Soito, projetos de requalificações, entre outros. Muitos dos Municípios que se tinham comprometido executar não o tinham feito. Por isso, existia uma verba muito elevada disponível para os Municípios que tivessem fundo próprio (15%) para executar mas, apenas poderiam candidatar-se, até ao dia 31 de março, os processos que tivessem já alguma maturidade. Neste momento, pretendia candidatar a Estrada Rebolosa - Aldeia da Ponte, uma vez que esta tipologia era aceite. Para o efeito, tinha sido efetuado um levantamento da tipologia de obras não financiadas da Câmara e quais as que tinham hipótese de ser candidatas até ao dia 31 de março. Assim, candidataram os Relvados Sintéticos do Sabugal e do Soito e a Requalificação da Rua António José de Almeida e Rua Luís de Camões. Além destas, a Câmara tem intenção de candidatar em overbooking a Requalificação da Avenida de São Cristóvão do Soito, uma intervenção de cerca de 400 a 500 mil euros na Escola EB 2/3 do Sabugal, e o Projeto de Iluminação – 2.ª Fase do Castelo de Sortelha. -----

Por fim, reforçou a ideia de não haver garantias de execução das obras, mas tinha de aproveitar a porta aberta para o seu financiamento pois, se as obras não tivessem a probabilidade de serem financiadas, não as poderia adjudicar. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

h

**Tânia Bárrios Leitão**, depois de cumprimentar todos os presentes, disse: “*Senhor Presidente da Câmara, ao analisar o documento da 3.ª Revisão, verifico que contempla um reforço de 85.000,00€ para aquisição de um gerador no Parque Termal do Cró. As questões que pretendo fazer sobre este assunto são:* -----

1. *Se a exploração está a cargo de um privado, porque é a Câmara a adquirir este equipamento?*-----
2. *Poderão outros privados solicitar à Câmara que lhe adquira equipamentos?*-----
3. *Faz-me alguma confusão no facto de, se existir uma falha de energia elétrica, as termas ficam sem abastecimento de energia parando a sua atividade momentaneamente ou será que já existe algum gerador?”* -----

**José Ilídio Clemente** pediu desculpas antecipadamente ao Senhor Presidente da Câmara, no caso de ser sua ignorância, mas iria colocar as suas duas questões: -----

1. Na rubrica – Aquisição de bens e Serviços – Outros Trabalhos Especializados, a que correspondiam em concreto esses trabalhos especializados, que mereciam o incremento do valor de 50.000,00 €, será para pagar os projetos de candidatura ao FEDER?; -----
2. Na rubrica = Outros Serviços – Outros, mais uma vez, se concluía com facilidade dois cenários: -----
  - a) O Executivo mais uma vez tivera falhas no planeamento e na elaboração do Orçamento; -
  - b) O Executivo utilizava esta classificação económica para manipulações orçamentais. -----

Assim, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse o favor de explicar o que contemplava em concreto esta rubrica que permitia ao Executivo, de ânimo leve, retirar o valor de 100.000,00€.

Para finalizar a sua intervenção, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se apenas a bancada do PSD estava esclarecida porque, nestes pontos, apenas alguns dos membros da oposição tinham dúvidas. -----



h

Em resposta às questões colocadas pelo Membro da Assembleia José Ilídio Clemente, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que começou por, em primeiro lugar dizer, que as revisões existiam para permitir adaptar situações que surgiam ao longo do ano. A maior parte das obras inseridas no Orçamento tinham verba, mas a mesma não era suficiente para o ano em apreço. Os trabalhos especializados consistiam em trabalhos urgentes e imprevistos, não contemplados em Plano inicial. -----

Acrescentou ainda que a Câmara Municipal iria ter uma contratualização para um especialista de QREN em permanência. -----

Quanto às questões colocadas pelo Membro da Assembleia Tânia Leitão, respondeu que o Edifício do Cró, o Balneário e todo o equipamento era do Município e a única entidade que se podia candidatar a fundos comunitários era o Município. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, **aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento para 2014**, com quatro abstenções. -----

**PONTO 3 – DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DA 3ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2014-2017;** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto. Tomando a palavra, disse tratar-se da consolidação da Revisão ao Orçamento, ou seja, trata-se da inscrição das situações referidas em concreto. -----

Não havendo inscrições para intervir intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, **aprovar a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2014-2017**, com três abstenções. -----

**PONTO 4 – DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO -**

Para apresentar este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que transmitiu terem a possibilidade de trabalhar o Mapa de Pessoal



do Município, de forma a adaptá-lo à realidade e aos projetos que se pretendiam desenvolver. Para o efeito apresentou a proposta que a seguir se transcreve: -----

«Considerando que: -----

1. “Os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento...” ou seja no caso dos municípios pela assembleia municipal, podendo ser objeto de alterações; -----
2. Conforme previsto na Lei o mapa de pessoal do município para 2014 foi aprovado pela assembleia municipal na sua sessão ordinária de dezembro de 2013 em conjunto com a proposta de orçamento; -----
3. Nos parece importante a criação e preenchimento do lugar de Comandante Operacional Municipal de Proteção Civil garantindo uma melhor resposta do município no que concerne a estas questões; -----
4. Nos parece essencial a organização da Divisão de Obras e Serviços Municipais através da existência de encarregados por cada equipa funcional (Ambiente, Jardins, Vias Municipais, Obras e Arruamentos e Águas e Saneamento), existindo já alguns encarregados e podendo noutros casos ser a situação resolvida por mobilidade inter-carreiras (uma vez que a abertura de procedimento concursal não nos garante o não aumento de trabalhadores, estando o município obrigado a reduzir 2% do pessoal ao serviço em relação a 31 de dezembro de 2013), prevendo-se a necessidade de mais dois encarregados uma vez que está prevista para breve a aposentação de Joaquim Santos Quadrado; -----
5. A necessidade efetiva de afetar mais pessoal ao serviço de informática e telecomunicações, nomeadamente para o desenvolvimento de funções correspondentes a técnico de informática; ---
6. Que entre o início do ano e a presente data já se registaram algumas aposentações sendo importante atualizar o mapa de pessoal. -----

PROPOMOS a alteração do mapa de pessoal do município, que depois de aprovada pela Câmara deverá ser submetida à decisão da Assembleia Municipal, consubstanciada: -----



17

- a) *Na criação de um lugar de Comandante Operacional Municipal de Proteção Civil; -----*
- b) *Na criação de dois lugares de encarregado operacional, uma vez que são respeitadas as densidades funcionais previstas na Lei, conforme mapa em anexo; -----*
- c) *Na extinção de um lugar de Encarregado de Parques de Máquinas, Parques de Viaturas ou Transportes (lugares previstos como a extinguir em caso de vagarem), por aposentação do trabalhador José Ramos; -----*
- d) *Na passagem do lugar de cozinheira de “posto de trabalho ocupado” para “posto de trabalho vago” por aposentação de Otilia Martins Meleira Ramos.» -----*

Finda a apresentação deste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício**, não tendo havido inscrições para intervir, colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal do Município, com um voto contra e três abstenções. -----

**PONTO 5 - DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DA DECISÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, REFERENTES AO CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO A 3 ANOS DE 240.000 QUILOGRAMAS DE GÁS PROPANO A GRANEL PARA O COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS E PAVILHÃO MUNICIPAL E GIMNODESPORTIVO; -----**

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício**, para apresentação do ponto em análise, deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que disse estar relacionado com o facto de existirem despesas plurianuais, cujo valor ascendia aos 100.000,00 €, autorizados pela Assembleia Municipal em Sessão anterior. -----

Finda a apresentação deste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício**, não tendo havido inscrições para intervir, colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, no dia 30-04-2014, no qual autoriza a assunção de compromissos plurianuais, referentes ao concurso público para fornecimento contínuo a 3 anos de 240.000 Quilogramas de Gás Propano a Granel para o complexo das Piscinas Municipais e Pavilhão Municipal e Gimnodesportivo. -----



07

**PONTO 6 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL NA 4ª REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE COORDENAÇÃO (CMC) DA REVISÃO DO PDM DO SABUGAL** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do ponto em análise. O Senhor **Presidente da Câmara** informou que a Câmara Municipal estava num processo de revisão do Plano Diretor Municipal, o qual tinha ficado suspenso há cerca de um ano e meio, até ser aprovado o Plano Estratégico do Sabugal, conforme determinado em Reunião de Câmara e Sessão de Assembleia Municipal. A Assembleia tinha aconselhado a Câmara a lançar o concurso para o Plano Estratégico e, após ter sido lançado o concurso, foi dado conhecimento à CCDRC que o processo de revisão do PDM estava parado e para a qual tinha sido contratada a empresa Plural. A Empresa estava na fase final do seu trabalho e tinha ficado acordado, na altura, não lhe ser paga a parte restante residual e encerrar o processo naquela altura. A CCDRC, em maio, alertou para a necessidade de ser tomada uma decisão sobre as afetações de Reserva Ecológica (na sequência das reuniões realizadas há alguns anos com todos os Presidentes de Juntas de Freguesias, onde tinham sido elencadas todas as condicionantes da REN e da RAN de todas as Freguesias) que estavam agora em curso e, se não tomassem a iniciativa de solicitar agora o parecer favorável, poderia ter consequências ao nível da impossibilidade de alterar o PDM, no caso de haver uma alteração à Lei. -----

Disse ainda terem sido enviados para a CCDRC um conjunto de documentos de suporte ao pedido de desafetação da Reserva Ecológica, aprovados pelo Executivo Municipal. -----

Concluindo, disse que, na altura, tinha sido eleita pela Assembleia Municipal uma Comissão para a Revisão do PDM, a qual estava representada por um elemento de cada partido. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** disse terem sido apresentadas duas listas, uma pelo Grupo do PSD que seria a Lista A, encabeçada por Germano Fernandes, e outra pelo Grupo do PS, encabeçada por Tânia Marisa Bárrios Leitão. Assim, foi feita a votação, por escrutínio secreto, tendo sido apurados os seguintes resultados: -----

Município de Sabugal



Lista A (Membro da Assembleia – Germano Fernandes): 28 -----  
Lista B (Membro da Assembleia - Tânia Marisa Bárrios Leitão): 25 -----  
Votos em Branco: 3 -----  
Votos Nulos: 2 -----

**PONTO 7 - ATIVIDADE MUNICIPAL.** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** tomou a palavra para dar a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que começou por dizer que a informação por escrito tinha sido distribuída a todos os Membros da Assembleia, pelo que, se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. -----

Na sequência de inscrição, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra a: -----

**Joaquim Carreto** para perguntar o que poderia dizer, relativamente à reunião realizada no dia 02 de maio na Assembleia da República, onde participara na audição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o Mapa Judiciário.-----

Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse ter estado presente, como gesto de solidariedade com todos os Municípios onde os Tribunais iriam encerrar. Tal como transmitira na última Assembleia Municipal, estaria sempre em primeiro lugar o interesse do Concelho. Mesmo com a solução intermédia da Secção de Proximidade, a qual tem a obrigatoriedade de realização de julgamentos do Sabugal, o facto de não estar ao nível daqueles que não iriam encerrar, tornava-o um Presidente de Câmara indignado e não conformado com a situação. Concluiu dizendo que participaria em todas as manifestações e confrontações com o Poder Central, especialmente com a Senhora Ministra da Justiça. -----

**António Gata**, depois de cumprimentar todos os presentes, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual tinha sido o objetivo da reunião realizada, no dia 20 de maio, com a Associação Duero-Douro, representada pelo Senhor Vereador Vítor Proença e outra reunião, no dia 23 do mesmo mês, tida com as Juntas de Freguesia sócias da Associação. -----

Município de Sabugal



13

Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse tratar-se do Agrupamento de Cooperação Territorial, criado no âmbito do QREN 2007-2013, e era considerado como uma ferramenta a ser utilizada na Cooperação Transfronteiriça. Esses agrupamentos poderiam, com projetos e planos integrados e autónomos, no âmbito de concursos específicos que a Comunidade Europeia abre, ir diretamente a Bruxelas candidatar ações. Em 2007, tinha sido entendido que o território, desde Bragança até ao Sabugal, poderia ser um território a construir parcerias e fazer uma candidatura autónoma no âmbito desse Agrupamento de Cooperação Territorial. O Sabugal tinha aderido com cerca de 23 Freguesias do Concelho, Foz Côa, Norte do Douro, porém uma grande parte do território, entre o Sabugal e o Norte do Douro, não o fez, ficando assim um parte do território sem continuidade. A estrutura do AECT- Douro foi planeando intervenções, tendo todos os associados assumido uma quota de 1.000,00 €/ano, a qual se tornara impossível de pagar por parte das Juntas de Freguesia por ser um montante tão elevado anualmente. Nunca se tinha verificado uma intervenção conjugada e trabalhada, especialmente em projetos no Concelho do Sabugal, por isso se chegara a um momento de muito descrédito. Informou ainda que a Câmara Municipal do Sabugal estava num Agrupamento de Cooperação Territorial Institucional com nove Municípios da Beira interior Norte e a Deputacion de Salamanca, o BINSAL. Ainda , no que à Cooperação Duero-Douro dizia respeito, tinha conhecimento que no dia 5 de julho se iriam realizar novas eleições e, para o efeito, pedira ao Senhor Vereador Vítor Proença para comparecer, em representação da Câmara, na reunião, permitindo assim saber o que se estava a passar. Para finalizar disse ser necessário trabalhar a cooperação através da BINSAL e do Consórcio que estavam a criar com a mancomunidade do Alto Águeda, Sierra de Gata e Penamacor, sendo essa a postura da Câmara em termos de cooperação transfronteiriça. -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Chegado a este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício**, na sequência de inscrição, deu a palavra ao Múncipe **José Soares Teles** que começou por felicitar o Senhor Presidente da Assembleia em exercício - Dr.º António Serra, pela maneira coerente, sensata e pelo respeito por todos, com que tinha conduzido esta Assembleia, o que demonstrava um sentido político e de responsabilidade muito elevado. De seguida, deixou algumas notas, nomeadamente: ---

1. Em fevereiro do corrente ano, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia tinha recebido um trabalho escrito de trinta e quatro folhas, no qual pedira uma análise de certas práticas seguidas



nesta Assembleia mas, até à presente data, nada lhe tinha sido comunicado a si, ao Senhor Presidente da Câmara ou ao Jurista Municipal. Dirigindo-se ao Senhor **Presidente da Câmara** disse que as Assembleias Municipais deveriam ser mais explícitas e objetivas. Entregara hoje, ao Senhor Presidente da Câmara, no seu gabinete, um trabalho de 10 páginas no qual voltava a salientar a necessidade de se reverem alguns procedimentos desta Assembleia. Referiu que o Regimento tinha aspetos positivos, mas também continha autênticos disparates. Por fim, deixou um apelo ao Jurista Municipal para que o Regulamento fosse alterado. -----

2. Em outubro do ano transato, tinha estado uma equipa no Auditório Municipal que se propunha realizar um Projeto de Desenvolvimento do Sabugal, com um encargo financeiro no valor de 70.000,00 €. Assim, perguntou ao Senhor **Presidente da Câmara** onde estava esse projeto. -----

Pelo Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta à questão, disse que o Plano Estratégico do Sabugal, como já respondera anteriormente, iria ser presente a sua última versão na próxima Reunião de Câmara e, depois de ser analisado pelo Executivo, era sua intenção propor a sua divulgação na Internet e nas Juntas de Freguesia, no sentido de obter as propostas finais por parte da população do Concelho. Relativamente ao custo, o mesmo era pago por etapas, estando a ser pago conforme iam sendo desenvolvidas as etapas deste Plano, mas o Caderno de Encargos continha em pormenor os planos de pagamento. -----

Findas as intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a sessão**, eram vinte e uma horas e vinte minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Isabel Gonçalves, Assistente Técnica que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia em exercício, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia em exercício,



António Luís Miranda dos Santos Serra

A Assistente Técnica,



Isabel Gonçalves



## **PRESTAR CONTAS**

Exmo.(a) Senhor (a),

No próximo dia 29 de Setembro vão ter lugar as eleições autárquicas. Todos aqueles que foram eleitos há quatro anos devem prestar contas aos cidadãos eleitores das promessas feitas em campanha eleitoral para que os cidadãos, em geral, e os eleitores, em particular, possam, em consciência, comparar, criticar e, finalmente, ajuizar.

Também aqueles que desempenharam cargos eletivos ou funções públicas de relevo - que é o meu caso - devem prestar contas pela mesma razão, uma vez que sou candidato à assembleia Municipal do Conselho do Sabugal.

Assim sendo, junto envio um breve resumo da minha atividade parlamentar, através de recortes de jornais <sup>(1)</sup> e, a partir V Legislatura, de um índice informático parlamentar.

Como V. Ex<sup>a</sup> verificará, não houve nenhuma área respeitante ao distrito da Guarda (e muitas vezes particularizando o conselho do Sabugal) que não tivesse sido abordada por mim na Assembleia da República, desde à educação, à saúde, à indústria, à agricultura, à floresta, às políticas sociais, aos fundos estruturais da União Europeia, às infraestruturas (nomeadamente à linha da Beira Baixa e à barragem do Côa), ao poder local, sendo também coautor do projeto-lei n.º 530/VIII -alargamento das atribuições e competências das freguesias, do projeto-lei n.º 660/VII- elevação do Soito a vila e ainda o projeto-lei relativo à criação da nova junta de freguesia de Lapa dos Pinheiros no conselho de Seia.

Na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sou autor do projeto de resolução relativo à participação de cidadãos estrangeiros nas eleições autárquicas nos países membros do Conselho da Europa.

Foi, no entanto, à área das comunidades portuguesas que dediquei especial atenção como testemunham os diários da Assembleia da República e as atas da comissão de negócios estrangeiros e comunidades portuguesas, sempre na superior defesa daqueles que um dia tiveram de partir porque a pátria lhes foi madrastra, e o conselho do Sabugal não foi exceção.

Como sempre, uma vez eleito, não deixarei de lutar e defender, no lugar próprio, e em todas as instâncias, as legítimas aspirações dos cidadãos do conselho do Sabugal.

Manifesto total disponibilidade para qualquer informação complementar.

**Carlos Luis**

**Sabugal, Setembro de 2013**

(1). Só a partir da V Legislatura os trabalhos, a nível individual, se encontram informatizados. Por isso, tive de me socorrer de recortes de jornais referentes à IV e V Legislatura.



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

V LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1989-1990)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 1 DE JUNHO DE 1990

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vítor Pereira Crespo

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. **Reinaldo Alberto Ramos Gomes**

**Vítor Manuel Caio Roque**

**Júlio José Antunes**

**Daniel Abílio Ferreira Bastos**

### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da interpelação n.º 13/V e do projecto de lei n.º 545/V.

Em sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira) e dos Srs. Secretários de Estado da Segurança Social (Vieira de Castro),

Adjunto do Ministro da Educação (Alarcão Tron), do Ambiente e de Defesa do Consumidor (Macário Correia) e Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Encarnação), os Srs. Deputados Armando Vara e Carlos Luís (PS), Apolónia Teixeira e Lourdes Hespanhol (PCP), Narana Coissoró (CDS), Hercúlo Pombo (Os Verdes) e Julieta Sampaio (PS).

Entretanto, foi aprovado um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de um deputado do PSD. O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas.

A abertura do IP5 foi a coisa mais importante que aconteceu no distrito de Viseu. Pode ligar-se a abertura do IP5, ou às expectativas da sua abertura, a uma progressiva industrialização, que vai de Oliveira de Frades para o interior em cadência visível e muito determinada.

Gostava de resumir a posição dizendo que não se deve olhar para a estratégia de desenvolvimento atendendo só ao sistema de incentivos, pois há muitas outras coisas que têm de ser conjugadas com esse sistema. Temos pena que, efectivamente, não haja mais candidatos do interior ao sistema de incentivos, mas, de qualquer das formas, havendo tanto a fazer no geral e em zonas que, como disse, não são do litoral. — pois o Sistema de Incentivos de Base Regional já é só para as zonas mais deprimidas —, não há qualquer razão para vir a complicar e a diforir problemas criando uma estrutura industrial débil, apoiando projectos que não têm qualquer espécie de interesse do ponto de vista industrial; assim, conjugando todas as coisas, podemos vir a concretizar aquilo que queremos, que é instalar indústrias viáveis em zonas do interior, ajudando ao seu desenvolvimento com uma base sustentada no tempo.

O Sr. Presidente: — Para formular a sua questão, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Luís.

O Sr. Carlos Luís (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O distrito da Guarda sofreu profundamente as consequências negativas de um desenvolvimento económico que fez das regiões periféricas autênticos estabilizadores do mercado nacional. As populações foram ali deixadas ao abandono, não se aproveitando devidamente os recursos humanos, de que só se explorava a rentabilidade quando suficientemente elevada para contrabalançar os custos dos transportes — estratégia de que apenas beneficiam, no entanto, os grandes centros industriais de Lisboa e do Porto.

A esmagadora maioria dos trabalhadores locais restavam, quase tão-só, as tarefas de laboração primária, pesadamente remuneradas. Não tiveram, portanto, melhor alternativa que não fosse emigrar, deixando inúmeras aldeias praticamente abandonadas ou então habitadas por gente da terceira idade.

Esses emigrantes geraram, é certo, importantes fluxos financeiros, mas, à falta de uma estratégia de desenvolvimento regional que os captasse como investimento produtivo, acabaram por ser canalizados para outras regiões do País, sobretudo do litoral, agravando assim as assimetrias e os problemas das gentes do interior.

Esta região está inserida numa área das mais desfavorecidas do País e assim entendida pelas comunidades quando aceitaram um programa específico para o seu desenvolvimento.

Este programa visa o desenvolvimento integral desta região, que passa pela criação de infra-estruturas, onde o poder local desempenha papel preponderante.

O espírito que preside à aplicação dos fundos comunitários deve ser o de corrigir assimetrias entre regiões e não acentuá-las.

O itinerário principal denominado IP2 é parte integrante do Plano Rodoviário Nacional, já aprovado desde 1985.

A administração central tem como sua inteira responsabilidade a concretização deste plano rodoviário, antes de existir programa transfronteiriço.

A estrada da Raia, a sul de Vilar Formoso, constituiria um prolongamento natural da estrada nacional n.º 332,

que se encontra já definida entre Figueira de Castelo Rodrigo e Vilar Formoso, permitindo assim o escoamento do IP5 na origem.

Por outro lado, esta estrada é uma via estruturante, que potencia o desenvolvimento económico e social de uma vasta região de fronteira (concelhos de Almeida, Sabugal, Penamacor e Idanha-a-Nova), pelo aumento de acessibilidade às zonas envolventes.

É de facto inadmissível que a mais importante ligação do Centro-Sul do País à Europa, através da fronteira de Vilar Formoso, tenha chegado a tal estado de degradação e ruína.

É crescente o descontentamento e o sentimento de revolta das populações pela manutenção e agravamento deste estado de coisas.

Sr. Ministro, para quando um plano que, de facto, possa colmatar todas estas carências de uma região das mais carenciadas da Europa em todos os domínios, não só nas infra-estruturas da rodovia, mas também na educação e na saúde?

E, como tive oportunidade de citar a V. Ex.ª, perguntou-lhe muito concretamente: para quando se prevê, de facto, a reabilitação da estrada que liga Vilar Formoso, Sabugal, Penamacor e Castelo Branco, que, como sabe, é o trajecto mais curto que liga a fronteira à capital?

Para quando, Sr. Ministro, a reabilitação da estrada de Sortelha, que, ao longo dos anos, tem sido consagrada no PIDDAC e a que, até este momento, ainda não foi dada uma resposta concreta?

Para quando, Sr. Ministro, os acessos condignos de toda a periferia da zona raiana aos itinerários principais, nomeadamente ao IP5, que é, como tem sido chamado, a morgue da Europa?

Para quando, Sr. Ministro, os postos de emergência e as áreas de serviço do IP5, que, até este momento, depois de estar inaugurado há ano e meio, ainda não tem as infra-estruturas necessárias e indispensáveis?

Para quando, Sr. Ministro, uma reabilitação completa e geral de uma das zonas mais carenciadas do País?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Sr. Deputado Carlos Luís, fez uma série de perguntas que começaram todas pela expressão «para quando»; a resposta para quase todas elas é «para já».

Ainda no dia 4 do mês passado, portanto, ainda não há uma mês, eu próprio estive a homologar a encomenda de um estudo, realizado pela Associação para o Desenvolvimento Integrado na Raia (ADIR), constituída pela Associação dos Institutos Politécnicos da Guarda e Castelo Branco em articulação com os centros de estudos de desenvolvimento regional e urbano. Trata-se de um estudo que importa em 40 000 contos, sendo subsidiado pela Comunidade Económica Europeia em 30 000 contos e pelo Governo em 10 000, e que tem como objectivo toda a área da Beira Interior norte, Beira Interior sul e Cova da Beira.

Portanto, a resposta à primeira pergunta, quanto ao plano, já está dada: está em curso, desde o dia 4 do mês passado, um estudo que visa possibilitar a caracterização da zona e, fundamentalmente, constituir um suporte eficaz que permita delinear e elaborar a própria intervenção integrada de desenvolvimento.

Mas é evidente que não vamos ficar a aguardar o estudo e temos já um programa operacional para a Raia central, que posteriormente será reformulado de acordo com esse estudo, numa fase intermédia. É uma intervenção operacional que está prevista, aliás, dentro do quadro do eixo VI do quadro comunitário de apoio, que já está aprovado, o qual tem uma série de componentes — não vou agora dissertar sobre essas componentes todas — e tem cinco subprogramas, sendo três financiados pelo FEDER, um pelo Fundo Social Europeu e outro pelo FEOGA — Orientação: no primeiro trata-se de infra-estruturas; no segundo, de apoio à actividade produtiva e ao desenvolvimento local; no terceiro, de formação profissional; no quarto, de desenvolvimento rural, e, por fim, o quinto respeita à execução e acompanhamento do respectivo programa.

A negociação deste programa vai ter lugar nas próximas duas semanas. Os quadros financeiros estão a ser finalizados e, segundo a informação actualmente disponível, o montante global deste programa operacional é de cerca de 12,3 milhões de contos, isto é, vai acabar por ser de 13 milhões de contos. O FEDER compartilha com 6,2 milhões de contos e o Fundo Social Europeu com quase 100 000 contos, não estando ainda disponível o restante por parte do FEOGA — Orientação.

O programa será aprovado contendo uma cláusula que prevê a sua revisão no final de 1991, com base nos resultados do tal estudo preparatório que foi elaborado antes. Permite-se, assim, uma melhoria das linhas estratégicas e da programação, porque há muitos outros programas que vão estar em colaboração, que são: o PRODAC, que vai responder a grande parte das interrogações que o Sr. Deputado pôs relativamente às vias de «irrigação» do IP5 e que, portanto, vem em socorro de muitos desses eixos; o PRODEP, no que respeita à educação; o CIENCIA, no que respeita, especialmente nesse caso e no caso da Raia que particularmente referiu, à Universidade da Beira Interior e aos Institutos Politécnicos da Covilhã e da Guarda.

Deste modo, suponho que, articulando os resultados deste estudo com o programa que nas próximas duas semanas será aprovado e com o programa transfronteiriço — que está em bom curso —, grande parte das inquietações que tão expressivamente revelou vão ficar acalmadas, dado que demonstramos claramente que temos a maior das preocupações, mas que estamos a fazer uma actuação empenhada e inteligente nessa área.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Luís.

O Sr. Carlos Luís (PS): — Sr. Ministro, V. Ex.<sup>a</sup>, às perguntas que lhe formulei, respondeu «para já» mas terminou dizendo que é necessário ter calma, como se os problemas se resolvessem por si ou se a Providência os resolvesse!...

Alguns dos problemas têm sido resolvidos à custa das autarquias e não à custa do poder central. É no campo da saúde, Sr. Ministro, cito-lhe, por exemplo, um caso que é caricato e que nos ofende a todos nós, principalmente àqueles que residem nas regiões do interior, o do Hospital do Sabugal, onde chove durante o Inverno, onde os doentes, ao fim do dia, se entretêm a distribuir biscoitos pelos quartos para que os ratos se entretenham, durante a noite, a comê-los e não passem pelas camas dos doentes! É um escândalo!... É uma ofensa, Sr. Ministro!...

Mais, Sr. Ministro: para quando o contrato-programa de construção dos Paços do Concelho da Guarda, que, apesar de ter o aviso favorável de todas as direcções-gerais, tem sido negado e congelado nas gavetas das secretarias ministeriais?!

Para quando um acesso condigno da Guarda ao maço central, à serra da Estrela, que passe pela Guarda, Trinta e Maçainhas e com introdução a Folgoso? Para quando, Sr. Ministro, as condições de vida para aqueles a quem tudo tem sido negado e que muito têm dado e contribuído para o País?

Perante estas interrogações, o Sr. Ministro manda ter calma às populações que durante anos e anos têm tido surtos de emigração, com um acentuado prolongamento ainda hoje, nos nossos dias; a região do interior perdeu, nas últimas três décadas, 25% da sua população, porque não foram nem estão a ser criadas condições de fixação, sobretudo à juventude!

De facto, Sr. Ministro, a Beira Interior é uma casa da terceira idade! A Beira Interior é um deserto! A Beira Interior, Sr. Ministro, é uma hemorragia permanente para os centros de Lisboa e do Porto e para a Europa!

A região do interior tem sido, de facto, aquela que tem sido mais penalizada, sobretudo por este Governo, Sr. Ministro. E V. Ex.<sup>a</sup> não respondeu a estas perguntas; ou melhor, respondeu na generalidade mas não aos problemas concretos, e era a isso que gostava que o Sr. Ministro respondesse.

#### Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Sr. Deputado, perante números tão concretos, datas tão específicas e iniciativas tão positivas, dizer que eu respondi vagamente é realmente não ter estado com atenção! É o mínimo que posso dizer.

Efectivamente, em primeiro lugar, não mandei ninguém ter calma! E tanto que não mandei que, no mês passado, eu próprio estive dois dias na parte norte do distrito da Guarda e ainda esta semana todo um dia em Seia, exactamente para ver os problemas que toda esta área tem.

Tenho a impressão que se reparar no estudo geral, para toda a área, envolvendo e estimulando, não a terceira idade que lá repousa, mas as forças novas que lá existem, verificará que não quisemos fazer um estudo com um gabinete do exterior, antes privilegiámos um estudo que envolvesse os Institutos Politécnicos de Castelo Branco e da Guarda. E isto exactamente para criar, no local, o conhecimento e o hábito de analisar a sua própria zona, para estimular os seus próprios recursos e fazer tudo aquilo que é criar uma base de vinculação das instituições principais à região.

Por outro lado, não esperámos pelo estudo, já começámos, tendo negociado um programa operacional, que responde a grande parte dessas inquietações que o Sr. Deputado refere. Porém, não contentes com isto, resolvemos forçar um programa para a Raia, isto é, um programa transfronteiriço, que faz exactamente o oposto daquilo que o Sr. Deputado dizia. A última das coisas que fazemos é deixar à Providência a solução dos problemas! Naturalmente, gostamos que a Providência nos auxilie, mas nós auxiliamo-nos a nós próprios, porque a melhor forma de auxiliar a Providência, suponho, é começarmos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Exm<sup>o</sup> Senhor

CHEFE DE GABINETE DE SUA EXCELÊNCIA O  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

N/ Ref.º

V/ Ref.º

Data, 18 MAI 190- 0354

ASSUNTO: Perguntas ao Governo

Encarrega-me o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de informar que, na sessão de 25 de Maio próximo, se pretende formular as seguintes perguntas ao Governo:

- Através do Deputado MANUEL DOS SANTOS - Situação do caso DREXEL e, em particular, conclusões do inquérito interno do Banco de Portugal
- Através do Deputado CARLOS LUÍS - Situação do Programa Integrado da Raia (Raia Central)
- Através da Deputada JULIETA SAMPAIO - Regulamentação da legislação sobre associações de mulheres.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DE GABINETE,

(Luís Manuel Patrão)

Atividade do Deputado

Atividade de Deputado - Carlos Luís

VI<sup>a</sup> Legislatura  
Carlos Luís (PS)

Iniciativas apresentadas

Tipo	N.º	Sessão	Título
Projeto de Lei	598/VI	4	<u>Criação do parque arqueológico do Vale do Côa.</u>
Projeto de Lei	458/VI	4	<u>Comparticipação do Estado no custo dos medicamentos dos trabalhadores e pensionistas da indústria de lanifícios</u>
Projeto de Resolução	157/VI	4	<u>Ratificação da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico.</u>
Projeto de Resolução	155/VI	4	<u>Inquérito de Carrarate.</u>
Ratificação	119/VI	3	<u>Decreto-lei nº 78/94, de 9 de Março que igualiza a situação contributiva dos funcionários da administração pública com os demais trabalhadores por contra de outrem em matéria de segurança social.</u>
Projeto de Lei	264/VI	2	<u>Melhoria das condições de trabalho na administração pública.</u>

[menos...]

Requerimentos apresentados

N.º	Título	Data
1129/AC/VI/4	<u>COMEMORACOES DO 10 DE JUNHO DE 1992 NA SUICA</u>	
1092/AC/VI/4	<u>NUMERO DE PROJECTOS APRESENTADOS NO IAPMEI EM EVORA AO ABRIGO DO 2º QUADRO COMUNITARIO DE APOIO</u>	
1002/AC/VI/4	<u>APOIO AOS AGRICULTORES NA SEQUENCIA DAS GEADAS DE 1995</u>	
842/AC/VI/4	<u>SITUACAO LABORAL NA EMPRESA TEXTIL LOPES DA COSTA, S.A. (GOUVETA)</u>	
841/AC/VI/4	<u>SITUACAO LABORAL NA EMPRESA ROBERT BOSH - INDUSTRIA DE COMPONENTES, S.A. (GUARDA)</u>	
672/AC/VI/4	<u>CONSTRUCAO DO NOVO QUARTEL DE BOMBEIROS DE LAGARES DA BEIRA</u>	
671/AC/VI/4	<u>PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO DAS FIGURAS RUPESTRES DE VILA NOVA DE FOZ COA</u>	
670/AC/VI/4	<u>CRISE NAS INDUSTRIAS DE LANIFICIOS E TEXTEIS</u>	
454/AC/VI/4	<u>SITUACAO DA PEDREIRA DE TOUCA</u>	
405/AC/VI/4	<u>ATRIBUICAO DE SUBSIDIOS</u>	
179/AC/VI/4	<u>FECHO DA LINHA COVILHA-GUARDA</u>	
76/AC/VI/4	<u>COLOCACAO BLOQUEADA E SEM VINCULO DE 104 EDUCADORES DE INFANCIA DO DISTRITO DA GUARDA</u>	
16/AC/VI/4	<u>CONTRATAÇÃO DE ADVOGADOS PARA O GOVERNO CIVIL DA GUARDA</u>	
16/AL/VI/4	<u>PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO DAS FIGURAS RUPESTRES DE VILA NOVA DE FOZ COA</u>	
880/AC/VI/3	<u>ARRANQUE DA VINHA</u>	
847/AC/VI/3	<u>DECLARACAO DO ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA PARA O DISTRITO DA GUARDA</u>	
719/AC/VI/3	<u>INTEGRACAO DA NUT/SERRA DA ESTRELA NA AREA DE DAO-LAFOES</u>	
709/AC/VI/3	<u>SITUACAO AGRICOLA NO DISTRITO DA GUARDA</u>	
518/AC/VI/3	<u>GABINETE DE APOIO TECNICO (GAT)</u>	
447/AC/VI/3	<u>AMEACA DA FRANCA DE EXPULSAR CIDADAOES COMUNITARIOS DESEMPREGADOS</u>	
431/AC/VI/3	<u>SITUACAO DE PORTUGUESES CONTRATADOS PARA TRABALHAREM NA ALEMANHA</u>	
226/AC/VI/3	<u>INSTITUTO POLITECNICO DA GUARDA, POLO DE SEIA</u>	
1204/AC/VI/2	<u>BARRAGEM DO SABUCAI (COA)</u>	
1177/AC/VI/2	<u>CONFERENCIO NA GUARDA ENTRE...</u>	

1128/AC/VI/2	<u>PLANO RODOVIARIO NACIONAL</u>
632/AC/VI/2	<u>SUBSIDIOS DA COMUNIDADE EUROPEIA E SUA APLICACAO NO DISTRITO DA GUARDA</u>
571/AC/VI/2	<u>SITUACAO DA INDUSTRIA TEXTIL EM SEIA</u>
424/AC/VI/2	<u>ABERTURA DA FRONTEIRA E ENCERRAMENTO DOS SERVICOS ALFANDEGARIOS EM VILAR FORMOSO</u>
409/AC/VI/2	<u>CONTINUACAO DA ESTRADA N°324 (MEDA-PINHEL)</u>
334/AC/VI/2	<u>RECOMENDACAO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA GUARDA</u>
75/AC/VI/2	<u>ENCERRAMENTO DA ESTACAO DE CORREIOS EM MELO, GOUVEIA</u>
74/AC/VI/2	<u>ANALISE DO PLANO RODOVIARIO NACIONAL PELAS CAMARAS MUNICIPAIS DO AGRUPAMENTO DA GUARDA, CELORICÓ DA BEIRA E GOUVEIA</u>
927/AC/VI/1	<u>SUBSIDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE FORNOS DE ALGODRES</u>
442/AC/VI/1	<u>SITUACAO DOS TRABALHADORES DO SECTOR ADUANEIRO FACE AO MERCADO UNICO EUROPEU</u>
382/AC/VI/1	<u>SITUACAO DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE AGUIAR DA BEIRA</u>
294/AC/VI/1	<u>AMPLIACAO DE UMA FABRICA ESPANHOLA DE CONCENTRADO DE URANIO PROXIMO DA FRONTEIRA COM PORTUGAL</u>
20/AL/VI/1	<u>POLUICAO DO RIO COA POR EXTRACCAO DE AREIAS E LAVAGENS DE TERRA E SAIBRO</u>

[menos...]

#### Nomeações como Autor de Parecer - Iniciativas

Tipo	N.º	Título	D.Relatório	Fase
Proposta de Resolução	91/VI	<u>Aprova, para Ratificação, o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia</u>		Baixa comissão distribuição inicial generalidade

#### Comissões a que pertence / pertenceu

##### Comissão

COMISSÃO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS COMUNIDADES PORTUGUESAS E COOPERAÇÃO  
 COMISSÃO ASSUNTOS EUROPEUS  
 COMISSÃO EVENTUAL HISTÓRIA DO PARLAMENTO  
 COMISSÃO EVENTUAL CONTACTOS CONGRESSO DEPUTADOS CORTES ESPANHOLAS [Vice-Presidente]  
 COMISSÃO EVENTUAL INQUERITO CAMARATE  
 COM EV INQ S/ EV RESPONSABILIDADE GOV PREST SERV P/ OGMA AS FA DE ANGOLA  
 COMISSÃO ASSUNTOS EUROPEUS (ANTIGA)

#### Intervenções

Data da Reunião	Leg.	Sessão	Sumário	Tipo
1995-05-26	VI	4	<u>APROVA P/ RATIF. O TRATADO DE AMIZADE E COOPERACAO ENTRE A REPUBLICA PORTUGUESA E A FEDERACAO DA RUSSIA</u> INTERVEM NO DEBATE	Intervenção
1995-05-26	VI	4	<u>APROVA P/ RATIF. O TRATADO DE AMIZADE E COOPERACAO ENTRE A REPUBLICA PORTUGUESA E A FEDERACAO DA RUSSIA</u> INTERVEM NO DEBATE	Intervenção
1995-03-16	VI	4	<u>CONFERENCIA GERAL DA UNESCO E DA CIMEIRA DE CHEFES DE ESTADOE DO GOVERNO DO CONSELHO DA EUROPA: ELEICAO 1995 ANO INTERNACIONAL DA TOLERANCIA E ANO EUROPEU-CONTRA O RACISMO, A XENOFOBIA, A INTOLERANCIA E O ANTISEMITISMO</u>	Pedido de esclarecimento
1995-02-03	VI	4	<u>CRISTALARIA: MEDIDAS DE APOIO AO SECTOR</u> PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO SECRETARIO DE ESTADO DA INDUSTRIA (ALVES MONTEIRO) SOBRE INDUSRIA TEXTIL E LANIFICIOS VALE DO AVE	Pedido de esclarecimento
1994-12-15	VI	4	<u>Medidas governativas de apoio aos portugueses residentes no estrangeiro</u> Na sequência da intervenção do deputado Carlos Miguel Oliveira (PSD)	Defesa da honra
1994-12-15	VI	4	<u>Medidas governativas de apoio aos portugueses residentes no estrangeiro</u> Ao deputado Carlos Miguel Oliveira (PSD)	Pedido de esclarecimento

1994-10-28	VI	4	<u>ALFONSO: MEDIDAS LESIVAS DOS TRABALHADORES PORTUGUESES</u> USA A FIGURA REGIMENTAL POR DECLARACOES PROFERIDAS PELO DEPUTADO RUI GOMES DA SILVA (PSD)	Defesa da honra
1994-10-28	VI	4	<u>ALEMANHA: MEDIDAS LESIVAS DOS TRABALHADORES PORTUGUESES</u> QUESTOES SOBRE EMIGRANTES PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO	Pedido de esclarecimento
1994-07-07	VI	3	<u>POLITICA DE EMIGRACAO E ESTRUTURA CONSULAR</u> INTERVEM NO DEBATE.	Intervenção
1994-03-25	VI	3	<u>MEDIDAS DO GOVERNO FRANCES RESTRITIVAS DO DIREITO DE ESTADIADOS</u> <u>TRABALHADORES PORTUGUESES DESEMPREGADOS E SITUACAO ILEGAL DE PORTUGUESES NA ALEMANHA</u> PEDE ESCLARECIMENTOS AO SEC. ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS (LUIS MACEDO).	Pedido de esclarecimento
1994-03-23	VI	3	<u>POLITICA DE AMBIENTE E DE ORDENAMENTO DO TERRITORIO E AQUALIDADE DE VIDA DOS PORTUGUESES</u> PEDE ESCLARECIMENTOS AO SEC. DE ESTADO DO AMBIENTE E DO CONSUMIDOR (JOAQUIM POCAS MARTINS). PLANO HIDROLOGICO BACIA HIDROGRAFICA	Pedido de esclarecimento
1994-03-04	VI	3	<u>SITUACAO ACTUAL DO DESENVOLVIMENTO E APLICACAO DO PLANO DE COMBATE AO DESEMPREGO ENUNCIADO PELO GOVERNO</u> PEDE ESCLARECIMENTOS AO SEC. ESTADO DO EMPREGO E FORMACAO PROFISSIONAL (PINTO CARDOSO).	Pedido de esclarecimento
1994-02-11	VI	3	<u>CP: MODERNIZACAO E RECONVERSAO DOS CAMINHOS DE FERRO</u> PEDE ESCLARECIMENTOS ACERCA DA RESPOSTA DADA PELO SEC. ESTADO DOS TRANSPORTES (JORGE ANTAS) RELATIVAMENTE AO PLANO DE RECONVE AO E MODERNIZACAO FERROVIARIA BEIRA BAIXA	Pedido de esclarecimento
1993-01-28	VI	2	<u>MOCAMBIQUE: RESTITUICAO DOS VALORES DEPOSITADOS ANTES DA INDEPENDENCIA</u>	Intervenção
1992-12-16	VI	2	<u>Grandes Opções do Plano para 1993; Orcamento do Estado para 1993</u> OE1993; Responde a pedido de esclarecimento do deputado Antonio Lobo Xavier (CDS)	Intervenção
1992-05-07	VI	1	<u>GUARDA: CARENCIAS A NIVEL DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIARIAS, FERROVIARIAS, ENSINO SUPERIOR, SAUDE, AGRICULTURA, ETC.</u> PEDE ESCLARECIMENTOS A DEPUTADA MARILIA RAIMUNDO (PSD).	Pedido de esclarecimento
1992-02-28	VI	1	<u>AUGUSTO GIL: GRANDE VULTO, HOMEM DAS ARTES, LETRAS E POESIA</u>	Pedido de esclarecimento
1992-02-28	VI	1	<u>BEIRA INTERIOR: DESERTIFICACAO HUMANA</u>	Intervenção
1992-01-24	VI	1	<u>SITUACAO DA INVESTIGACAO CIENTIFICA EM PORTUGAL</u> PERGUNTA E PEDE ESCLARECIMENTOS AO SECRETARIO DE ESTADO DA CIENCIA E TECNOLOGIA (FERNANDES THOMAZ).	Intervenção

[menos...]

#### Grupos Parlamentares de Amizade a que pertence / pertenceu

##### Nome do Grupo

Portugal-Tailândia

Portugal-África do Sul

Portugal-República Checa [Vogal]

Portugal-Peru

Portugal-Canadá

Portugal-Holanda [Vogal]

Portugal-Bulgária

Portugal-Irlanda

## Comunidades

deputado eleito pelo círculo da Emigração da Europa

## Prestar contas

al da evou Luís nem- mu- CP), muni- cial o ssen- anos por- ção bleia ra as

membro da Comissão de Inquérito para Apreciação dos Actos dos Governos PSD e PS envolvendo o Estado e grupos económicos, quatro comissões parlamentares especializadas da AR. A nível Europeu, o socialista é deputado na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa em Estrasburgo e da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO), em Paris.

Em termos de deslocações, apesar de representar a emigração da Europa, Carlos Luís fez diversas visitas a outros países para, segundo esclareceu, melhor se "inteirar dos problemas da emigração transoceânica".

Assim sendo, deslocou-se três vezes aos Brasil, duas à África do Sul e Moçambique e duas aos EUA. De realçar, ainda, que, em 1997, o deputado também visitou Taiwan, altura em que aproveitou para "contactar com a comunidade portuguesa em Macau e Hong-Kong".

## Co-autor do CCP

Considerando as intervenções de Carlos Luís no plenário da AR, o deputado participou em 28 debates, sobre temas como o exercício do direito de voto dos eleitores residentes no estrangeiro, a criação do Conselho Consultivo para as Comunidades Portuguesas e, entre outros, a aprovação do regulamento consular. Além dos debates, o deputado fez oito pedidos



de que foi co-autor conjuntamente com a deputada social-democrata Manuela Aguiar. Aquisição e perda da nacionalidade portuguesa, proposta de criação de serviços de contacto com o eleitorado junto dos consulados portugueses para os deputados à Assembleia da República eleitos pelos círculos eleitorais fora do território nacional, aprovação do Código do Registo Civil, estatuto do cooperante e do volun-

## Contactar cidadãos portugueses

Desde o início das suas funções como deputado à AR, o representante tem vindo a

"O deputado participou em 28 debates, sobre temas como o exercício do direito de voto dos

vidades Portuguesas de França, Casa de Portugal André Gouveia, Casa de Portugal em Plaisir, Associação dos Lusofalantes da Europa, Associação Franco-Portuguesa, Associação Paz e Vivre Ensemble em Argenteuil, Federação das Associações Portuguesas em França e Associação Franco-Portuguesa de Draveil, em França.

Na Alemanha, o parlamentar teve oportunidade de trocar impressões com cidadãos e instituições de Frankfurt e Dortmund, enquanto em Inglaterra, mantêve contactos com entidades lusas sediadas na cidade londrina. Presente na Convenção do PS, realizada em Maio de 96, em Bruxelas, Carlos Luís aproveitou, ainda nessa data, para estabelecer contactos com militantes socialistas no Benelux e com o meio associativo português existente na Bélgica. Já em Espanha, o deputado visitou, ainda em 1996, o bairro denominado "Los Pitiis ou de Los Portugueses".

Já no que respeita à emigração transoceânica, Carlos Luís contactou com empresários portugueses e docentes do ensino de português em Maputo, Moçambique; assim como João Crisóstomo e António Rodrigues, respectivamente, presidente e vice-presidente do Movimento Luso-Americano para a Autodeterminação de Timor-Leste, nos EUA. Ainda no continente norte-americano, o deputado visitou a Asso-



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Exm<sup>o(a)</sup> Senhor(a)  
Conselheiro(a) do CCP

### PRESTAR CONTAS

Aproxima-se o fim da VII Legislatura, é tempo de prestar contas aos cidadãos das promessas feitas há quatro anos.

Este sempre foi o meu entendimento quer o meu partido esteja na oposição, quer esteja no Governo. É neste sentido que convido os outros deputados eleitos pelo círculo da emigração a divulgarem o seu trabalho parlamentar para que os cidadãos em geral e os eleitores em particular possam, em consciência, comparar, criticar e, finalmente, ajuizar.

Pela parte que me diz respeito darei conhecimento aos Srs. Conselheiros, responsáveis associativos e Comunicação Social de um breve resumo do meu trabalho parlamentar.

Como atestam os diários da Assembleia da República e as actas da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, fui o deputado da emigração que mais diplomas apresentou na AR.

- Fui o deputado da emigração que mais intervenções fez na AR.

- AL
- Fui o deputado da emigração mais assíduo aos trabalhos parlamentares (Plenário e Comissão dos negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação).

Tendo sido eleito pelo Círculo eleitoral da Europa, fiz várias visitas a países fora da Europa, para melhor me inteirar dos problemas da emigração transoceânica.

Assim desloquei-me:

- Três vezes ao Brasil;
- Duas vezes à África do Sul e Moçambique
- Duas vezes ao EUA.

Em 1997 visitei Taiwan e aproveitei a deslocação para contactar com a Comunidade Portuguesa em Macau e Hong-Kong.

Na Assembleia da República faço parte das seguintes comissões parlamentares especializadas:

- Coordenador (PS) da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação;
- Vice-Presidente da Comissão Eventual de acompanhamento da situação em Timor-Leste;
- Coordenador e Relator (PS) da Comissão de Inquérito ao acidente de Camarate;
- Membro da Comissão de Inquérito para apreciação dos Actos dos Governos PSD e PS envolvendo o Estado e Grupos Económicos.

Sou ainda deputado em duas Assembleias Parlamentares na Europa:

- Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa em Estrasburgo.

67

Faço parte das seguintes Comissões especializadas:

- Comissão Permanente
- Comissão das Migrações, dos Refugiados e da Demografia
- Sub-Comissão dos Refugiados
- Sub-Comissão das Migrações.

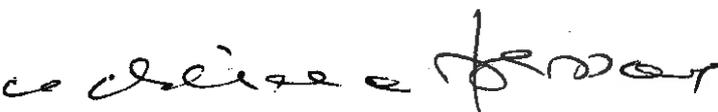
- Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO), em Paris.

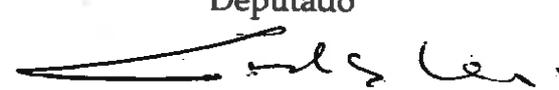
Faço parte das seguintes Comissões especializadas:

- Comissão Técnica-Aeroespacial
- Comissão do Orçamento
- Relações Parlamentares.

Manifesto a V. Ex<sup>a</sup> a disponibilidade para qualquer informação complementar.

Com os melhores cumprimentos.

  
Deputado

  
Carlos Luís

Lisboa, 21 de Maio de 1999

*O Presidente  
da Assembleia da República*

Exmº Senhor  
Deputado Carlos Luís  
Grupo Parlamentar do Partido Socialista  
Assembleia da República  
Palácio de São Bento  
Lisboa

*Resposta escrita:*

Dou em meu poder a carta de V. Exª datada de 12 do corrente.

Tomei conhecimento do relatório a que ela anexa e felicito V. Exª peia actividade desenvolvida e pela preocupação de deia prestar contas aos cidadãos e às cidadãs que o elegeram.

Com os melhores cumprimentos, cordiais.

*J. B. Mota Amaral*

JOÃO BOSCO MOTA AMARAL

Palácio de São Bento, 13 de Janeiro de 2005

036/PAR/05

## **IV<sup>a</sup> Legislatura**

### **Iniciativas apresentadas**

#### **Projetos de Lei**

- 160/IV** Demarcação da zona dos vinhos de Pinhel
- 178/IV** Elevação de Vilar Formoso à categoria de vila
- 226/IV** Criação da região vitivinícola - Lamego - Espumantes Naturais
- 227/IV** Criação da região vitivinícola - Encostas da Nave
- 254/IV** Região Demarcada de vinhos da Cova da Beira
- 262/IV** Elevação de Gouveia a categoria de cidade
- 271/IV** Proibição de todas as formas de publicidade ao tabaco
- 297/IV** Subsídio de interioridade nos distritos do interior de Portugal
- 337/IV** Lei de bases da regionalização
- 338/IV** Lei quadro da desconcentração
- 355/IV** Altera o artigo nº 88 da Lei nº 49/86, de 31 de Dezembro
- 356/IV** Alienação das participações do sector público por negociação particular

#### **Ratificações**

- 62/IV** Decreto-lei nº 451/85, de 28 de Outubro - aprova o estatuto do pessoal técnico profissional, administrativo e auxiliar do serviço das Missões, Embaixadas e Consulados de Portugal
- 65/IV** Decreto-lei nº 41/86, de 9 de Março - extingue o Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento (IACEP)
- 81/IV** Decreto-Lei nº 130/86, de 7 de Junho, que aprova a Lei Organica do Ministério do Plano e da Administração do Território
- 84/IV** Decreto-Lei nº 140-A/86, de 14 de Junho - cria o sistema de conta crédito denominada Conta Poupança-Emigrante. Revoga o Decreto-Lei nº 540/76, de 9 de Julho, excepto quanto ao disposto no seu artigo 7º, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 21-B/77, de 9 de Abril, o Decreto-Lei nº 729-H/75, de 22 de Dezembro e o Decreto-Lei nº 75-C/77 de 28 de Fevereiro
- 115/IV** Decreto-Lei n.º 351/86, de 20 de Outubro, que transforma em sociedade anónima de responsabilidade limitada e de capitais exclusivamente públicos a União de

Bancos Portugueses, E.P., passando a denominar-se União de Bancos Portugueses S.A.R.L.

**124/IV** Decreto-Lei nº 432-A/86, de 30 de Dezembro, que extingue a Agencia Noticiosa Portuguesa, E.P., designada por ANOP

## V<sup>a</sup> Legislatura

### Iniciativas apresentadas

### Inquéritos Parlamentares

17/V Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito sobre a RTP, E.P.

### Projetos de Deliberação

63/V Publicação integral das actas da Comissão eventual de inquérito sobre as formas que se revestiu o lançamento e o desenvolvimento de iniciativas susceptíveis de comparticipação do Fundo Social Europeu.

74/V Preservação do Mosteiro da Batalha.

75/V Degradação do ambiente nalgumas áreas do Distrito de Leiria.

83/V Propõe que a Assembleia da República delibere efectuar um debate com a presença do Ministro das Finanças afim de esclarecer a opinião pública das circunstâncias, responsabilidades e consequências decorrentes das operações de aplicação do ouro pelo Banco de Portugal junto do Drexel Burnham Lambert Trading Company.

123/V Constituição de uma subcomissão permanente, no âmbito da Comissão de Equipamento Social, para os problemas de segurança rodoviária.

### Projetos de Lei

26/V Elevação de Vilar Formoso à categoria de vila

28/V Criação da freguesia de Lapa dos Dinheiros no concelho de Seia

458/V Criação do Conselho das Comunidades Portuguesas

465/V Exercício do direito de acção popular

477/V Alterações ao código do direito de autor e direitos conexos

494/V Atribuições das autarquias e competências dos respectivos órgãos (Alteração do Decreto-lei nº 100/84, de 20 de Março e da Lei n 25/85, de 12 de Agosto)

496/V Alteração à lei n 1/87, de 6 de Janeiro (Finanças locais)

557/V Lei quadro sobre intervenções em áreas patrimoniais

558/V Criação da freguesia de Vila Verde no concelho de Seia

- 697/V** Substituição temporária de professores nos Ensinos Básico e Secundário
- 698/V** Fiscalização de obras escolares
- 699/V** Acumulações de docentes no Ensino Superior
- 721/V** Criação da Região Administrativa do Continente
- 723/V** Gestão do ensino pré-escolar, básico e secundário

### **Projetos de Resolução**

- 35/V** Realização, em reunião plenária da Assembleia da República com a presença do Governo, de um debate político sobre a questão da evolução possível dos leques salariais em Portugal
- 36/V** Reabertura dos trabalhos da Comissão Eventual de Inquérito sobre as formas de que se revestiu o lançamento e o deesenvolvimento de iniciativas susceptíveis de participação do Fundo Social Europeu
- 43/V** Recomenda ao Governo que promova, com urgência, as diligências necessárias com vista à aprovação para ratificação da Convenção para a Protecção do Património Arqueológico aprovada em reunião dos estados membros do Conselho da Europa, em 6 de Maio de 1969
- 44/V** Recomenda ao Governo que promova, com urgência, as diligências necessárias com vista à aprovação para ratificação da Convenção sobre as infracções que atinjam os bens culturais, aprovada em reunião dos estados membros do Conselho da Europa, de 26 de Junho de 1985
- 45/V** Recomenda ao Governo que promova, com urgência, as diligências necessárias com vista à aprovação para ratificação da Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico, aprovada em reunião dos estados membros do Conselho da Europa, de 3 de Outubro de 1985

### **Ratificações**

- 109/V** Decreto-Lei nº 20-A/90, de 15 de Janeiro, que aprova o regime jurídico das infracções fiscais não aduaneiras
- 124/V** Decreto-lei nº 101/90, de 21 de Março, que procede a Reforma das Estruturas Representativas das Comunidades Portuguesas, criando conselhos de País, o Conselho Permanente e o Conselho Permanente e o Congresso Mundial das Comunidades Portuguesas
- 129/V** Decreto-lei nº 121-B/90, de 12 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do Quadro Comunitário de Apoio para as Intervenções Estruturais Comunitárias no Território Português (QCA), que foi estabelecido pela decisão de Comissão das Comunidades Europeias nº C (89) 1869, de 31 de Outubro de 1989

- 137/V** Decreto-lei nº 186/90, de 6 de Junho, que sujeita a uma avaliação de impacte ambiental os planos e projectos que, pela sua localização, dimensão ou características, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas ambientais
- 143/V** Decreto-lei nº 276/90, de 10 de Setembro, que aprova o regime especial de acesso ao ensino superior, para os atletas de alta competição (altera o Decreto-lei nº 354/88, de 12 de Outubro)
- 144/V** Decreto-lei nº 257/90, de 7 de Agosto, que estabelece medidas específicas de apoio à alta competição
- 158/V** Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro, que estabelece o novo regime jurídico para as Assembleias Distritais
- 176/V** Decreto-Lei nº 102/91, de 8 de Março, que cria uma taxa de segurança a cargo dos passageiros embarcados em aeroportos e aeródromos nacionais

## **Intervenções**

### **1990-12-05 - Intervenção**

Autoriza o Governo a legislar sobre o XIII Recenseamento Eleitoral da População e III Recenseamento Geral da Habitação a efectuar em 1991

[DAR I série 21 V/4 1990-12-06 pág 702 - 703]

### **1990-12-06 - Intervenção**

Responde aos deputados Alexandre Monteiro (PSD) e Alexandre Manuel (PRD).

Sobre diversas questões respeitantes à Beira Interior.

[DAR I série 22 V/4 1990-12-07 pág 724 - 725,727]

### **1991-01-18 - Pedido de esclarecimento**

Ao deputado Alexandre Monteiro (PSD).

Sobre questões relativas ao distrito da Guarda

[DAR I série 32 V/4 1991-01-19 pág 1070 - 1071]

## **1991-03-08 - Defesa da consideração**

Ao deputado Luís da Silva Carvalho (PSD).

Sobre as críticas que deputados do PCP formularam na sequência de uma deslocação ao distrito da Guarda, assim como as produzidas pelo presidente da Câmara em relação à governadora civil daquele distrito

[DAR I série 52 V/4 1991-03-09 pág 1682]

## **Atividades Parlamentares**

### **Voto**

- 125/V** Congratulação pela comemoração dos 80 anos do Orfeão do Porto.
- 149/V** Congratulação pelos resultados do encontro de Évora entre as delegações do Governo da República Popular de Angola e da UNITA, com vista à concretização da paz naquele país.
- 156/V** Sobre o Dia Mundial da Criança.

## **Grupos Parlamentares de Amizade**

Portugal-África do Sul

Portugal-Tailândia

Portugal-Chipre

Portugal-Canadá

Portugal-Holanda

Portugal-República Federativa Checa e Eslovaca

Portugal-URSS

Portugal-Hungria

Portugal-Grécia

Portugal-Austrália

Portugal-Suécia

## VIª Legislatura

### Iniciativas apresentadas

#### Projetos de Lei

- 264/VI Melhoria das condições de trabalho na administração pública.
- 458/VI Comparticipação do Estado no custo dos medicamentos dos trabalhadores e pensionistas da indústria de lanifícios
- 598/VI Criação do parque arqueológico do Vale do Côa.

#### Projetos de Resolução

- 155/VI Inquérito de Camarate.
- 157/VI Ratificação da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico.

#### Ratificações

- 119/VI Decreto-lei nº 78/94, de 9 de Março que igualiza a situação contributiva dos funcionários da administração pública com os demais trabalhadores por contra de oitrem em matéria de segurança social.

#### Requerimentos apresentados

- 294-AC/VI/1 AMPLIACAO DE UMA FABRICA ESPANHOLA DE CONCENTRADO DE URANIO PROXIMO DA FRONTEIRA COM PORTUGAL
- 382-AC/VI/1 SITUACAO DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE AGUIAR DA BEIRA
- 442-AC/VI/1 SITUACAO DOS TRABALHADORES DO SECTOR ADUANEIRO FACE AO MERCADO UNICO EUROPEU
- 927-AC/VI/1 SUBSIDIO AOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE FORNOS DE ALGODRES
- 20-AL/VI/1 POLUICAO DO RIO COA POR EXTRACCAO DE AREIAS E LAVAGENS DE TERRA E SAIBRO
- 74-AC/VI/2 ANALISE DO PLANO RODOVIARIO NACIONAL PELAS CAMARAS MUNICIPAIS DO AGRUPAMENTO DA GUARDA, CELORICO DA ...

- 75-AC/VI/2 ENCERRAMENTO DA ESTACAO DE CORREIOS EM MELO, GOUVEIA
- 334-AC/VI/2 RECOMENDACAO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA GUARDA
- 409-AC/VI/2 CONTINUACAO DA ESTRADA N°324 (MEDA-PINHEL)
- 424-AC/VI/2 ABERTURA DA FRONTEIRA E ENCERRAMENTO DOS SERVICOS ALFANDEGARIOS EM VILAR FORMOSO
- 571-AC/VI/2 SITUACAO DA INDUSTRIA TEXTIL EM SEIA
- 632-AC/VI/2 SUBSIDIOS DA COMUNIDADE EUROPEIA E SUA APLICACAO NO DISTRITO DA GUARDA
- 1128-AC/VI/2 PLANO RODOVIARIO NACIONAL
- 1129-AC/VI/2 CONFRONTO NA GUARDA ENTRE TRABALHADORES E GNR
- 1204-AC/VI/2 BARRAGEM DO SABUGAL (COA)
- 226-AC/VI/3 INSTITUTO POLITECNICO DA GUARDA, POLO DE SEIA
- 431-AC/VI/3 SITUACAO DE PORTUGUESES CONTRATADOS PARA TRABALHAREM NA ALEMANHA
- 447-AC/VI/3 AMEACA DA FRANCA DE EXPULSAR CIDADAO COMUNITARIOS DESEMPREGADOS
- 518-AC/VI/3 GABINETE DE APOIO TECNICO (GAT)
- 709-AC/VI/3 SITUACAO AGRICOLA NO DISTRITO DA GUARDA
- 719-AC/VI/3 INTEGRACAO DA NUT/SERRA DA ESTRELA NA AREA DE DAO-LAFOES
- 847-AC/VI/3 DECLARACAO DO ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA PARA O DISTRITO DA GUARDA
- 880-AC/VI/3 ARRANQUE DA VINHA
- 16-AC/VI/4 CONTRATACAO DE ADVOGADOS PARA O GOVERNO CIVIL DA GUARDA
- 76-AC/VI/4 COLOCACAO BLOQUEADA E SEM VINCULO DE 104 EDUCADORES DE INFANCIA DO DISTRITO DA GUARDA
- 179-AC/VI/4 FECHO DA LINHA COVILHA-GUARDA
- 405-AC/VI/4 ATRIBUICAO DE SUBSIDIOS
- 454-AC/VI/4 SITUACAO DA PEDREIRA DE TOUCA
- 670-AC/VI/4 CRISE NAS INDUSTRIAS DE LANIFICIOS E TEXTEIS
- 671-AC/VI/4 PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO DAS FIGURAS RUPESTRES DE VILA NOVA DE FOZ COA

- 672-AC/VI/4** CONSTRUCAO DO NOVO QUARTEL DE BOMBEIROS DE LAGARES DA BEIRA
- 841-AC/VI/4** SITUACAO LABORAL NA EMPRESA ROBERT BOSH - INDUSTRIA DE COMPONENTES, S.A. (GUARDA)
- 842-AC/VI/4** SITUACAO LABORAL NA EMPRESA TEXTIL LOPES DA COSTA, S.A. (GOUVEIA)
- 1002-AC/VI/4** APOIO AOS AGRICULTORES NA SEQUENCIA DAS GEADAS DE 1995
- 1092-AC/VI/4** NUMERO DE PROJECTOS APRESENTADOS NO IAPMEI EM EVORA AO ABRIGO DO 2º QUADRO COMUNITARIO DE APOIO
- 1129-AC/VI/4** COMEMORACOES DO 10 DE JUNHO DE 1992 NA SUICA
- 16-AL/VI/4** PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO DAS FIGURAS RUPESTRES DE VILA NOVA DE FOZ COA

### **Nomeações como Relator**

### **Iniciativas**

### **Propostas de Resolução**

- 91/VI** Aprova, para Ratificação, o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia
- (sem relatório)

### **Comissões a que pertence e atividades em que participou**

Comissão negócios estrangeiros comunidades portuguesas e cooperação

Comissão assuntos europeus

Comissão eventual história do parlamento

Comissão eventual contactos congresso deputados cortes espanholas - (vice-presidente)

Comissão eventual contactos congresso deputados cortes espanholas - (vice-presidente)

Comissão eventual inquerito camarate

Com ev inq s/ ev responsabilidade gov prest serv p/ ogma as fa de angola

Comissão assuntos europeus (antiga)

## **Intervenções**

### **1992-01-24 - Intervenção**

PERGUNTA E PEDE ESCLARECIMENTOS AO SECRETARIO DE ESTADO DA CIENCIA E TECNOLOGIA (FERNANDES THOMAZ).

SITUACAO DA INVESTIGACAO CIENTIFICA EM PORTUGAL

[DAR I série 26 VI/1 1992-01-25 pág 677 - 679]

### **1992-02-28 - Intervenção**

BEIRA INTERIOR: DESERTIFICACAO HUMANA

[DAR I série 35 VI/1 1992-02-29 pág 1052 - 1054]

### **1992-02-28 - Pedido de esclarecimento**

AUGUSTO GIL: GRANDE VULTO, HOMEM DAS ARTES, LETRAS E POESIA

[DAR I série 35 VI/1 1992-02-29 pág 1057 - 1058]

### **1992-05-07 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTOS A DEPUTADA MARILIA RAIMUNDO (PSD).

GUARDA: CARENCIAS A NIVEL DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIARIAS, FERROVIARIAS, ENSINO SUPERIOR, SAUDE, AGRICULTURA, ETC.

[DAR I série 60 VI/1 1992-05-08 pág 1904]

### **1992-12-16 - Intervenção**

OE1993; Responde a pedido de esclarecimento do deputado Antonio Lobo Xavier (CDS)

Grandes Opções do Plano para 1993; Orçamento do Estado para 1993

[DAR I série 22 VI/2 1992-12-17 pág 829]

### **1993-01-28 - Intervenção**

MOCAMBIQUE: RESTITUICAO DOS VALORES DEPOSITADOS ANTES DA INDEPENDENCIA

[DAR I série 34 VI/2 1993-01-29 pág 1254]

**1994-02-11 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTOS ACERCA DA RESPOSTA DADA PELO SEC. ESTADO DOS TRANSPORTES (JORGE ANTAS) RELATIVAMENTE AO PLANO DE RECONVE AO E MODERNIZACAO FERROVIARIA BEIRA BAIXA

CP: MODERNIZACAO E RECONVERSAO DOS CAMINHOS DE FERRO

[DAR I série 39 VI/3 1994-02-12 pág 1297]

**1994-03-04 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTOS AO SEC. ESTADO DO EMPREGO E FORMACAO PROFISSIONAL (PINTO CARDOSO).

SITUACAO ACTUAL DO DESENVOLVIMENTO E APLICACAO DO PLANO DE COMBATE AO DESEMPREGO ENUNCIADO PELO GOVERNO

[DAR I série 45 VI/3 1994-03-05 pág 1523]

**1994-03-23 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTOS AO SEC. DE ESTADO DO AMBIENTE E DO CONSUMIDOR (JOAQUIM POCAS MARTINS). PLANO HIDROLOGICO BACIA HIDROGRAFICA

POLITICA DE AMBIENTE E DE ORDENAMENTO DO TERRITORIO E AQUALIDADE DE VIDA DOS PORTUGUESES

[DAR I série 51 VI/3 1994-03-24 pág 1710 - 1711]

**1994-03-25 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTOS AO SEC. ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS (LUIS MACEDO).

MEDIDAS DO GOVERNO FRANCES RESTRITIVAS DO DIREITO DE ESTADIADOS TRABALHADORES PORTUGUESES DESEMPREGADOS E SITUACAO ILEGAL DE PORTUGUESES NA ALEMANHA

[DAR I série 53 VI/3 1994-03-26 pág 1780]

**1994-07-07 - Intervenção**

INTERVEM NO DEBATE.

POLITICA DE EMIGRACAO E ESTRUTURA CONSULAR

[DAR I série 89 VI/3 1994-07-08]

**1994-10-28 - Pedido de esclarecimento**

QUESTOES SOBRE EMIGRANTES PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

ALEMANHA: MEDIDAS LESIVAS DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

[DAR I série 6 VI/4 1994-10-29 pág 191]

**1994-10-28 - Defesa da honra**

USA A FIGURA REGIMENTAL POR DECLARACOES PROFERIDAS PELO DEPUTADO RUI GOMES DA SILVA (PSD)

ALEMANHA: MEDIDAS LESIVAS DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

[DAR I série 6 VI/4 1994-10-29 pág 194]

**1994-12-15 - Pedido de esclarecimento**

Ao deputado Carlos Miguel Oliveira (PSD)

Medidas governativas de apoio aos portugueses residentes no estrangeiro

[DAR I série 23 VI/4 1994-12-16 pág 937 - 938]

**1994-12-15 - Defesa da honra**

Na sequência da intervenção do deputado Carlos Miguel Oliveira (PSD)

Medidas governativas de apoio aos portugueses residentes no estrangeiro

[DAR I série 23 VI/4 1994-12-16 pág 939]

**1995-02-03 - Pedido de esclarecimento**

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO SECRETARIO DE ESTADO DA INDUSTRIA (ALVES MONTEIRO) SOBRE INDUSRIA TEXTIL E LANIFICIOS VALE DO AVE

CRISTALARIA: MEDIDAS DE APOIO AO SECTOR

[DAR I série 39 VI/4 1995-02-04 pág 1415]

**1995-03-16 - Pedido de esclarecimento**

CONFERENCIA GERAL DA UNESCO E DA CIMEIRA DE CHEFES DE ESTADOE DO GOVERNO DO CONSELHO DA EUROPA: ELEICAO 1995 ANO INTERNACIONAL DA TOLERANCIA E ANO EUROPEU CONTRA O RACISMO, A XENOFOBIA, A INTOLERANCIA E O ANTISEMITISMO

[DAR I série 53 VI/4 1995-03-17 pág 1767 - 1968]

**1995-05-26 - Intervenção**

INTERVEM NO DEBATE

APROVA P/ RATIF. O TRATADO DE AMIZADE E COOPERACAO ENTRE A REPUBLICA PORTUGUESA E A FEDERACAO DA RUSSIA

[DAR I série 81 VI/4 1995-05-27 pág 2611 - 2612]

**1995-05-26 - Intervenção**

INTERVEM NO DEBATE

APROVA P/ RATIF. O TRATADO DE AMIZADE E COOPERACAO ENTRE A REPUBLICA PORTUGUESA E A FEDERACAO DA RUSSIA

[DAR I série 81 VI/4 1995-05-27 pág 2613]

**Grupos Parlamentares de Amizade**

Portugal-África do Sul

Portugal-República Checa

Portugal-Irlanda

Portugal-Tailândia

Portugal-Canadá

Portugal-Holanda

Portugal-Peru

Portugal-Bulgária

## VII<sup>a</sup> Legislatura

### Iniciativas apresentadas

#### Projetos de Lei

- 92/VII Circulo eleitoral de emigração transoceânica.
- 289/VII Participação da Assembleia da Republica na cooperação com os Países Africanos de Língua Portuguesa.
- 293/VII Estatuto do agente da cooperação.
- 426/VII Altera a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro - Lei da Protecção dos Animais
- 432/VII Elevação da povoação de Parede, no município de Cascais, à categoria de vila
- 451/VII Sobre exclusão de ilicitude de casos de interrupção voluntária da gravidez
- 525/VII Cria serviços de contacto com o eleitorado junto dos consulados portugueses para os deputados à Assembleia da Republica eleitos pelos círculos eleitorais fora do território nacional.
- 615/VII Aquisição e perda da nacionalidade portuguesa
- 653/VII Aprova medidas tendentes à revisão da situação de militares que participaram na transição para a democracia iniciada em 25 de Abril de 1974.
- 660/VII Elevação da povoação de Soito, no concelho do Sabugal, diocese e distrito da Guarda, à categoria de vila

#### Projetos de Resolução

- 25/VII Declara o dia 7 de Dezembro como dia de Timor-leste.
- 40/VII Sobre a criação do "prémio Timor-leste" atribuído pela Assembleia da República.
- 47/VII Acompanhamento pela Assembleia da República da participação de Portugal na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa -C.P.L.P.
- 92/VII Debate parlamentar sobre as comunidades portuguesas.
- 104/VII Recentes acontecimentos em Timor-Leste
- 127/VII Sobre os 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil

## Requerimentos apresentados

- 976-AC/VII/1 PROGRAMA DE ACTIVIDADES EM PARIS DO PRESIDENTE DO INSTITUTO CAMOES, NOS ULTIMOS QUATRO ANOS
- 1215-AC/VII/1 APLICACAO A CARREIRA DE INFORMATICA DA DIRECCAO-GERAL DAS ALFANDEGAS DO SUPLEMENTO PREVISTO NO ...
- 1327-AC/VII/1 PACOTE DE POUPANCA DO GOVERNO ALEMAO
- 454-AC/VII/2 CONCURSO PUBLICO NO CONSULADO DE PORTUGAL EM TOURS
- 828-AC/VII/2 NUMERO TOTAL DE EMIGRANTES CANDIDATOS AS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS NO ANO DE 1995
- 1161-AC/VII/2 DIVULGACAO DO CONCELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS JUNTO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
- 1162-AC/VII/2 DIVULGACAO DO CONCELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS JUNTO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
- 1163-AC/VII/2 DIVULGACAO DO CONCELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS JUNTO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
- 1164-AC/VII/2 DIVULGACAO DO CONCELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS JUNTO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
- 1165-AC/VII/2 DIVULGACAO DO CONCELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS JUNTO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
- 1166-AC/VII/2 DIVULGACAO DO CONCELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS JUNTO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
- 1167-AC/VII/2 DIVULGACAO DO CONCELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS JUNTO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
- 1168-AC/VII/2 DIVULGACAO DO CONCELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS JUNTO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
- 138-AC/VII/4 TARIFAS DA TAP

## **Nomeações como Relator**

### **Iniciativas**

#### **Projetos de Lei**

**19/VII** Determina a abertura de um novo processo de regularização extraordinária de imigrantes.

(Relatório em 27-03-1996)

#### **Propostas de Resolução**

**38/VII** Aprova, para ratificação a Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar e o Acordo relativo a aplicação da parte XI da mesma convenção.

(Relatório em 02-04-1997)

**73/VII** Aprova para ratificação o acordo europeu que cria uma associação entre as comunidades europeias e os seus estados-membros agindo no âmbito da União Europeia, por um lado, e a República da Eslovénia, por outro e respectivos anexos e protocolos bem como a acta final com as declarações.

(Relatório em 17-09-1998)

**120/VII** Aprova, para ratificação, o Acordo entre o Governo Português e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Referente ao Estabelecimento da Sede da Comunidade em Portugal

(Relatório em 27-01-1999)

**124/VII** Aprova para ratificação o Protocolo Adicional Complementar à Convenção entre os Estados Partes no Tratado do Atlântico Norte e os Outros Estados Que Participam na Parceria para a Paz sobre o Estatuto das Suas Forças, concluído em Bruxelas em 19 de Dezembro de 1997

(Relatório em 27-01-1999)

**140/VII** Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos Relativa a Auxílio Judiciário em Matéria Penal, assinada em Évora em 14 de Novembro de 1998

(Relatório em 17-06-1999)

**142/VII** Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos Relativa à Assistência às Pessoas Detidas e à Transferência das Pessoas Condenadas, assinada em Évora em 14 de Novembro de 1998

(Relatório em 17-06-1999)

## **Comissões a que pertence e atividades em que participou**

**Comissão de neg. Estrangeiros, comunid. Portuguesas e cooperação**

**Comissão ev. Para acompanhamento da situação em timor-leste - (vice-presidente)**

**Comissão eventual de inquérito ao desastre de camarate**

**Com ev inq parl aprec act gov ps e psd envolvendo estado e gr económicos**

## **Intervenções**

### **1996-01-05 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTOS AO DEPUTADO NUNO ABECASSIS (CDS-PP).

COMUNIDADE DOS PAISES DE LINGUA PORTUGUESA: CONSTITUICAO  
DECOMISSAO EVENTUAL

[DAR I série 23 VII/1 1996-01-06 pág 657 - 658]

### **1996-01-05 - Intervenção**

INTERVEM NO DEBATE:

COMUNIDADE DOS PAISES DE LINGUA PORTUGUESA: CONSTITUICAO  
DECOMISSAO EVENTUAL

[DAR I série 23 VII/1 1996-01-06 pág 659 - 660]

### **1996-01-25 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTOS AO DEPUTADO PAULO PEREIRA COELHO (PSD).

RESIDENTES NO ESTRANGEIRO: EXERCICIO DO DIREITO DE VOTO

[DAR I série 31 VII/1 1996-01-26 pág 875 - 876]

### **1996-01-25 - Intervenção**

RESIDENTES NO ESTRANGEIRO: EXERCICIO DO DIREITO DE VOTO

[DAR I série 31 VII/1 1996-01-26]

**1996-02-09 - Interpelação à mesa**

PEDE ESCLARECIMENTO A DEPUTADA ISABEL CASTRO (PEV)

OBSERVACAO DAS ELEICOES NA PALESTINA EM 20 DE JANEIRO

[DAR I série 38 VII/1 1996-02-10 pág 1079 - 1080]

**1996-03-28 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTOS AO DEP. CARLOS ENCARNACAO (PSD).  
REGULARIZACAO . CLANDESTINO . LEGALIZACAO .

IMIGRANTES: REGULARIZACAO EXTRAORDINARIA DA SUA SITUACAO

[DAR I série 53 VII/1 1996-03-29 pág 1698 - 1699]

**1996-03-28 - Intervenção**

FAZ A SINTESE DO RELATORIO DA CNECPC. REGULARIZACAO . CLANDESTINO .  
LEGALIZACAO .

IMIGRANTES: REGULARIZACAO EXTRAORDINARIA DA SUA SITUACAO

[DAR I série 53 VII/1 1996-03-29 pág 1696]

**1996-04-03 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTOS AO DEPUTADO CARLOS PINTO (PSD)

QUESTAO REGIMENTAL: ART 72 C) ASS INTERES POLIT RELEVANTERELEVANTE

[DAR I série 55 VII/1 1996-04-04 pág 1740 - 1741]

**1996-04-17 - Intervenção**

INTERVEM NO DEBATE IMUNIDADE CENTRO EUROPEU PARA A  
INTERDEPENDENCIA E SOLIDARIEDADE MUNDIAIS ESTRASBURGO

ACORDO GERAL SOBRE PRIVILEGIOS E IMUNIDADES DO CONS. EUROPA

[DAR I série 58 VII/1 1996-04-18 pág 1846]

**1996-04-18 - Pedido de esclarecimento**

ANDORRA: PROBLEMAS DA COMUNIDADE PORTUGUESA

[DAR I série 59 VII/1 1996-04-19 pág 1881 - 1882]

**1996-05-03 - Intervenção**

INTERVEM NO DEBATE CARTA DA ENERGIA

TRATADO DA CARTA DA ENERGIA

[DAR I série 66 VII/1 1996-05-04 pág 2158 - 2159]

**1996-05-22 - Intervenção**

INTERVEM NO DEBATE RESPONDE AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO  
DEPUTADO CARLOS PINTO (PS)

COMUNIDADES PORTUGUESAS: CRIA UM CONSELHO CONSULTIVO  
REPRESENTATIVO DE PORTUGUESES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

[DAR I série 73 VII/1 1996-05-23 pág 2383 - 2384,2385 - 2386]

**1996-05-22 - Pedido de esclarecimento**

COMUNIDADES PORTUGUESAS: CRIA UM CONSELHO CONSULTIVO  
REPRESENTATIVO DE PORTUGUESES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

[DAR I série 73 VII/1 1996-05-23]

**1996-06-27 - Pedido de esclarecimento**

Ao deputado Guilherme Silva (PSD)

MADEIRA: CONGRESSO (IV) DAS COMUNIDADES MADEIRENSES

[DAR I série 88 VII/1 1996-06-28 pág 2983 - 2984]

**1996-07-12 - Intervenção**

CONSELHO CONSULTIVO PARA AS COMUNIDADES PORTUGUESAS

COMUNIDADES PORTUGUESAS NO ESTRANGEIRO: CONSELHO CONSULTIVO

[DAR I série 96 VII/1 1996-07-13 pág 3309]

**1996-10-11 - Intervenção**

LETONIA ESTONIA LITUANIA

APROVA P/ RATIF. A CRIACAO ASSOCIACAO ESTADOS BALTICOS

[DAR I série 109 VII/1 1996-10-12 pág 3719 - 3720]

**1996-10-24 - Intervenção**

SUAPENSAO DOS TRABALHOS DA VI COMISSAO EVENTUAL DE INQUERITO AO  
DESASTRE DE CAMARATE

CAMARATE: SUSPENSAO VI COMISSAO EVENTUAL DE INQUERITO

[DAR I série 5 VII/2 1996-10-25 pág 187]

**1997-01-08 - Intervenção**

REPUBLICA PORTUGUESA E REINO DE MARROCOS: TRATADO DE  
AMIZADECOOPERACAO ASSINADO EM RABAT A 30 DE MAIO 1994

[DAR I série 23 VII/2 1997-01-09 pág 915]

**1997-01-15 - Interpelação à mesa**

DIREITO DE VOTO PARA OS EMIGRANTES EM ELEICOES PRESIDENCIAIS

[DAR I série 26 VII/2 1997-01-16 pág 1004]

**1997-02-19 - Intervenção**

RATIFICACAO CONVENCAO SOBRE A ADESAO DA REPUBLICA DA AUSTRIA, DA  
REPUBLICA DA FINLANDIA E DO REINO DA SUECIA A CONVENCAO RELATIVA A  
ELIMINACAO DA DUPLA TRIBUTACAO EMCASO DE CORRECCAO DE LUCROS ENTRE  
EMPRESAS ASSOCIADAS

[DAR I série 41 VII/2 1997-02-20 pág 1473]

**1997-02-26 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTO A DEPUTADA MANUELA AGUIAR (PSD).

CRITICA POLITICA DO GOVERNO PARA COMUNIDADES PORTUGUESASE A  
EMIGRACAO.

[DAR I série 44 VII/2 1997-02-27 pág 1592]

**1997-02-26 - Intervenção**

CONVENCAO EUROPOL

[DAR I série 44 VII/2 1997-02-27 pág 1597 - 1598]

**1997-04-02 - Pedido de esclarecimento**

AO DEPUTADO MOREIRA DA SILVA (PSD) CONVENCAO DAS NACOES UNIDAS  
SOBRE DIREITO DO MAR

APROVA P/ RATIF. A CONVENCAO NACOES UNIDAS DIREITO DO MAR

[DAR I série 56 VII/2 1997-04-03 pág 1951 - 1952,1958 - 1959,1963]

**1997-04-04 - Intervenção**

APROVA P/ RATIF. O ACORDO EURO-MEDETIRRANICO QUE CRIA UMA ASSOCIACAO  
ENTRE AS COMUNIDADES EUROPEIAS E OS SEUS ESTADOS MEMBROS POR UM  
LADO.

[DAR I série 58 VII/2 1997-04-05 pág 2026]

**1997-04-16 - Intervenção**

POLITICA DE COOPERACAO

[DAR I série 62 VII/2 1997-04-17 pág 2168 - 2169]

**1997-04-30 - Intervenção**

VOTO DE SOLIDARIEDADE SEM TERRA

VOTO SOLIDARIEDADE: TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO BRASIL

[DAR I série 67 VII/2 1997-05-02 pág 2340 - 2341]

**1997-05-07 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTO A DEPUTADA MANUELA AGUIAR (PSD). CCP

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS: ELEICOES

[DAR I série 68 VII/2 1997-05-08 pág 2364 - 2365]

**1997-05-16 - Intervenção**

ACORDO DE PARCERIA REPUBLICA DA MOLDAVIA

APROVA P/ RATIF. O ACORDO DE PARCERIA E COOPERACAO ENTRE AS  
COMUNIDADES EUROPEIAS E OS SEUS ESTADOS MEMBROS PORUM LADO E A  
REPUBLICA DA MOLDOVA.

[DAR I série 73 VII/2 1997-05-17 pág 2531]

**1997-07-09 - Intervenção**

SECRETARIA DE ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS : MEDIDAS AO  
ENCONTRO ASPIRACOES DOS EMIGRANTES PORTUGUESES

[DAR I série 91 VII/2 1997-07-10]

**1997-07-22 - Pedido de esclarecimento**

AO DEPUTADO JOSE CALCADA (PCP)

CRITICA GOVERNO NAO RESOLUCAO PROBLEMAS NOSSAS COMUNIDADESDE  
EMIGRANTES

[DAR I série 99 VII/2 1997-07-23 pág 3613 - 3614]

**1997-07-23 - Intervenção**

RESPONDE A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO DEPUTADO GUILHERME SILVA  
(PSD) ART124

RC4-ART124-ELEICAO PR

[DAR I série 100 VII/2 1997-07-24 pág 3684 - 3686]

**1997-10-09 - Declaração de voto**

REGIOES ADMINISTRATIVAS: SUA CRIACAO E INSTITUICAO

[DAR I série 2 VII/3 1997-10-10 pág 85]

**1997-10-30 - Pedido de esclarecimento**

PEDE ESCLARECIMENTO AO DEPUTADO NUNO ABECASSIS (CDS-PP). OE1998  
GOP1998

ORCAMENTO DO ESTADO E GRANDES OPCOES DO PLANO 1998

[DAR I série 10 VII/3 1997-10-31 pág 346]

**1997-12-18 - Intervenção**

ESTATUTO PROFISSIONAL FUNCIONARIOS QUADRO SERV. DIPLOMATICO

[DAR I série 22 VII/3 1997-12-19 pág 798]

**1998-02-12 - Pedido de esclarecimento**

A DEPUTADA MANUELA AGUIAR (PSD)

REFUGIADOS: ENALTECIMENTO DA DELEGACAO PORTUGUESA

[DAR I série 40 VII/3 1998-02-13 pág 1332]

**1998-02-20 - Intervenção**

REGULAMENTO CONSULAR: APROVACAO

[DAR I série 43 VII/3 1998-02-21 pág 1431]

**1998-03-13 - Intervenção**

MIGRACÃO: PRIVILEGIOS E IMUNIDADES

[DAR I série 49 VII/3 1998-03-14 pág 1650]

**1998-03-13 - Intervenção**

RESPONDE AO DEPUTADO JOAO CORREGEDOR DA FONSECA (PCP)

INSTITUTO INTERNACIONAL PARA A DEMOCRACIA E ASSISTENCIA ELEITORAL

[DAR I série 49 VII/3 1998-03-14 pág 1654 - 1655]

**1998-03-26 - Declaração de voto**

LEI DE CRIAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS

[DAR I série 53 VII/3 1998-03-27 pág 1816]

**1998-04-29 - Intervenção**

VOTO CONGRATULAÇÃO: APROVAÇÃO DA CARTA MAGNA DOS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS DO POVO DE TIMOR

[DAR I série 64 VII/3 1998-04-30 pág 2147]

**1998-04-29 - Pedido de esclarecimento**

A DEPUTADA LOURDES LARA (PSD)

EMIGRANTES PORTUGUESES: PROBLEMAS COM QUE SE DEPARAM

[DAR I série 64 VII/3 1998-04-30 pág 2142 - 2143]

**1998-05-07 - Intervenção**

DESLOCAÇÕES E AJUDAS DE CUSTO DOS DEPUTADOS

[DAR I série 67 VII/3 1998-05-08 pág 2314]

**1998-05-13 - Intervenção**

APROVAÇÃO/RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE SEGURANÇA DO PESSOAL DAS NAÇÕES UNIDAS E PESSOAL ASSOCIADO; APROVAÇÃO PARA ADESAO À CONVENÇÃO SOBRE PRIVILEGIOS E IMUNIDADES DAS NAÇÕES UNIDAS, ADOPTADA PELA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS A 13 DE FEVEREIRO 1946

[DAR I série 68 VII/3 1998-05-14 pág 2349 - 2350]

**1998-05-13 - Intervenção**

VOTO DE PROTESTO: REALIZAÇÃO DE ENSAIOS NUCLEARES PELA ÍNDIA

[DAR I série 68 VII/3 1998-05-14 pág 2331]

**1998-05-13 - Pedido de esclarecimento**

A DEPUTADA MANUELA AGUIAR (PSD)

DIFICULDADES COM QUE SE DEBATEM OS ELEITOS PELOS CIRCULOS  
DAEMIGRACAO

[DAR I série 68 VII/3 1998-05-14 pág 2329 - 2330]

**1998-06-04 - Intervenção**

RESPONDE A PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO DOS DEPUTADOS JOSE CALCADA  
(PCP), PAULO PEREIRA COELHO E MANUELA AGUIAR (PSD)

DIA DE PORTUGAL DE CAMOES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

[DAR I série 77 VII/3 1998-06-05 pág 2642 - 2643,2645 - 2646]

**1998-10-08 - Intervenção**

SITUACAO DOS DEPUTADOS DO GRUPO PARLAMENTAR DA UNITA EM ANGOLA

[DAR I série 11 VII/4 1998-10-09 pág 367]

**1998-11-12 - Intervenção**

JOSE MANUEL RIBEIRO FERREIRA

VOTO PESAR: FALECIMENTO DO CONSELHEIRO JOSE MANUEL RIBEIRO FERREIRA

[DAR I série 20 VII/4 1998-11-13 pág 654]

**1998-11-12 - Intervenção**

TUFAO MITCH

VOTO PESAR E SOLIDARIEDADE: PARA COM VITIMAS DO TUFAO MITCH

[DAR I série 20 VII/4 1998-11-13 pág 651]

**1998-12-02 - Intervenção**

CONDENACAO DOS MASSACRES OCORRIDOS EM TIMOR LESTE

[DAR I série 24 VII/4 1998-12-03 pág 800]

**1998-12-10 - Intervenção**

OE/1999

OE/99-ARTS 1, 36 A 63 E 65 A 68

[DAR I série 26 VII/4 1998-12-11 pág 991 - 992]

**1998-12-11 - Intervenção**

CLAD

APROVA P/ ADESAO E ACORDO...CENTRO LATINO-AMERICANO

[DAR I série 27 VII/4 1998-12-12 pág 1022]

**1998-12-11 - Intervenção**

ART.K3 EUROPOL

APROVA P/ RATIF. E PROTOCOLO...CONVENCAO EUROPOL

[DAR I série 27 VII/4 1998-12-12 pág 1020]

**1999-03-12 - Intervenção**

ACORDO EURO-MEDITERRANICO

APROVA P/ RATIF. O ACORDO EURO-MEDITERRANICO QUE CRIA UMA ASSOCIACAO ENTRE AS COMUNIDADES EUROPEIAS E OS SEUS ESTADOS MEMBROS, POR UM LADO, E O REINO HACHEMITA DA JORDANIA, POR OUTRO

[DAR I série 59 VII/4 1999-03-13 pág 2196 - 2197,2199]

**1999-03-17 - Pedido de esclarecimento**

A DEPUTADA MANUELA AGUIAR (PSD) CIDADAO PORTUGUES RESIDENTE NO ESTRANGEIRO

DEVERES SOCIAIS E CULTURAIS DO ESTADO PARA COM OS CIDADAO S PORTUGUESES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

[DAR I série 60 VII/4 1999-03-18 pág 2222 - 2223]

**1999-03-18 - Pedido de esclarecimento**

CONCEITO ESTRATEGICO NACIONAL AO DEPUTADO ANTONIO BROCHADO PEDRAS (CDS-PP)

PAPEL DA LINGUA PORTUGUESA NA DEFINICAO DO CONCEITO ESTRATEGICO NACIONAL

[DAR I série 61 VII/4 1999-03-19 pág 2269]

**1999-04-07 - Intervenção**

MASSACRE EM LIQUICA MELICIA PRO - INTEGRACIONISTA

VOTO PROTESTO: MASSACRE PERPETRADO EM LIQUICA, TIMOR LESTETE POR ELEMENTOS DAS MILICIAS PRO-INTEGRACIONISTAS

[DAR I série 68 VII/4 1999-04-08 pág 2488]

**1999-04-16 - Intervenção**

APROVA O ACORDO DE TRANSPORTE AEREO ENTRE A REPUBLICA PORTUGUESA E A REPUBLICA DA AFRICA DO SUL; APROVA O ACORDO ENTRE AREPUBLICA PORTUGUES E A FEDERACAO DA RUSSIA SOBRE O TRANSPORTE RODOVIARIO INTERNACIONAL; APROVA O ACORDO SOBRE SERVICOSAEREOS ENTRE A REP.PORT. E A REP. SOCIALISTA DO VIETNAME

[DAR I série 73 VII/4 1999-04-17 pág 2665 - 2666]

**1999-04-16 - Intervenção**

APROVA P/ RATIF. A CONVENCAO RELATIVA A ADESAO DA REPUBLICA DA AUSTRIA, DA FINLANDIA E DO REINO DA SUECIA A CONVENCAO SOBRE A LEI APLICAVEL AS OBRIGACOES CONTRATUAIS, ABERTAA ASSINATURA EM ROMA, A 19 DE JUNHO DE 1980, BEM COMO AO 1° E 2° PROTOCOLOS RELATIVOS A SUA INTERPETACAO PELO TRIB.JUSTICA

[DAR I série 73 VII/4 1999-04-17 pág 2658]

**1999-05-05 - Pedido de esclarecimento**

A DEPUTADA MANUELA AGUIAR (PSD)

COMUNIDADES PORTUGUESAS NO ESTRANGEIRO: NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE  
UMA SUBCOMISSÃO OU COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIALIZADA NESTAS  
QUESTÕES

[DAR I série 81 VII/4 1999-05-06 pág 2919 - 2920]

**1999-07-02 - Intervenção**

ESTATUTO PROFISSIONAL PESSOAL DOS SERVIÇOS EXTERNOS DO MNE

[DAR I série 102 VII/4 1999-07-03 pág 3726 - 3727]

**1999-09-01 - Intervenção**

VOTO CONGRATULAÇÃO: REFERENDO EM TIMOR LESTE

[DAR I série 105 VII/4 1999-09-02 pág 3833]

**Grupos Parlamentares de Amizade**

Portugal-França

Portugal-Espanha

Portugal-Alemanha

Portugal-Cuba

Portugal-Canadá

## VIII<sup>a</sup> Legislatura

### Iniciativas apresentadas

### Inquéritos Parlamentares

- 8/VIII** Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as causas, consequências e responsabilidades com acidente resultante do desabamento da Ponte sobre o Rio Douro em Entre-os-Rios

### Projetos de Lei

- 29/VIII** Aprova o novo regime sancionatório das touradas com touros de morte (revoga o decreto n.º 15.355, de 14 de Abril de 1928)
- 453/VIII** Altera o artigo 6.º da Lei Eleitoral para a Assembleia da República (Lei n.º 14/79, de 16 de Novembro, na sua redacção actual)
- 454/VIII** Alarga a possibilidade de recenseamento no estrangeiro mediante apresentação do Título de Residência
- 529/VIII** Alteração à Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro, que cria o Conselho das Comunidades Portuguesas.
- 530/VIII** Alargamento das Atribuições e Competências das Freguesias.
- 535/VIII** Cria serviços de contacto com o eleitorado junto dos consulados portugueses para os Deputados à Assembleia da República eleitos pelos Círculos Eleitorais fora do território nacional.
- 536/VIII** Altera a Lei n.º 37, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade).
- 538/VIII** Estatuto do Agente da Cooperação

### Projetos de Resolução

- 68/VIII** Debate parlamentar sobre as Comunidades Portuguesas.
- 141/VIII** Facilita e promove o acesso dos cidadãos portugueses emigrantes aos serviços da administração pública
- 170/VIII** Reaquisição da nacionalidade portuguesa por cidadãos portugueses e seus descendentes que adquiriram outra nacionalidade antes da entrada em vigor da Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro.

## Requerimentos apresentados

- 994-AC/VIII/1 ELEICOES LEGISLATIVAS DE 1999 (CIRCULO ELEITORAL DA EUROPA E FORA DA EUROPA)
- 995-AC/VIII/1 SALAO DO LIVRO EM PARIS
- 1204-AC/VIII/1 EMIGRANTES CANDIDATOS AO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL
- 1367-AC/VIII/1 ESCOLA PORTUGUESA DE MOCAMBIQUE
- 1368-AC/VIII/1 ESCOLA PORTUGUESA DE LUANDA
- 1369-AC/VIII/1 CASO REZALA
- 1370-AC/VIII/1 EXPOSIÇÃO DA CIDADÃ MARIA DA CONCEIÇÃO BARROS DA CUNHA
- 1371-AC/VIII/1 INSTITUTO CAMOES, EM PARIS
- 1372-AC/VIII/1 IRS REFERENTE AO CIDADAO CARLOS CORREIA MARQUES COTOVIO (NIF /NIPC 166644200/PROCESSO N 327/32 DE 7 ...
- 1518-AC/VIII/1 ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA EM FRANCA
- 1519-AC/VIII/1 ENSINO EM HAIA
- 1520-AC/VIII/1 APOIO SOCIAL A IDOSOS
- 1521-AC/VIII/1 LEI DA NACIONALIDADE
- 1522-AC/VIII/1 IRS APLICAVEL SOBRE OS JUROS VENCIDOS NA CONTA POUPANCA-EMIGRANTE
- 1523-AC/VIII/1 LINHA DE CREDITO AOS PORTUGUESES NA VENEZUELA
- 1563-AC/VIII/1 ENSINO DO PORTUGUES ATRAVES DA INTERNET, PROMOVIDO PELO INSTITUTO CAMOES
- 163-AC/VIII/2 CLASSES ESPECIAIS PARA ALUNOS FILHOS DE EMIGRANTES PORTUGUESES NA SUICA
- 239-AC/VIII/2 ESTATUTO SOCIO-PROFISSIONAL DOS FUNCIONARIOS DAS EMBAIXADAS, DOS CONSULADOS E DAS MISSOES DIPLOMATICAS PORTUGUESAS NO ESTRANGEIRO
- 1056-AC/VIII/2 INCLUSÃO NA RTP INTERNACIONAL DE PROGRAMAS INFORMATIVOS COM A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS E SEUS REPRESENTANTES
- 1290-AC/VIII/2 ENSINO DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS NA ALEMANHA
- 1689-AC/VIII/2 TGV - COMBÓIOS DE GRANDE VELOCIDADE

**1746-AC/VIII/2** CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO MILITAR

**1822-AC/VIII/2** EXPULSÃO DA SUIÇA DO PORTUGUÊS JOSÉ GONÇALVES, ESPOSA  
E FILHA - PEDIDO DE INFORMAÇÃO

### **Nomeações como Relator**

### **Iniciativas**

### **Propostas de Resolução**

**5/VIII** Aprova, para ratificação, o Tratado entre a República Portuguesa e a República Francesa relativo à Cooperação no Domínio da Defesa

(Relatório em 12-01-2000)

**31/VIII** Aprova, para ratificação, a Convenção estabelecida com base no artigo k.3 do Tratado da União Europeia relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias, o Protocolo estabelecido com base no artigo k.3 do Tratado da União Europeia relativo à Interpretação a Título Prejudicial pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros do artigo k.3 do Tratado da União Europeia da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias e o segundo Protocolo estabelecido com base no artigo k.3 do Tratado da União Europeia Relativo à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias

(Relatório em 20-09-2000)

**59/VIII** Aprova, para ratificação, o Tratado de Nice que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses Tratados, assinado em Nice, em 26 de Fevereiro de 2001.

(ENTREGA DO RELATÓRIO)

**79/VIII** Aprova, para ratificação, o Protocolo à Convenção para a Cooperação no Quadro da Conferência Ibero-Americana para a Constituição da Secretaria Ibero-Americana (SECIB), assinado em Havana, em 15 de Novembro de 1999.

(ENTREGA DO RELATÓRIO)

**81/VIII** Aprova, para ratificação, o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adoptado em Nova Iorque, em 6 de Outubro de 1999.

(ENTREGA DO RELATÓRIO)

**83/VIII** Aprova, para adesão, a Convenção Inter-Americana sobre Arbitragem Comercial Internacional aberta à assinatura no Panamá, em 30 de Janeiro de 1975.

(ENTREGA DE RELATÓRIO)

### **Comissões a que pertence e atividades em que participou**

#### **COMISSAO DE NEGOCIOS ESTRANGEIROS, COMUNIDADES PORTUGUESAS E COOPERAÇÃO**

Audiências:

2002-02-14

**Presidente da Assembleia Constituinte de Timor**

2001-11-26

**Delegação Portuguesa da Apce e o Secretário Geral do Conselho da Europa**

2001-09-14

**Grupo de Funcionários dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico**

2000-10-31

**Delegação do "mecanismo de monitorização das sanções das Nações Unidas contra a UNITA"**

2000-04-07

**Delegação do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte**

2000-01-17

#### **RELAÇÕES BILATERAIS**

**Delegação Parlamentar Brasileira Constituída Pelos Deputados Paes Landina e José Roberto Batochio**

1999-11-25

#### **SITUAÇÃO NA ERITREIA**

Assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado da Eritreia

#### **COMISSAO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO EM TIMOR LESTE**

# COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À TRAGÉDIA DE CAMARATE

## **Intervenções**

### **1999-11-17 - Intervenção**

MASSACRE CEMITERIO SANTA CRUZ

TIMOR LESTE: VOTO PESAR PELO MASSACRE DE SANTA CRUZ

[DAR I série 8 VIII/1 1999-11-18 pág 261]

### **2000-01-14 - Intervenção**

ESLOVENIA VA OVIA

APROVA O ACORDO ... TRANSP INTERNAC RODOV DE PASSAG E MERCAD

[DAR I série 27 VIII/1 2000-01-15 pág 1053]

### **2000-01-20 - Intervenção**

FALTA DE ISENCAO NA QUESTAO ANGOLANA

VOTO PROTESTO: PELA FALTA DE INSENCAO DA UNIAO EUROPEIA NA QUESTAO ANGOLANA

[DAR I série 29 VIII/1 2000-01-21 pág 1113]

### **2000-05-12 - Pedido de esclarecimento**

APOIO A IMPRENSA REGIONAL

[DAR I série 65 VIII/1 2000-05-13 pág 2587]

### **2000-05-18 - Pedido de esclarecimento**

TECEU CRITICAS A POLITICA DE EMIGRACAO DO GOVERNO BEM COMO AFALTA DE APOIO A COMUNIDADE PORTUGUESA EMIGRANTE

[DAR I série 68 VIII/1 2000-05-19 pág 2680]

**2000-05-31 - Intervenção**

APRECIACAO DO RELATORIO ELABORADO PELA DELEGACAO DA  
COMISSAO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DA SITUACAO EM TIMOR-LESTE  
QUE SE DESLOCOU AQUELE TERRITORIO

[DAR | série 72 VIII/1 2000-06-01 pág 2829 - 2830]

**2000-06-01 - Intervenção**

ALTERACAO A LEI DA NACIONALIDADE

[DAR | série 73 VIII/1 2000-06-02 pág 2877 - 2879]

**2000-07-06 - Intervenção**

DL319-A/76

REGULA O VOTO DOS CIDADAO S PORTUGUESES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO  
NA ELEICAO DO PRESIDENTE DA REPUBLICA E ALARGA AS SITUACOES DE VOTO  
ANTECIPADO ALTERANDO O DEC-LEI 319-A/76, DE 3 DE MAIO

[DAR | série 87 VIII/1 2000-07-07 pág 3474]

**2000-09-22 - Intervenção**

APROVA O TRATADO DE AMIZADE COOPERACAO E CONSULTA ENTRE O GOVERNO  
DA REPUBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO  
BRASIL, ASSINADO EM PORTO SEGURO A 22 DE ABRIL DE 2000

[DAR | série 3 VIII/2 2000-09-23 pág 95 - 96]

**2000-09-22 - Intervenção**

APROVA PARA RATIFICACAO A CONVENCAO ESTABELECID A COM BASE NO ART K.3  
DO TRATADO DA UNIAO EUROPEIA, RELATIVA A PROTECCAO DE INTERESSES  
FINANCEIROS DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, O PROTOCOLO ESTABELECIDO  
COM BASE NO ART K.3 DO TRATADO DA UNIAO EUROPEIA, RELATIVO A  
INTERPRETACAO A TITULO PREJUDICIAL PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DAS COMUN:  
EUROPEIAS DA CONVENÇÃO RELATIVA A PROTECCAO DOS INTERESSES  
FINANCEIROS DAS COM. EUROPEIAS...

[DAR | série 3 VIII/2 2000-09-23 pág 90]

**2001-04-04 - Pedido de esclarecimento**

Ao deputado José Cesário (PSD)

POLÍTICA DE DEFESA DO ENSINO E DIVULGAÇÃO DA LINGUA E DA CULTURA PORTUGUESAS NO ESTRANGEIRO

[DAR I série 68 VIII/2 2001-04-05 pág 2690 - 2691]

**2001-04-26 - Declaração de voto**

LEI DA LIBERDADE RELIGIOSA

[DAR I série 75 VIII/2 2001-04-27 pág 2968 - 2972]

**2001-05-31 - Intervenção**

RECONHECE O TITULO DE RESIDENCIA PARA EFEITOS DE RECENSEAMENTO ELEITORAL NO ESTRANGEIRO (ALTERA A LEI N°13/99 DE 22 DE MARCO- ESTABELECE O NOVO REGIME JURIDICO DO RECENSEAMENTO ELEITORAL; Alarga a possibilidade de recenseamento no estrangeiro mediante apresentação do Titulo de Residência

[DAR I série 89 VIII/2 2001-06-01 pág 3518,3521 - 3522]

**2001-05-31 - Pedido de esclarecimento**

A deputada Maria Manuela Aguiar (PSD)

RECONHECE O TITULO DE RESIDENCIA PARA EFEITOS DE RECENSEAMENTO ELEITORAL NO ESTRANGEIRO(ALTERA A LEI N°13/99 DE 22 DE MARCO- ESTABELECE O NOVO REGIME JURIDICO DO RECENSEAMENTO ELEITORAL; Alarga a possibilidade de recenseamento no estrangeiro mediante apresentação do Titulo de Residência

[DAR I série 89 VIII/2 2001-06-01 pág 3519 - 3520]

**2001-06-05 - Pedido de esclarecimento**

À deputada Maria Manuela Aguiar (PSD)

Disciplina o regime jurídico do direito ao repatriamento

[DAR I série 91 VIII/2 2001-06-06 pág 3577]

**2001-09-28 - Pedido de esclarecimento**

Ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (João Rui de Almeida)

Processo de eleição do Conselho das Comunidades Portuguesas

[DAR I série 7 VIII/3 2001-09-29 pág 191 - 192]

**2001-10-04 - Intervenção**

ARTs. 7º, 11º, 15º, 33º, 34º, 115º, 118º e 270º

Revisão Constitucional

[DAR I série 9 VIII/3 2001-10-06 pág 278]

**2001-11-29 - Declaração de voto**

OE2002 Orçamento do Estado para 2002 (artºs 1º, 28º (cont.), 29º a 61º, 65º a 74º, 76º e 77º, 79º e 80º)

[DAR I série 25 VIII/3 2001-11-30 pág 1040]

**Grupos Parlamentares de Amizade**

Portugal-Cuba

Portugal-Brasil

Portugal-Espanha

Portugal-Tunísia

Portugal-França

Portugal-Rússia



## **Informação sobre o deputado Carlos Luís (PS)**

### **IX<sup>a</sup> Legislatura**

#### **Iniciativas apresentadas**

#### **Apreciações Parlamentares**

**78/IX** Decreto-Lei n.º 108/2004, de 11 de Maio, que "Altera o Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes".

#### **Projetos de Lei**

**8/IX** Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro - Conselho das Comunidades Portuguesas.

**252/IX** Estatuto do Agente da Cooperação.

**278/IX** Altera a Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade).

**317/IX** Altera a Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 303/2002, de 13 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma.

**360/IX** Altera o artigo 6.º da Lei Eleitoral à Assembleia da República (Lei n.º 14/79, de 6 de Novembro, na sua redacção actual).

**365/IX** Regime Jurídico da Eleição do Presidente da República.

**388/IX** Concessão e emissão de passaporte especial ao pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas.

**405/IX** Sobre a exclusão da ilicitude de casos de interrupção voluntária de gravidez.

## **Projetos de Resolução**

- 28/IX** Sobre a Revisão da Política Comum de Pescas.
- 124/IX** Debate Parlamentar sobre as Comunidades Portuguesas.
- 127/IX** Dupla tributação dos emigrantes portugueses na Alemanha.
- 148/IX** Reaquisição da nacionalidade portuguesa por cidadãos portugueses e seus descendentes que adquiriram outra nacionalidade antes da entrada em vigor da Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro.
- 203/IX** Propõe a realização de um referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez realizada nas primeiras dez semanas.
- 247/IX** Recomenda a adopção de medidas tendentes a garantir o acesso ao Serviço Nacional de Saúde dos ex-emigrantes pensionistas da Suíça a residir em Portugal.
- 249/IX** Apoio à implementação da Língua Portuguesa em Timor-Leste.

## **Requerimentos apresentados**

- 71-AC/IX/1** Casa de Portugal André Gouveia - Paris - Fundação Calouste Gulbenkian
- 98-AC/IX/1** Deslocação à Venezuela do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
- 123-AC/IX/1** Rescisão do contrato de prestação de serviços do jornalista Arthur Nunes da Silva
- 177-AC/IX/1** Deslocação à Venezuela do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
- 204-AC/IX/1** Inclusão na RPT Internacional de programas informativos com a participação das comunidades portuguesas e seus representantes
- 248-AC/IX/1** Serviço Militar nas Ex-colónias
- 361-AC/IX/1** Colocação dos Professores no estrangeiro
- 435-AC/IX/1** Extinção da Escola Secundária Machado de Castro
- 474-AC/IX/1** Pedido de envio das Propostas com vista à alteração da Lei n.º 48/96, enviadas à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas pelos Conselheiros
- 524-AC/IX/1** Problemas existentes no STCDE - Actualização salarial e compensação em IRS dos trabalhadores contratados
- 663-AC/IX/1** Trabalhadores das delegações do Instituto de Camões com salários em atraso

- 798-AC/IX/1** Falta de funcionários e de tempo para a realização de um casamento, no Consulado Geral de San Francisco - Estados Unidos
- 811-AC/IX/1** Irregularidades, situações inadmissíveis, despedimentos massivos no Instituto Camões - estatuto do leitor
- 850-AC/IX/1** Ensino do Português em "Glinde" - Alemanha
- 923-AC/IX/1** Programa de actividades dos serviços sociais da embaixada de Portugal na África do Sul - Pedido de documentação
- 924-AC/IX/1** Ensino Especial na Suíça
- 1067-AC/IX/1** Abertura do Centro Cultural do Instituto Camões em Montreal
- 1108-AC/IX/1** Reestruturação Consular
- 1137-AC/IX/1** Reestruturação Consular
- 1149-AC/IX/1** Consulado de Curitiba
- 1161-AC/IX/1** Casa de Portugal André Gouveia, em Paris
- 1198-AC/IX/1** Consulado Geral de Portugal em Osnabruck
- 1199-AC/IX/1** Colocação de professores no estrangeiro
- 1268-AC/IX/1** Colocação de Professores no estrangeiro
- 1318-AC/IX/1** Dupla nacionalidade/passaportes
- 1319-AC/IX/1** Instituto Camões
- 1342-AC/IX/1** Consulado-Geral de Portugal no Luxemburgo
- 1413-AC/IX/1** Consulado-Geral de Portugal em Londres
- 1431-AC/IX/1** Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro
- 1432-AC/IX/1** Conselheiro Social da Embaixada de Portugal em Berlim
- 1433-AC/IX/1** Conselheiro para a Educação da Embaixada de Portugal em Washington
- 1557-AC/IX/1** Reabertura do processo de ingresso dos funcionários da Administração Pública de Macau
- 1610-AC/IX/1** Colocação de professores no estrangeiro
- 1611-AC/IX/1** Situação dos trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas
- 1650-AC/IX/1** Nomeação de Cônsul honorário para o Consulado de Portugal em Porto Alegre
- 1651-AC/IX/1** Tabela de emolumentos consulares
- 1701-AC/IX/1** Contenção de custos que o Ministério dos Negócios Estrangeiros está a efectuar

- 1721-AC/IX/1** Situação dos trabalhadores contratados no Consulado de Portugal no Rio de Janeiro
- 1763-AC/IX/1** Deslocações ao estrangeiro do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
- 1993-AC/IX/1** Faltas injustificadas dadas pelo Prof. Carlos Godinho, professor de português na Suíça
- 1994-AC/IX/1** Deslocações do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas ao Estrangeiro
- 1995-AC/IX/1** Participação do Cônsul de Portugal em Toulouse na apresentação de uma lista candidata às próximas eleições do CCP
- 2030-AC/IX/1** Consulado-geral de Portugal em São Paulo
- 2048-AC/IX/1** Criação dos círculos eleitorais para a eleição do CCP
- 2088-AC/IX/1** Acordo de Cooperação no domínio Policial, celebrado entre Portugal e a África do Sul
- 2105-AC/IX/1** Participação na Campanha eleitoral para o CCP do funcionário consular Fernando Caldeira Marques
- 2106-AC/IX/1** Imposto Automóvel - benefício para os residentes em Macau
- 2170-AC/IX/1** Debate sobre matérias específicas de Emigração na RTP 1
- 2359-AC/IX/1** Relações de trabalho entre um vasto sector da comunidade portuguesa no Reino Unido
- 2360-AC/IX/1** Situação dos leitores do Instituto Camões que completem quatro anos de exercício no mesmo posto até 31 de Agosto de 2003 e daqueles que os substituirão
- 2361-AC/IX/1** Relações de trabalho entre um vasto sector da comunidade portuguesa no Reino Unido
- 2396-AC/IX/1** Consulado de Portugal em Andorra
- 2465-AC/IX/1** Pedido de Informações
- 2538-AC/IX/1** Impedimento de transmissão de conteúdos radiofónicos e televisivos em língua estrangeira por parte do Governo da Venezuela
- 2565-AC/IX/1** Consulado Geral no Rio de Janeiro
- 2653-AC/IX/1** Reabilitação do Capitão Barros Basto
- 2681-AC/IX/1** Secção Consular de Portugal em Berna
- 2703-AC/IX/1** Agressão a portugueses no Reino Unido
- 2736-AC/IX/1** Novas instalações do Consulado-Geral de Portugal em São Paulo

- 2738-AC/IX/1** Falência da Caixa Faialense
- 2748-AC/IX/1** Encerramento de consulados
- 2749-AC/IX/1** Emolumentos consulares
- 44-AC/IX/2** Carta da Associação Alemã de Lusitanistas dirigida a S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da República, relativa ao Instituto Camões
- 95-AC/IX/2** Protecção social aos ex-emigrantes portugueses na Suíça
- 204-AC/IX/2** Funcionário consular detido nos EUA
- 254-AC/IX/2** Critério para atribuição de Medalhas por parte do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário
- 543-AC/IX/2** Declarações proferidas pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, na Assembleia da República, a propósito da alegada "cunha" envolvendo a filha do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, Dr. Martins da Cruz
- 698-AC/IX/2** Instituto de Emprego e Formação Profissional, que apoia ilegalidades contratuais
- 866-AC/IX/2** Cedência da base de dados (inscrições consulares) do Consulado-Geral de Portugal em São Paulo a uma companhia telefónica
- 867-AC/IX/2** Preocupação de professores e encarregados de educação quanto à eventual privatização do ensino do português no estrangeiro
- 868-AC/IX/2** Cátedra Paul Teissier, da Universidade de Paris IV
- 899-AC/IX/2** Dezenas de portugueses residentes em França alegadamente enganados por uma empresa imobiliária
- 980-AC/IX/2** Ensino da língua portuguesa na Holanda
- 1066-AC/IX/2** Trabalhadores portugueses explorados na Holanda
- 1144-AC/IX/2** Consulado de Portugal em Sion
- 1270-AC/IX/2** Encerramento do Consulado-Geral de Portugal em São Paulo para o atendimento directo aos utentes
- 1391-AC/IX/2** Acordo entre Portugal e a Roménia para conceder vistos de trabalho a imigrantes
- 1403-AC/IX/2** Financiamento do CCP
- 1510-AC/IX/2** Atribuição de ASIC a 26 portugueses(as) internados(as) na Provedoria da Comunidade Portuguesa de S. Paulo - Brasil

- 1639-AC/IX/2** Segunda vingança de Salazar sobre Sousa Mendes
- 1640-AC/IX/2** Reembolso das verbas de repatriamento das vítimas da catástrofe de Vargas - Venezuela (1999) para Portugal
- 152-AC/IX/3** Recomendações do CCP
- 179-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 180-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 181-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 182-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 183-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 184-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 185-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 186-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 187-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 188-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 189-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 190-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 191-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 192-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 193-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 194-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 195-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 196-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 197-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 198-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP
- 199-AL/IX/3** Delegações Regionais da DGACCP

## **Nomeações como Relator**

### **Iniciativas**

#### **Projetos de Lei**

**8/IX** Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro - Conselho das Comunidades Portuguesas.

(Entrega do Relatório)

**42/IX** Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro, "Conselho das Comunidades Portuguesas".

(Entrega do Relatório)

#### **Propostas de Lei**

**11/IX** Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro, que estabelece a definição e atribuições do Conselho das Comunidades Portuguesas.

(Entrega do Relatório)

#### **Propostas de Resolução**

**26/IX** Aprova o acordo sobre serviços aéreos entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Lisboa em 11 de Novembro de 2002.

(Entrega do Relatório)

**55/IX** Aprova, para ratificação, o Protocolo de Alteração da Convenção de 23 de Julho de 1990, relativa à Eliminação da Dupla Tributação em caso de Correção de Lucros entre Empresas Associadas, incluindo a Acta Final, assinado em Bruxelas, em 25 de Maio de 1999.

(Entrega do Relatório)

## **COMISSÕES A QUE PERTENCE E ATIVIDADES EM QUE PARTICIPOU**

### **Comissão De Assuntos Europeus E Política Externa**

Audiências:

2004-03-16

Troca De Impressões Sobre Política Portuguesa

### **Comissão Homologa do Parlamento da Lituânia**

2002-12-03

Audiência no âmbito da visita a Portugal para a participação numa reunião sobre "direitos humanos e desenvolvimento sustentável"

Dr. Ben Turok

2002-09-24

**QUESTÕES LIGADAS AO SERVIÇOS E À CARREIRA DIPLOMÁTICA**

**Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses**

2002-09-24

**SOLICITAÇÃO DE COLABORAÇÃO**

**Comissão Europeia em Portugal**

**Comissão parlamentar de inquérito à tragédia de camarate - (vice-presidente)**

**Comissão parlamentar de inquérito à tragédia de camarate - (vice-presidente)**

**Intervenções**

**2002-06-26 - Interpelação à mesa**

Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro, que estabelece a definição e atribuições do Conselho das Comunidades Portuguesas; Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro - Conselho das Comunidades Portuguesas; Cria os órgãos representativos dos portugueses no estrangeiro; Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro, "Conselho das Comunidades Portuguesas".

[DAR I série 24 IX/1 2002-06-27 pág 951]

**2002-06-26 - Pedido de esclarecimento**

Ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (José Cesário)

Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro, que estabelece a definição e atribuições do Conselho das Comunidades Portuguesas; Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro - Conselho das Comunidades Portuguesas; Cria os órgãos representativos dos portugueses no estrangeiro; Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro, "Conselho das Comunidades Portuguesas".

[DAR I série 24 IX/1 2002-06-27 pág 943]

### **2002-06-26 - Intervenção**

Responde a pedido de esclarecimento do deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)

Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro, que estabelece a definição e atribuições do Conselho das Comunidades Portuguesas; Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro - Conselho das Comunidades Portuguesas; Cria os órgãos representativos dos portugueses no estrangeiro; Altera a Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro, "Conselho das Comunidades Portuguesas".

[DAR I série 24 IX/1 2002-06-27 pág 945 - 946]

### **2002-07-11 - Intervenção**

Alterações ao texto de substituição

[DAR I série 33 IX/1 2002-07-12 pág 1368]

### **2002-12-11 - Declaração de voto**

Alterações ao Regimento da Assembleia da República

[DAR I série 66 IX/1 2002-12-12 pág 2823]

### **2003-03-12 - Intervenção**

Acordo de Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República Eslovaca, assinado em Bratislava em 5 de Junho de 2001; Acordo de Cooperação Técnico-Militar entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor Leste, assinado em Dili em 20 de Maio de 2002; Tratado entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília em 5 de Setembro de 2001; Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Lisboa em 11 de Novembro de 2002

[DAR I série 97 IX/1 2003-03-13 pág 4108 - 4109]

### **2003-05-15 - Intervenção**

Responde aos deputados Carlos Alberto Gonçalves (PSD) e Maria Manuela Aguiar (PSD)

Criticou o actual Governo pela actuação que tem tido para com as comunidades portuguesas, acusando-o de não cumprir as promessas eleitorais

[DAR I série 121 IX/1 2003-05-16 pág 5090 - 5092]

**2003-07-01 - Declaração de voto**

Criação do Município de Canas de Senhorim.

[DAR I série 139 IX/1 2003-07-02 pág 5834]

**2003-07-15 - Intervenção**

Integração dos trabalhadores dos centros culturais e dos centros de língua portuguesa do Instituto Camões no estrangeiro no quadro de pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas

[DAR I série 143 IX/1 2003-07-16 pág 6001 - 6002]

**2003-07-15 - Intervenção**

Altera a Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro - Lei da Nacionalidade

[DAR I série 143 IX/1 2003-07-16 pág 5982 - 5983]

**2003-10-01 - Intervenção**

Estatuto do agente da cooperação

[DAR I série 6 IX/2 2003-10-02 pág 312 - 313]

**2003-11-27 - Declaração de voto**

Altera a Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro, Lei da Nacionalidade.

[DAR I série 25 IX/2 2003-11-28 pág 1511 - 1512]

**2003-11-27 - Declaração de voto**

Altera a Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade).

[DAR I série 25 IX/2 2003-11-28 pág 1511 - 1512]

### **2004-03-03 - Declaração de voto**

Interrupção voluntária da gravidez; Despenalização da interrupção voluntária da gravidez; Sobre a exclusão da ilicitude de casos de interrupção voluntária de gravidez; Propõe a realização de um referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez realizada nas primeiras dez semanas

[DAR I série 58 IX/2 2004-03-04 pág 3273]

### **2004-03-12 - Pedido de esclarecimento**

Ao Ministro da Educação (David Justino)

Razões de tão gravoso desinvestimento no ensino do Português no estrangeiro

[DAR I série 63 IX/2 2004-03-13 pág 3506 - 3507]

### **2004-03-12 - Intervenção**

Razões de tão gravoso desinvestimento no ensino do Português no estrangeiro

[DAR I série 63 IX/2 2004-03-13 pág 3505 - 3506]

### **2004-03-18 - Pedido de esclarecimento**

Ao Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luis Marques Mendes)

Política geral, centrado no balanço da execução dos compromissos programáticos assumidos pelo Primeiro-Ministro.

[DAR I série 65 IX/2 2004-03-19 pág 3607]

### **2004-05-06 - Intervenção**

Aprova, para ratificação, a Convenção estabelecida com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia, relativa à Assistência Mútua e à Cooperação entre as Administrações Aduaneiras, incluindo um Anexo com Declarações, assinada em Bruxelas, em 18 de Dezembro de 1997; Aprova, para ratificação, o Protocolo de Alteração da Convenção de 23 de Julho de 1990, relativa à Eliminação da Dupla Tributação em caso de Correção de Lucros entre Empresas Associadas, incluindo a Acta Final, assinado em Bruxelas, em 25 de Maio de 1999; Aprova, para ratificação, o Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma Associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a República Argelina Democrática e Popular, por outro, assinado em Valência em 22 de Abril de 2002; Aprova, para ratificação, o Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma Associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a República do Líbano, por outro, assinado no Luxemburgo, em 17 de Junho de 2002.

[DAR I série 85 IX/2 2004-05-07 pág 4681]

#### **2004-05-26 - Intervenção**

Responde à deputada Luisa Mesquita (PCP)

Política seguida pelo Governo para com as comunidades portuguesas

[DAR I série 92 IX/2 2004-05-27 pág 5062 - 5066]

#### **2004-05-27 - Declaração de voto**

Aprova o acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong-Kong da República Popular da China relativo à Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Hong Kong, em 24 de Maio de 2001; Aprova o acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong-Kong da República Popular da China relativo à Entrega de Infractores em Fuga, assinado em Hong Kong, em 24 de Maio de 2001; Aprova o acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong-Kong da República Popular da China relativo ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, assinado em Hong Kong em 24 de Maio de 2001

[DAR I série 93 IX/2 2004-05-28 pág 5160 - 5161]

#### **2004-07-08 - Intervenção**

Apreciação do Decreto-Lei n.º 108/2004, de 11 de Maio, que altera o Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes

[DAR I série 105 IX/2 2004-07-09 pág 5645 - 5646]

#### **2004-07-08 - Pedido de esclarecimento**

Ao deputado António Nazaré Pereira (PSD)

Apreciação do Decreto-Lei n.º 108/2004, de 11 de Maio, que altera o Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes

[DAR I série 105 IX/2 2004-07-09 pág 5650]

### **2004-09-24 - Pedido de esclarecimento**

Ao Secretário de Estado das Comunidades (Carlos Alberto Gonçalves)

Reestruturação consular

[DAR I série 6 IX/3 2004-09-25 pág 293 - 294]

### **2004-09-24 - Pergunta**

Reestruturação consular

[DAR I série 6 IX/3 2004-09-25 pág 292]

### **2004-12-09 - Declaração de voto**

Decreto-Lei n.º 108/2004, de 11 de Maio, "Altera o Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes"

[DAR I série 21 IX/3 2004-12-10 pág 1359]

### **2004-12-09 - Declaração de voto**

Relatório final da VIII Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Tragédia de Camarate

[DAR I série 21 IX/3 2004-12-10 pág 1358 - 1359]

## **Atividades Parlamentares**

### **Debates Diversos**

Criticou o actual Governo pela actuação que tem tido para com as comunidades portuguesas, acusando-o de não cumprir as promessas eleitorais

**63/IX** Voto de saudação pela passagem do 1.º aniversário da Declaração de Independência de Timor Leste

**81/IX** Voto de pesar pela morte do ex-Deputado José Luís Nunes.

**163/IX** Voto de Protesto pelas medidas anunciadas pelo Governo que reduzem a protecção no desemprego e penalizam os trabalhadores desempregados.

**186/IX** Voto de Protesto pelas declarações do Senhor Ministro da Saúde sobre as quotas masculinas para os cursos de medicina.

### **Grupos Parlamentares de Amizade**

Portugal-França

Portugal-Timor-Leste

Portugal-Canadá

### **Delegações Eventuais**

#### **Reuniões em que participou:**

Delegação da AR à República Federal da Alemanha

Realizada em Berlim

De 2004-03-22 a 2004-03-26



## **PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO**

**Na qualidade de deputado coordenador da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação participou na discussão de Tratados, Convenções ou Acordos em Plenário / Comissão Especializada ou ainda na reunião do Grupo Parlamentar (em anexo - 132)**

DIPLOMA	ASSUNTO	
---------	---------	--

**PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO**

1/VII	Aprova, para Ratificação a convenção entre a República Portuguesa e a República da Bulgária para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento.
2/VII	Aprova, para ratificação o acordo Europeu Mediterrânico que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados Membros, por um lado, e a República da Tunísia por outro, e respectivos protocolos e anexos, bem como a acta final com as declarações assinadas em Bruxelas.
3/VII	Aprova, para Ratificação o acordo de parceria e cooperação que estabelece uma parceria entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e respectivos anexos e protocolos bem como a acta final com as declarações, assinado em Corfu.
4/VII	Aprova, para Ratificação o acordo suplementar ao acordo geral sobre privilégios e imunidades do Conselho da Europa, concluído entre Portugal e o Conselho da Europa, referente ao Centro Europeu para a Interdependência e Solidariedade mundiais, assinado em Estrasburgo aos 15 de Dez. de 1994.
5/VII	Aprova, para ratificação o tratado da carta de energia incluindo anexos, decisões e acta final o protocolo da carta de energia relativo à eficiência energética e aos aspectos ambientais associados, assinado em 17 de Dezembro de 1994.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

6/VII	Aprova, para Ratificação as emendas ao convénio constitutivo do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, instituição à qual Portugal deliberou aderir através da Resolução 303/79, de 18 de Outubro.
7/VII	Aprova, para Ratificação a convenção sobre a proibição do desenvolvimento/produção, armazenagem e utilização de armas químicas e sobre a sua destruição, aberta à assinatura em 13 de Janeiro de 1993, em Paris.
8/VII	Aprova, para ratificação a convenção sobre a proibição ou limitação do uso de certas armas convencionais que podem ser consideradas como reduzindo efeitos traumáticos excessivos ou ferindo indiscriminadamente, assinada em Nova Iorque, em 10 de Abril de 1981.
9/VII	Aprova, para Ratificação o Acordo-Quadro Inter-regional de cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Mercado Comum do Sul e seus Estados-Partes por outro.
10/VII	Aprova, para Ratificação o Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados Membros, por um lado, e a República da Letónia, por outro, e respectivos anexos e protocolos bem como a acta final com as declarações, assinado no Luxemburgo, em 12 de Junho de 1995.
11/VII	Aprova, para Ratificação o Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados Membros, por um lado, e a República da Estónia, por outro, e respectivos anexos e protocolos bem como a acta final com as declarações, assinado no Luxemburgo, em 12 de Junho de 1995.

DIPLOMA	ASSUNTO
12/VII	Aprova, para Ratificação o Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados Membros, por um lado, e a República da <b>Lituânia</b> , por outro, e respectivos anexos e protocolos bem como a acta final com as declarações, assinado no Luxemburgo, em 12 de Junho de 1995.
13/VII	Aprova para Ratificação o acordo de cooperação <b>Jurídica e Judiciária entre a Rep. Portug. e a Rep. de Angola</b> , assinado em Luanda, 30.08.1995.
14/VII	Aprova, para Ratificação o <b>Acordo Bilateral de cooperação entre a Republica Portuguesa e a Republica de Angola no domínio do combate ao Tráfego ilícito de estupefacientes, substancias Psicotropicas e criminalidade conexas</b> , assinado em Luanda em 30 de Agosto de 1995.
15/VII	Aprova para Ratificação o <b>Tratado de amizade, boa vizinhança e cooperação entre a Rep. Portug. e o Reino de Marrocos</b> , assinado em Rabat, em 30 de Maio de 1994.
16/VII	Aprova para Ratificação a convenção entre a <b>República da Coreia</b> para evitar a dupla Tributação e prevenir a evasão Fiscal em matéria de imposto sobre o rendimento, assinado em Seul, em 26/1/96.
17/VII	Aprova para ratificação a convenção entre a <b>Rep. Portug. e a Rep. Checa</b> para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinado em Lisboa, 24 de Maio de 1994.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

18/VII	Aprova para ratificação a Emenda ao artigo 20º parágrafo 1, da Convenção sobre a <b>eliminação de todas as formas de discriminação, contra as mulheres</b> , aprovada pela Resolução 50/202 (1995) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 22 de Dezembro de 1995.
19/VII	Aprova para ratificação o acordo de alteração da <b>quarta Convenção ACP - CE de Lomé</b> , assinado em 4 de Novembro 1995.
20/VII	Aprova, para ratificação o acordo interno relativo ao <b>financiamento e à gestão de ajudas da comunidade no âmbito do segundo protocolo financeiro à quarta Convenção ACP - CE de Lomé</b> , assinado em 20 de Dezembro de 1995.
21/VII	Aprova para ratificação o Protocolo da <b>4ª Convenção ACP - CE de Lomé na sequência da adesão da Rep. da Áustria, da Rep. da Finlândia e do Reino da Suécia à União Europeia</b> , assinado em Maurícia, em 4 de Novembro 1995.
22/VII	Aprova para ratificação o Protocolo nº 2 à <b>Convenção Europeia para a prevenção da tortura e penas ou tratamentos desumanos ou degradantes</b> , aberto à assinatura em Estrasburgo, em 4 Novembro 1993.
23/VII	Aprova para adesão o tratado de Budapeste sobre o <b>reconhecimento Internacional do depósito de microorganismos para efeitos de procedimentos em matéria de patentes</b> , adoptado em Budapeste, em 28 de Abril de 1977, e alterado em 26 de Setembro 1980.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

24/VII	Aprova para ratificação o <b>Protocolo nº 1 à Convenção Europeia para a prevenção da tortura e penas ou tratamentos desumanos ou degradantes</b> , aberto à assinatura em Estrasburgo, em 4 de Novembro 1993.
25/VII	Aprova para ratificação o acordo entre o <b>Governo da Republica da Letónia sobre a promoção e a protecção mútua</b> de investimentos e respectivo protocolo, assinados em 27 de Setembro 1995.
26/VII	Aprova para ratificação o <b>acordo de Parceria e cooperação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros por um lado, e a Ucrânia</b> , por outro, e respectivos anexos e protocolos bem como a acta final com as declarações, assinado no Luxemburgo, em 14 de Junho de 1994.
27/VII	Aprova para ratificação o <b>acordo Euro-Mediterrânico que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados Membros</b> , por um lado e o <b>Estado de Israel</b> , por outro, incluindo os protocolos nº 1 a 5, os anexos I a VII, bem como as declarações e trocas de cartas que constam em acta final e que fazem parte integrante do acordo, assinado em Bruxelas, em 20 de Novembro de 1995.
28/VII	Aprova para ratificação o <b>acordo de cooperação mútua entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa da Republica Checa</b> , assinado em Praga, em 26 de Abril de 1996

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

30/VII	Aprova, para ratificação. o protocolo nº 11 à <b>Convenção de salvaguarda dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais, relativo à reestruturação do mecanismo de controlo estabelecido pela Convenção. e respectivo anexo, assinado em Estrasburgo aos 11 de Maio 1994.</b>
31/VII	Aprova, para ratificação a convenção estabelecida <b>com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia</b> relativa ao processo simplificado de extradição entre os Estados-Membros da União Europeia, assinada em Bruxelas, em 10 Março 1995.
32/VII	Aprova, para Ratificação a declaração constitutiva e os <b>Estatutos da Comunidade dos Países de língua Portuguesa</b> , assinados em Lisboa, em 17 Julho 1996.
33/VII	Aprova, para Ratificação a Convenção sobre a adesão da <b>Republica da Áustria, da Finlândia e do Reino da Suécia à Convenção</b> relativa à eliminação da dupla tributação em casos de correcção de lucros entre empresas associadas e respectiva acta de assinatura, com as suas declarações.
34/VII	Aprova, para Ratificação o Protocolo de adesão do <b>Governo da República da Áustria</b> ao acordo entre os Governos dos Estados da <b>União Económica Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa, relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns</b> , assinado em Schengen, a 14 de Junho 1985, tal como alterado pelos protocolos relativos à adesão dos Governos da Rep. Italiana, do Reino de Espanha e da Rep. Portuguesa e da Rep. Helénica, assinados respectivamente a 27 Novembro 1990, a 25 Junho 1991, e a 6 Novembro 1992, concluído em Bruxelas, em 28 Abril 1995.

DIPLOMA	ASSUNTO
35/VII	Aprova, para Ratificação o acordo entre a <b>República Portuguesa</b> e a <b>República da Croácia</b> sobre a promoção e a protecção recíproca de investimentos e o respectivo protocolo, assinado em Lisboa, em 10 de Maio de 1995.
36/VII	Aprova para Ratificação o Protocolo de adesão da <b>República da Áustria</b> à convenção de aplicação do acordo de Schengen, de 14 de Junho de 1985, entre os Governos dos Estados da União Económica Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns, assinada em Schengen a 19 de Junho de 1990.
37/VII	Aprova para Ratificação a Convenção para a <b>cooperação no âmbito da Conferência Iberoamericana</b> , assinada em S. Carlos de Bariloche, Argentina, em 15 de Outubro de 1995.
38/VII	Aprova, para ratificação a <b>Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar</b> e o acordo relativo à aplicação da parte XI da mesma convenção.
39/VII	Aprova, para ratificação o acordo <b>Euro-Mediterrânico</b> que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e o <b>Reino de Marrocos</b> , por outro.
40/VII	Aprova, para ratificação a <b>Convenção</b> entre a <b>República Portuguesa</b> e a <b>República da Hungria</b> para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinado em Lisboa, a 16 de Maio de 1995.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

41/VII	Aprova, para ratificação a <b>Convenção</b> entre a <b>República Portuguesa</b> e a <b>República da Polónia</b> , para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada em Lisboa, a 9 de Maio de 1995.
42/VII	Aprova, para ratificação <b>acordo de parceria e cooperação</b> entre as Comunidades Europeias e os seus Estados Membros, por um lado, e a <b>República da Moldóvia</b> , por outro.
43/VII	Aprova, para ratificação <b>acordo de cooperação na area militar</b> entre o <b>Ministério da Defesa Nacional de Portugal</b> e o <b>Ministério da Defesa Nacional da Roménia</b> , assinado em Bucareste, em 10 de Julho de 1995.
44/VII	Aprova, para ratificação <b>acordo</b> entre o <b>Ministério da Defesa Nacional de Portugal</b> e o <b>Ministério da Defesa Nacional da Polónia</b> , em matéria de cooperação Bilateral no domínio militar assinado em Varsóvia, em 12 de Julho de 1995.
45/VII	Aprova, para ratificação o acordo entre a República Portuguesa e a <b>República da Eslovaca</b> sobre promoção e protecção recíproca de investimentos, e respectivo protocolo, assinados em Lisboa, a 10 de Julho de 1995.
46/VII	Aprova, para ratificação a convenção sobre <b>segurança nuclear</b> , adoptada em Viena, em 17 de Junho de 1994, no âmbito da agência Internacional de Energia Atómica.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

47/VII	Aprova, para Ratificação a Convenção Europeia para a protecção do <b>património arqueológico</b> (revista). Aberta a assinatura em La Valetta, em 16 de Janeiro de 1992, e assinada nessa data por Portugal.
48/VII	Aprova, para Ratificação a Convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da <b>República da Venezuela para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal</b> , em matéria de imposto sobre o rendimento, e respectivo protocolo, assinados em Lisboa em 23 de Abril de 1996.
49/VII	Aprova, para Ratificação a emenda ao artigo XIII da <b>Convenção constitutiva da União Latina</b> , assinada em Paris, em 15 de Maio de 1954.
50/VII	Aprova, para Ratificação a Convenção para <b>prevenção e repressão do crime de genocídio</b> , adaptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9 de Dezembro de 1948.
51/VII	Aprova, para Ratificação a Convenção fundamentada no artigo K.3 do tratado da união Europeia, que cria um serviço Europeu de policia ( <b>Convenção Europol</b> ) e o protocolo estabelecida com base no artigo K.3 do tratado da União Europeia relativo à interpretação a título prejudicial pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias da Convenção que cria um serviço Europeu de Policia.
52/VII	Aprova, para Ratificação o acordo entre a Republica Portuguesa e a União Latina ( <b>Estabelecimento da União Latina</b> ), assinado em Paris, em 6 Set. 95, que regula o regime de privilégios e imunidades que Port. confere à delegação da União Latina em Lisboa.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

53/VII	Aprova, para Ratificação o tratado constitutivo da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Iberoamericanos, assinado em Madrid, em 4 de Novembro de 1992.
54/VII	Aprova, para Ratificação os actos e declarações da União Postal Universal, relativos ao Congresso de Seul, de 1994.
55/VII	Aprova, para Ratificação o acordo sobre privilégios e imunidades assinado entre o Governo da República Portuguesa e a Organização Internacional para as Migrações, assinado em Lisboa, em 22 de Janeiro de 1997.
56/VII	Aprova, para Ratificação a Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho, respeitante à readaptação profissional e ao emprego de deficientes.
57/VII	Aprova, para Ratificação, o documento acordado entre os Estados Partes do tratado sobre Forças Armadas convencionais na Europa, em 31 de Maio de 1996.
58/VII	Aprova, para Ratificação, a convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a idade mínima de admissão ao emprego.
59/VII	Aprova, para Ratificação, a convenção relativa ao branqueamento, detecção, apreensão e perda dos produtos do crime, do conselho da Europa, assinada em Portugal em 8 de Novembro de 1990.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

60/VII	Aprova, para Ratificação o Acordo-Quadro de cooperação destinado a preparar, como objectivo final, uma associação de carácter político e económico entre, por um lado, a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros e, por outro, a <b>República do Chile</b> .
61/VII	Aprova, para Ratificação o protocolo adicional à <b>Carta Social Europeia</b> prevendo um sistema de reclamações colectivas, aberto à assinatura pelos Estados-Membros do <b>Conselho da Europa</b> , em Estrasburgo, em 9 de Novembro de 1995.
62/VII	Aprova, para Ratificação a alteração ao número 2 do artigo 43º da Convenção sobre os <b>Direitos da Criança</b> , aprovada pela resolução 50/155 da <b>Assembleia-Geral das Nações Unidas</b> , de 21 de Dezembro de 1995.
63/VII	Aprova, para Ratificação o acordo para a criação do <b>Instituto Internacional para a Democracia Eleitoral</b> , assinado em Estocolmo, em 27 de Fevereiro de 1996.
64/VII	Aprova, para Ratificação o protocolo do acordo de parceria e cooperação entre as Comunidades e os Estados-Membros, por um lado, e a <b>Ucrânia</b> , por outro, assinado em Bruxelas, em 10 de Abril de 1997.
65/VII	Aprova, para Ratificação a alteração do anexo A da Convenção para a criação do <b>Gabinete Europeu de radiocomunicações (ERO)</b> , adaptada na reunião do Conselho da Organização que teve lugar em 8 de Março de 1996 em Cascais, Portugal.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

66/VII	Aprova, para Ratificação o protocolo de 1988 para a repressão dos actos ilícitos de violência nos aeroportos aos serviços da Aviação Civil Internacional, complementar à Convenção para a repressão de actos ilícitos contra a segurança da Aviação Civil, adoptada em Montreal a 23 de Setembro de 1971.
67/VII	Aprova, para Ratificação a convenção sobre a segurança do pessoal das Nações Unidas e pessoal associado.
68/VII	Aprova, para Ratificação o protocolo ao acordo e parceria e de cooperação que estabelece uma parceria entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Moldávia, por outro.
69/VII	Aprova, para Ratificação o protocolo ao acordo e parceria e de cooperação que estabelece uma parceria entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Federação da Rússia, por outro.
70/VII	Aprova, para Ratificação o acordo sobre privilégios e imunidades da Agência Internacional da Energia Atómica, adoptado pelo conselho de governadores a 1 de Julho de 1959.
72/VII	Aprova, para Ratificação o acordo de cooperação no domínio da defesa entre a República Portuguesa e a República de Angola, assinado em Luanda em 3 de Outubro de 1996.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

73/VII	Aprova, para Ratificação o acordo Europeu que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros agindo no âmbito da União Europeia, por um lado, e a República da Eslovénia, por outro e respectivos anexos e protocolos, bem como a acta final com as declarações.
74/VII	Aprova, para Ratificação a convenção que institui o Gabinete Europeu de telecomunicações (ETO), aberta para assinatura em Copenhaga, em 1 de Setembro de 1996.
75/VII	Aprova, para Ratificação, os estatutos da Organização Ibero Americana, de Ministros da Juventude, que decorreu de 20 a 22 de Abril de 1994, em Punta Del Este, Uruguai, e a acta de Fundação da Organização Ibero-Americana de Juventude assinada durante a VIII Conferencia Ibero-americana de Ministros da Juventude em 1 de Agosto de 1996, em Buenos Aires, Argentina
76/VII	Aprova, para Ratificação o acordo Internacional de 1994, sobre madeiras tropicais, adoptado em Genebra a 26 de Janeiro de 1994, no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e desenvolvimento
77/VII	Aprova, para Ratificação acordo de cooperação em matéria de Defesa entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa Nacional da República da Hungria, assinado em Budapeste a 7 de Outubro de 1996.
78/VII	Aprova o tratado de auxilio mútuo em matéria penal entre a República Portuguesa e o Canadá, assinado em Lisboa, aos 24 de Junho de 1997.

DIPLOMA	ASSUNTO
79/VII	Aprova o acordo de transporte aéreo entre a República Portuguesa e a <b>República da África do Sul</b> , assinado em Joanesburgo, em 23 de Maio de 1997.
80/VII	Aprova o acordo entre a República Portuguesa e a <b>Federação da Rússia</b> , sobre o transporte rodoviário internacional, e respectivo Protocolo, assinados em Moscovo, a 22 de Julho de 1994.
81/VII	Aprova para ratificação, a adesão de Portugal, o acordo que institui o <b>Laboratório Europeu de Biologia Molecular</b> , concluído em Genebra em 10 de Maio de 1973, no âmbito do acordo relativo à criação da Conferência Europeia de Biologia Molecular.
82/VII	Aprova para ratificação, o protocolo de adesão do governo do <b>Reino da Suécia</b> ao acordo relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns, assinado em Schengen a 14 de Junho de 1985, assinado no Luxemburgo a 19 de Dezembro de 1996.
83/VII	Aprova para ratificação, o protocolo de adesão do governo do <b>Reino da Dinamarca</b> ao acordo relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns, assinado em Schengen a 14 de Junho de 1985, assinado no Luxemburgo a 19 de Dezembro de 1996.
84/VII	Aprova para ratificação, o protocolo de adesão do governo da <b>República da Finlândia</b> ao acordo relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns, assinado em Schengen a 14 de Junho de 1985, assinado no Luxemburgo a 19 de Dezembro de 1996.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

85/VII	Aprova para ratificação, o protocolo nº 2 à <b>Convenção Europeia para a prevenção da tortura e penas ou tratamentos desumanos ou degradantes</b> , assinado em Estrasburgo, em 4 de Novembro de 1993.
86/VII	Aprova para ratificação, o acordo de cooperação entre o Reino da Bélgica, a Republica Federal da Alemanha, a Republica Francesa, o Grão Ducado do Luxemburgo, o Reino dos Países Baixos, a Republica Italiana, o Reino de Espanha, a Republica Portuguesa, a Republica Helénica, a Republica da Áustria, o Reino da Dinamarca, a república da Finlândia, o Reino da Suécia, partes contratantes no acordo e na convenção de Schengen, e a Republica da Islândia e o Reino da Noruega, relativo à supressão dos controlos de pessoas nas fronteiras comuns, incluindo declarações e inventários das disposições previstas no artigo 1º, assinado no Luxemburgo a 19 de Dezembro de 1996.
87/VII	Aprova para ratificação o acordo de parceria e cooperação entre as comunidades europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a <b>Georgia</b> , por outro, incluindo os anexos I,II,III, IV, V e o protocolo sobre assistência mútua entre autoridades administrativas em matéria aduaneira, bem como a acta final com as declarações, assinado no Luxemburgo, em 22 de Abril de 1996.
88/VII	Aprova o acordo bilateral de cooperação entre a República Portuguesa e a <b>República de Moçambique</b> no domínio do combate ao tráfico ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e criminalidade conexas, assinado em Maputo aos 13 de Abril de 1995.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

89/VII	Aprova para ratificação, o instrumento de emenda da constituição de <b>Organização Internacional do Trabalho</b> , adoptado pela conferência na sua 85ª Sessão, Genebra, 19 de Junho de 1997.
90/VII	Aprova para ratificação, a convenção estabelecida com base no artigo K.3 do <b>Tratado da União Europeia</b> , relativa à extradição entre os Estados-Membros da União Europeia.
91/VII	Aprova para adesão, a constituição da <b>União Postal das Américas, Espanha e Portugal</b> , modificada pelos protocolos adicionais de Lima-1976, Manágua-1981, Havana-1985 e Buenos -Aires-1990, bem como do quinto protocolo adicional, à constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, adoptado pelo congresso de Montevideu-1993.
92/VII	Aprova para ratificação, o acordo de parceria e cooperação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado e a <b>República da Arménia</b> , por outro.
93/VII	Aprova para ratificação, o acordo de parceria e cooperação entre as Comunidades e os seus Estados-Membros, por um lado, e a <b>República do Azerbaijão</b> , por outro.
94/VII	Aprova para ratificação, o acordo de parceria e cooperação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a <b>República da Bielorrússia</b> , por outro.

DIPLOMA	ASSUNTO
95/VII	Aprova, para ratificação, o acordo de parceria e cooperação entre as Comunidades Europeias e os Estados - Membros, por um lado, e a <b>República da Cazaquistão</b> , por outro.
96/VII	Aprova, para ratificação, o acordo de parceria e cooperação entre as Comunidades Europeias e os Estados - Membros, por um lado, e a <b>República da Quirguizistão</b> , por outro.
97/VII	Aprova, para ratificação, o acordo de parceria e cooperação entre as Comunidades Europeias e os Estados - Membros, por um lado, e a <b>República da Usbequistão</b> , por outro.
98/VII	Aprova a convenção entre a <b>República Portuguesa e a Roménia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o capital e respectivo protocolo assinados em Bucareste, a 16 de Setembro de 1997</b>
99/VII	Aprova, para adesão as emendas ao anexo à <b>Convenção Internacional sobre normas de formação de certificação e de serviços de quartos para os marítimos, 1978</b> , e do código de formação, de certificação e de serviço de quartos para os marítimos (STCW), adoptados nas conferências de partes que teve lugar de 26 de Junho a 7 de Julho de 1995, em Londres.
100/VII	Aprova, para adesão a <b>Convenção sobre os privilégios e imunidades das Nações Unidas</b> , adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 13 de Fevereiro de 1946.

DIPLOMA	ASSUNTO
101/VII	Aprova para adesão a 4ª emenda ao acordo relativo ao <b>Fundo Monetário Internacional</b> , a que Portugal deliberou aderir através do Decreto-Lei nº 43 338 de 21 de Novembro de 1960.
102/VII	Aprova, para ratificação, o protocolo ao acordo de cooperação e de união aduaneira entre a Comunidade Europeia e a <b>República de São Marino</b> , na sequência da adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à União Europeia
103/VII	Aprova para ratificação, o acordo de parceria económica, de concertação política e de cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e os <b>Estados Unidos Mexicanos</b> , por outro.
104/VII	Aprova para ratificação, a convenção entre a República Portuguesa e o <b>Reino de Marrocos</b> para evitar a dupla tributação em matéria de impostos, assinada em Rabat, a 29 de Setembro de 1997.
105/VII	Aprova para ratificação, a convenção e o protocolo adicional entre os Estados partes do <b>Tratado do Atlântico Norte</b> e os outros Estados que participam na parceria para a Paz sobre o Estatuto das suas forças concluídos em Bruxelas em 19 de Junho de 1995.
106/VII	Aprova, para ratificação, o protocolo de adesão da <b>República da Polónia</b> ao <b>Tratado do Atlântico Norte</b> , assinado em Bruxelas, em 16 de Dezembro de 1997.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

107/VII	Aprova, para ratificação, o protocolo de adesão da <b>República Checa ao Tratado do Atlântico Norte</b> , assinado em Bruxelas, em 16 de Dezembro de 1997.
108/VII	Aprova, para ratificação, o protocolo de adesão da <b>República da Hungria ao Tratado do Atlântico Norte</b> , assinado em Bruxelas, em 16 de Dezembro de 1997.
111/VII	Aprova, para ratificação, a <b>convenção sobre a proibição da utilização, armazenagem, produção e transferência de minas anti-pessoal e sobre a sua destruição aberta para assinatura em Otava no dia 3 de dezembro de 1997.</b>
112/VII	Aprova, para ratificação, o <b>protocolo sobre a proibição da utilização de minas e armadilhas e outros dispositivos, conforme foi modificado em 3 de Maio de 1996 (Protocolo II), anexo à Convenção sobre a proibição ou limitação do uso de certas armas convencionais que podem ser consideradas como produzindo efeitos traumáticos excessivos ou ferindo indiscriminadamente, adoptado em genebra, a 3 de Maio de 1998.</b>
113/VII	Aprova, para ratificação, o <b>acordo euro-mediterrânico que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os Estados-Membros, por um lado, e o Reino Hachemita da Jordânia, por outro.</b>

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

114/VII	Aprova, para ratificação, a convenção fundamentada no artigo K.3 do Tratado da União Europeia sobre a utilização da informática no domínio aduaneiro e o protocolo estabelecido com base no artigo K.3 do Tratado da união Europeia relativo à interpretação a título prejudicial pelo tratado de justiça das Comunidades Europeias da Convenção sobre a utilização da informática no domínio aduaneiro.
115/VII	Aprova, para ratificação, o acordo-quadro de comércio e cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República de Coreia, por outro.
116/VII	Aprova, para ratificação, a convenção de conciliação e arbitragem no quadro da OSCE concluída em Estocolmo, a 15 de Dezembro, no Terceiro Conselho Ministerial da OSCE.
117/VII	Aprova, o Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a repressão e o tráfego ilícito de droga no mar, assinado em Lisboa a 2 de Março de 1998.
118/VII	Aprova, para ratificação, o Tratado de Amsterdão que altera o tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses Tratados, incluindo Anexo, Protocolos, bem como a Acta Final com as Declarações, assinado em Amsterdão, em 2 de Outubro de 1997.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

119/VII	Aprova, para ratificação, o protocolo estabelecido com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia e N°3 do artigo 41° da <b>Convenção Europol</b> relativo aos privilégios e imunidades da Europol dos membros dos seus Orgãos, dos seus Directores-Adjuntos e Agentes.
120/VII	Aprova, o acordo entre o Governo Português e a <b>Comunidade dos Países de Língua Portuguesa</b> referente ao estabelecimento da sede da Comunidade em Portugal.
121/VII	Aprova, para adesão, o acordo relativo ao centro <b>Latino-Americano</b> de administração para o desenvolvimento, assinado em 30 de Junho de 1972, em Caracas, pelos Governos da Venezuela, México e Perú, e o Estatutos do Centro Latino-Americano de administração para o desenvolvimento, modificados na XXVII reunião do <b>Conselho Directivo do Clad</b> , na Ilha Margarita, em 15 de Outubro de 1997.
122/VII	Aprova, o acordo sobre <b>serviços aéreos</b> entre a República Portuguesa e a <b>República Socialista do Vietname</b> , assinado em Lisboa a 3 de Fevereiro de 1998.
123/VII	Aprova, para ratificação, a convenção para a <b>protecção dos bens culturais</b> em caso de conflito armado, adoptada em Haia aos 14 de Maio de 1954.
124/VII	Aprova, para ratificação, o <b>protocolo adicional complementar à convenção entre os Estados Partes no Tratado do Atlântico Norte</b> e os Estados Membros que participam na Parceria para A Paz sobre o Estatuto das suas Forças, concluído em Bruxelas em 19 de Dezembro de 1977

DIPLOMA	ASSUNTO
125/VII	Aprova, para ratificação, a convenção sobre a luta contra a corrupção de <b>Agentes Públicos Estrangeiros</b> nas transações comerciais internacionais, adoptada em 17 de Dezembro de 1997, em Paris, na Conferência Ministerial da Organização de Cooperação e de desenvolvimento económico (OCDE).
126/VII	Aprova, o protocolo de emendas ao acordo de 28 de Junho de 1973, entre o Governo da <b>República Portuguesa e o Conselho Federal Suíço</b> relativo aos <b>transportes internacionais</b> de pessoas e mercadorias por estrada.
127/VII	Aprova, para ratificação, a convenção relativa à adesão da <b>República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia</b> à convenção sobre a lei aplicável às obrigações contratuais, aberta à assinatura em Roma em 19 de Junho de 1980, bem como ao primeiro e segundo protocolo relativos à sua interpretação pelo tribunal de Justiça.
128/VII	Aprova, o <b>tratado de auxilio judiciário mútuo</b> em matéria penal entre a República Portuguesa e os <b>Estados Unidos Mexicanos</b> , assinado em Lisboa aos 20 de Outubro de 1998.
129/VII	Aprova, o <b>tratado de extradição</b> entre a República Portuguesa e os <b>Estados Unidos Mexicanos</b> , assinado em Lisboa, aos 20 de Outubro de 1998.
131/VII	Aprova, para ratificação, a convenção relativa à adesão da <b>República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia</b> à <b>Convenção relativa à competência judiciária e à execução de decisões em matéria civil e comercial</b> , bem como ao protocolo relativo à sua interpretação pelo tribunal de Justiça, com as adaptações que lhe foram introduzidas pela Convenção relativa à adesão do <b>Reino da Dinamarca, da Irlanda do Norte, pela Convenção relativa à adesão da República Helénica e pela Convenção relativa à adesão do Reino da Espanha e da República Portuguesa</b> , assinada em Bruxelas, em 29 de Novembro de 1996.

DIPLOMA	ASSUNTO
---------	---------

132/VII	Aprova, para ratificação, a convenção sobre cooperação para a protecção e o aproveitamento sustentável das águas das bacias hidrográficas Luso-Espanholas e protocolo adicional, assinadas em Albufeira, a 30 de Novembro de 1998.
---------	--

# REVISTA DO FUNDADO

OURO

SEMANÁRIO

ANO 49.º — N.º 2483 — 25 DE MARÇO DE 1994 — 80\$00 (IVA INCLUIDO)



PORTE  
PAGO

## Cova da Beira: OS estudos continuam...

### • Barragem do Sabugal também em avaliação

A ministra do Ambiente esteve na Covilhã para uma «reunião de rotina» sobre as áreas protegidas e os projectos do novo Quadro Comunitário de Apoio. Outros problemas ambientais ficaram por discutir. O Regadio da Cova da Beira foi «afiorado vagamente» e, no final, Teresa Gouveia, afirmou que «ainda não há decisão» sobre o projecto. Continuam os estudos...

Esta semana (quarta-feira), o deputado do PS pelo Círculo da Guarda, Carlos Luís, questionou o secretário de Estado do Ambiente sobre a construção da barragem do Sabugal. Poças Martins respondeu que o projecto estava em avaliação técnico-económica. O secretário de Estado disse ainda não haver dúvidas quanto à necessidade da barragem mas sublinhou existirem outros projectos concorrentes.

Pág. 6

Deputado socialista abre o livro na Guarda

# Governo tem as orelhas a arder

Numa tentativa de se aproximar da população que o elegeu, o deputado socialista, Carlos Luis, esteve recentemente na Guarda para dar conta da sua actividade parlamentar e apresentar as linhas de força que norteiam o Partido Socialista para os próximos tempos. O encontro com a Comunicação Social serviu também para mostrar os rendimentos de todos os deputados socialistas que se sentam na Assembleia da República. O Governo ficou com as orelhas quentes.

Se o discurso não teve pontos inovadores, os recados zurzidores ao poder central continuaram a não ser esquecidos, lembrando aos presentes *«a intoxicação e a politização de quem exerce os cargos públicos»*.

Carlos Luis sustentou a ideia de que *«a democracia poderá correr 'riscos' pela prática que alguns políticos têm, ultrapassando largamente as competências que lhes são cometidas para daí fazerem fortuna própria»*. O deputado, para lutar contra esses interesses privados, deixou o convite a todas as personalidades políticas do distrito, envolvidas na cena política, a mostrarem publicamente os seus rendimentos.

O deputado, com assento no grupo parlamentar socialista, traçou depois a *«lápiz negro»* o panorama que o País atravessa. Numa altura em que a concorrência nos mercados internacionais toma contornos fortíssimos nos preços praticados e na qualidade dos produtos, *«Portugal adormeceu à custa dos salários baixos, quando o factor da mão-de-obra barata já não faz a diferença»*.

## Uma Guarda madrasta

Se a um nível nacional os problemas avolumam-se de dia para dia, no distrito da Guarda é muito fácil diagnosticar a doença endémica que afecta: a *«entrada em funções da famigerada PAC, «onde é permitida a venda da nossa agricultura a interesses de países terceiros»*, e a do tecido industrial do distrito cada vez mais empobrecido e mal tratado pelo poder central.

Carlos Luis apontou como únicas soluções a levar a cabo pelo Governo para salvar aquilo que ainda resta da riqueza da região, a *«renegociação o mais rápida possível da PAC e a introdução no distrito de um pacote de resoluções mais ou menos parecido com aqueles que foram efectuados na região do Vale do Ave e da bacia de Setúbal»*.

A situação desfavorável, segundo as palavras do deputado socialista, só é possível dado que *«na Guarda não se ganham eleições»*. *«Esta é uma região que tem sido madrasta para aqueles que aqui nasceram e que aqui, teimosamente, persistem em viver. Somos um distrito onde se morre por falta de médico e onde não se aprende por falta de professor»*, sustentou.

O deputado, apesar de não querer ser a voz da desgraça, enumerou alguns factores que concorrem para a falta de estímulos vividos por todos aqueles que sentem na pele este avolumar de dificuldades.

*«O Governo recebe dos fundos comunitários cerca de mil contos por minuto, mas a Guarda, num ano, recebeu apenas dois dias e meio»*, afirmou Carlos Luis, concluindo que *«nas visitas triunfantes que se fazem ao distrito apenas se apresentam cheques de caridade para satisfazer certas clientelas políticas»*.

## Requerimento sobre o Apoio aos agricultores na sequência das Geadas/95

«De acordo com notícias veiculadas na Comunicação Social, está para breve a divulgação por parte do Governo de medidas para combater os efeitos das geadas de Abril passado. Pelo que tudo indica, as verbas a afectar serão retiradas de fundos exclusivamente nacionais. Ora, em devido tempo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifestou disponibilidade para uma alteração extraordinária ao Orçamento de Estado de forma a responder-se com eficácia à situação de emergência causada pelas geadas referidas.

Estando, para breve, a aprovação de medidas concretas, medidas essas que urge,

de facto, tomar, uma vez que a situação dos agricultores afectados pelas geadas em alguns casos é muito grave, designadamente, na área da Direcção Regional da Beira Interior, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Ministério da Agricultura as seguintes informações:

1. Montante das verbas afectadas aos agricultores na área da Direcção Regional da Beira Interior.
2. Sua distribuição por Concelho.
3. Data da efectivação do pagamento das ajudas.

O deputado  
(Carlos Luís)

PORTUGAL

Deputado socialista Carlos Luís critica centralização

# «Não há políticas para o Interior»

Carlos Luís, deputado socialista pelo círculo da Guarda, convocou uma conferência de imprensa para se queixar que já esgotou todas as «figuras regimentais» ao seu alcance e que o governo não lhe passa cartão quanto aos problemas da região. É assim com os têxteis, as vias de comunicação, a barragem do Coa, diz o deputado, que também considera «um insulto» a falta do Orçamento de Estado atribuída ao distrito da Guarda.

Quando à Barragem do Sabulal, Carlos Luís diz que, «depois de todas as promessas», e percorrer «os programas comunitários e o Orçamento de Estado e não se vê a instalação da obra». Um requerimento de 15 de Julho, perguntando «para quando a construção da barragem», ainda não obteve resposta do ministro do Planeamento.

«Adiantamentos» que são «uma falta de respeito para com a região», ainda mais grave quando «Portugal não tem política de aproveitamento hídrico».

## LONGE DOS CENTROS DE DECISÃO

A Guarda, tal como Castelo Branco e outras onze capitais

os hospitais regionais na Covilhã e em Viseu.

No meio deste panorama, o deputado do PS também espera resposta de um requerimento em que pede o apuramento do montante despendido em todas as visitas de membros do governo ao distrito da Guarda. Assim como, brindando o distrito em que o PS apresenta os rendimentos dos seus políticos, convidada os titulares de órgãos de soberania do distrito da Guarda a «publicarem os rendimentos e o património».

Apenas três milhões e meio de contos do Orçamento Geral de Estado para todo o distrito, quando entra no país, vindo da CE, um milhão e meio por dia e o vizinho distrito de Viseu foi contemplado com dez milhões do OGE só no sector da

Saúde. Tudo «porque aqui não se ganham eleições», aponta Carlos Luís, um dos poucos deputados que o distrito elege para a Assembleia da República. E enquanto o eleito pelo PS afirma desdobrar-se em requerimentos e pedidos de intervenção acerca dos assuntos da região, o governo «não responde» e os deputados do PSD «só louvaram» o executivo, «em vez de condenarem os bloqueamentos e a falta de investimento no Interior».

## BARRAGEM DO COA: «FALTA DE RESPEITO»

Uma imagem negra — «não há políticas» para a região. Para Carlos Luís, os têxteis do distrito da Guarda precisam

de Operação Integrada de Desenvolvimento que faça a «reconversão profissional e tecnológica» do sector, numa região em que o estado actual de outras áreas com potencialidades — como os latúncios e as madeiras — tomam «difficil a diversificação da indústria». Diz o deputado do PS que, por três vezes, dirigiu pedidos de intervenção ao ministro da Indústria, sem êxito.

Das vias de comunicação, afirma que o IP2 ainda «ninguém sabe onde vai passar», nem há sinais das ligações ao IP3, nomeadamente a de Gouveia, «prometida há dois anos».

Na agricultura, a opinião é de que «nunca se esteve na falência actual», sendo necessário «renegociar rapidamente a PAC».

# Autárquicas: Votar... depois aguardar que alguma coisa boa aconteça

Aproxima-se mais um período eleitoral para o poder local, rodeado, como é habitual, do folclore político que sempre acompanha estas coisas: dedicadas militantes de partidos que vão amuar porque não

em execução, não reflectindo o programa político de nenhum dos partidos eleitos — que não tem força eleitoral para a impor, mas de acordo com os consensos que, caso a caso, forem sendo encontrados

forma fácil. Os detentores do poder — que é uma íntima extensão dos partidos políticos — não vão gostar de abrir mão desse fabuloso privilégio, embora digam o contrário. Até lá, que pode fazer o

# Mais acidentes no mês de Agosto

319 acidentes, de que resultaram 6 mortos, 70 feridos graves e 213 feridos ligeiros, é o balanço da sinistralidade ocorrida no mês de Agosto, no distrito de Castelo Branco.

Os números, obtidos numa reunião que se realizou no Governo Civil de Castelo Branco, com a Comissão Distrital de Segurança Rodoviária, mostram que no mês de Agosto os acidentes e as vítimas causadas aumentaram em relação à média mensal verificada no decorrer do primeiro semestre, tendo atingido os índices mais elevados do corrente ano (excepção para o número de mortos).

O desrespeito pelo código de estrada, os excessos de ve-

so  
opinião.

Para mais esclarecimentos é favor contactar o Centro  
de Informação Rural da Guarda - Telf. 230489

directamente na harmonia da  
natureza, fazendo secar rios,

A GUARDA  
24/3/85

# Fogos florestais

*Ao requerimento do sr. deputado Carlos Luis (PS) sobre  
fogos florestais no distrito da Guarda, respondeu o  
Ministério da Administração Interna;*

"Reportando-me ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar V. Ex.<sup>a</sup> que atenta a situação de gravidade vivida no distrito da Guarda devido aos incêndios ocorridos na época estival, a Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais (CNEFF) está a proceder em colaboração com os responsáveis pelas CEFF'S distritais e concelhias, a uma análise local, a fim de serem tomadas medidas urgentes para a preservação dos povoamentos não afectados.

As medidas a implementar em termos do apetrechamento dos corpos de bombeiros, basear-se-ão no reforço do realizado no ano transacto, fornecendo equipamentos como sejam:

- Prontos Socorros médicos todo-o-terreno;
- Lanços de mangueiras;
- Aparelhos respiratórios;
- Ambulâncias de emergência;
- Motobombas;

- Abrigos individuais de protecção contra o fogo;

- Pronto socorro ligeiros;
- Auto-tanques pesados;
- Auto-comandos ligeiros;
- Viaturas de comando e transmissões.

No que diz respeito aos meios humanos elegem-se os grupos seguintes:

- Grupos permanentes de intervenção (GPI's) distribuídos por todo o território continental;

- Brigadas Especiais de Intervenção;
- Brigadas Helitransportadas;
- Pessoal de apoio às pistas e coordenação aérea, que serão distribuídos de acordo com a localização dos helicópteros ligeiros e médios.

Quanto à declaração da situação de calamidade pública, entende a CNEFF que a mesma não se justifica, porquanto a área ardida abrange essencialmente matos.

O chefe de Gabinete,  
(Manuel Joaquim da Silva Marcelino)

## DISTRITO DA GUARDA PEDIDO DE CALAMIDADE PÚBLICA

APRESENTADA POR: DEPUTADO CARLOS LUÍS NA ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

Num curto espaço de tempo o Distrito da Guarda tem sido fustigado quer pelas intempéries quer pela acção destrutiva do homem. Em Abril, foram as geadas que destruíram quase toda a produção agrícola. Agora, no espaço de um mês, são os incêndios que, de acordo com

o Coordenador Operacional, assolam a região onde "pouco mais resta". A tudo isto responde passivamente o Governo, não apoiando as populações, quer através da disponibilidade de meios, quer através de subsídios para compensar os milhares de contos perdidos com estas catástrofes.

Perante a vaga de incêndios que tem deflagrado no distrito da Guarda os comandos das corporações de bombeiros da zona, integrados na Federação Distrital, reuniram-se para "analisar o flagelo permanentemente de fogos florestais/1994, em toda a sua dimensão e amplitude".

Tendo em conta a origem criminosa de uma boa parte dos fogos florestais quer pelas suas características quer pelas zonas afectadas, o Serviço Nacional de Bombeiros considera que a luta contra o banditismo não tem tido a eficácia desejável, que as acções implementadas são insuficientes em períodos da

calamidade, quer por falta de meios quer por fadiga, já de mais conhecida, em algumas corporações de bombeiros.

Assim, a Federação Distrital propôs várias medidas de urgente execução:

"Pretende-se que o Distrito da Guarda, independentemente de outras análises, seja considerado de alto risco e, no corrente ano, de calamidade nacional. Que os corpos de bombeiros sejam prioritariamente reapetrechados, com a substituição do material de fogo danificado ou inutilizado, além do equipamento ajustado às várias crises do sector que o agravam e acentuam anual-

mente".

Pretendem, ainda, que se reforce a vigilância por parte das autoridades, dotando-as de meios sofisticados e de pessoal preparado para a descoberta e detenção dos incendiários. Solicitam também a colaboração das autarquias, assim como de outras entidades locais, na vigilância e fiscalização da floresta.

Solidarizando-se com as pretensões da Federação Distrital da Guarda e das corporações de bombeiros da zona, o deputado Carlos Luís solicitou ao Governo, que o Distrito da Guarda seja considerado calamidade pública.

## HAITI DA G PRETC

Depois de su  
Haiti por 20 mil s  
ter conseguido  
permitted to exé  
Prince sem resis  
do dos líderes de  
abandonariam o l  
atenções voltaram  
qual tudo isto foi fi  
Presidente eleito e  
golpe militar de Sete  
dizer? Que estava  
Comunidade Intern  
por voltar?

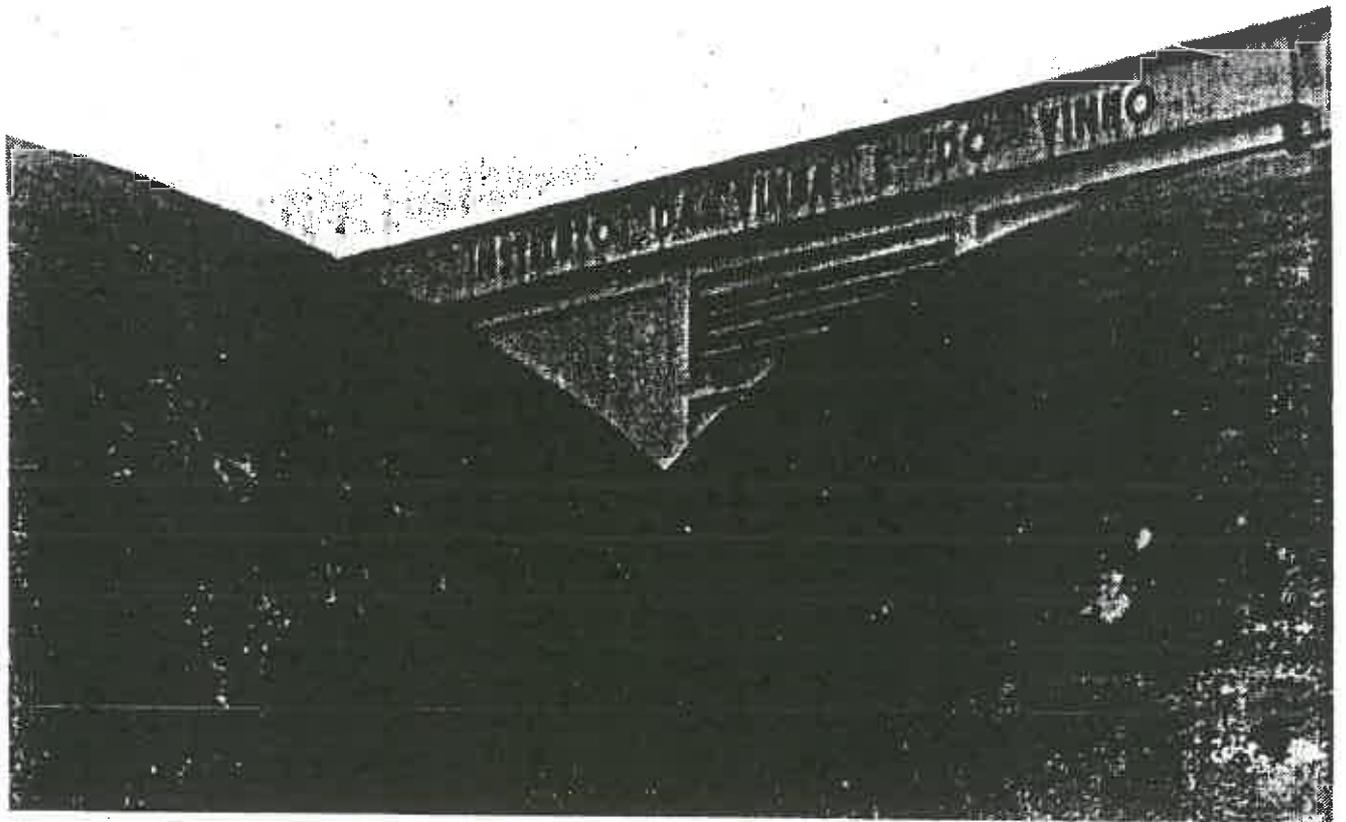
Não. Aristide, fi  
altamente vigiado er  
Procurava apenas  
Passadas alguns  
emitiu uma curta de  
acordo obtido entre  
os líderes militares  
O documento, q  
não faz sequer me

## ASSALTOS E VANDALISMOS

T. B. 7.04.84

Extinção do IVV inviabiliza qualquer apoio

## Vitivinicultores de Pinhel queixam-se a Carlos Luis



**A** Associação das Adegas Cooperativas da Beira Interior não se conforma com a extinção da delegação do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) em Pinhel e disso deu conta numa missiva entregue ao deputado Carlos Luis, do Grupo Parlamentar do PS. Este, por sua vez, serviu de correia de transmissão dos protestos dos vitivinicultores e já requereu ao Governo uma resposta sobre as «legítimas aspirações» da Adega Cooperativa.

A medida, que se insere no projecto de remodelação das estruturas do Ministério da Agricultura actualmente em curso, não agradou à Associação de Adegas, uma vez que «só por mera utopia se pode admitir a sua permanência útil se formos forçados a recorrer a Viseu ou à Mealhada para o conseguir».

A Associação descreveu um cenário difícil sobre as consequências nefastas que tal encerramento irá produzir a médio prazo que vão desde a dificuldade na obtenção de um

suporte técnico «até agora fácil e expedito» à disponibilidade de armazéns com capacidade excedentária a nove milhões de litros, cujo uso no passado «permitiu aos produtores da região atenuarem as consequências de uma ruína certa e de um descalabro total nos anos de sobreprodução».

Os produtores de Pinhel também não querem dizer, «como parece estar na moda, que continuamos a cultivar a imagem do Estado paternalista» e que as regras da concorrência comunitária obrigam a

que «cada qual cuide de si. Não conhecemos exemplo de Estado comunitário que abandone aos azares da concorrência os seus vitivinicultores». Aliás, acrescentam «os vitivinicultores da Beira Interior não estão em boas condições para se defenderem a si próprios». A impressão que dá é que no processo poderá haver «filhos e enteados», pois os seus vizinhos do Dão e da Bairrada continuarão a dispor de apoio local de delegações do Instituto da Vinha e do Vinho.

Ainda a visita do Primeiro Ministro

# 'Propaganda eleitoralista' denunciada na A. R. por Carlos Luís

*O deputado do Partido Socialista pelo Circuito da Guarda, Carlos Luís, denunciou no plenário da Assembleia da República a "propaganda eleitoralista" que em seu entender dominou a visita do Primeiro-Ministro Cavaco Silva ao distrito da Guarda, nos passados dias 14 e 15. Carlos Luís frisou a situação da fábrica da Renault na Guarda e lembrou os cortes efectuados pelo Governo em relação a obras da iniciativa da autarquia. Eis a intervenção:*

"Em relação aos distritos do interior, o da Guarda não constitui excepção. Todos eles têm sido, através dos tempos, deserdados da fortuna política.

Portugal tem sido, na ocupação dos políticos, a orla marítima e o resto?... o resto é a desolação das regiões do interior.

E onde o homem luta sozinho contra a natureza agressiva e contra governos desatentos, quando não indiferentes, onde se morre por falta de médico ou se não aprende por falta de professor.

Onde a vida é um acto de teimosia e de fé.

A cidade da Guarda é uma histórica e linda cidade. Alta, neutra e lavada pelo vento, tem

a beleza da muita idade, com a Sé — a sua jóia mais rara e o seu símbolo — a testemunhar a fé dos seus habitantes.

Cidade onde, quando alguém bate à porta, se não pergunta: "quem vem lá?", antes se diz: "entre quem é...".

Confiada, generosa, amiga de dar.

Apesar disso, terra que os poderosos abandonam e gradualmente esvaziaram: hoje lhe encerram o quartel, amanhã lhe recusam a universidade, numa sequência de marginalizações a que há que pôr cobro.

Ao nível regional, o partido socialista fez jus, pela acção dos seus autarcas, a uma imagem positiva. E o menos que se pode dizer é que estiveram em boas mãos: seriedade,

interesse pelos problemas, capacidade para resolvê-los, independência e justiça na distribuição e aplicação dos meios disponíveis. O mesmo não se pode dizer em relação ao poder central que entrou numa campanha contra os concelhos não afectos ao PSD, nomeadamente socialistas, privando-os de verbas comunitárias ou negando-se a celebrar contratos-programas, como aconteceu, por exemplo, com o município da Guarda para a construção do novo edifício dos Paços do Concelho, contrariando, assim, todos os pareceres dados pelas entidades governamentais, nomeadamente a DROT, o CCR da Direcção-Geral da Administração Auláutica, que atribuíram àquele empreendimento grande prioridade.

O mesmo acontece com a Barragem do Coa — o Governo diz não. Não obstante terem decorrido mais de 30 anos desde que se decidiu implementar este projecto e as reiteradas promessas de diversas entidades responsáveis pelo sector.

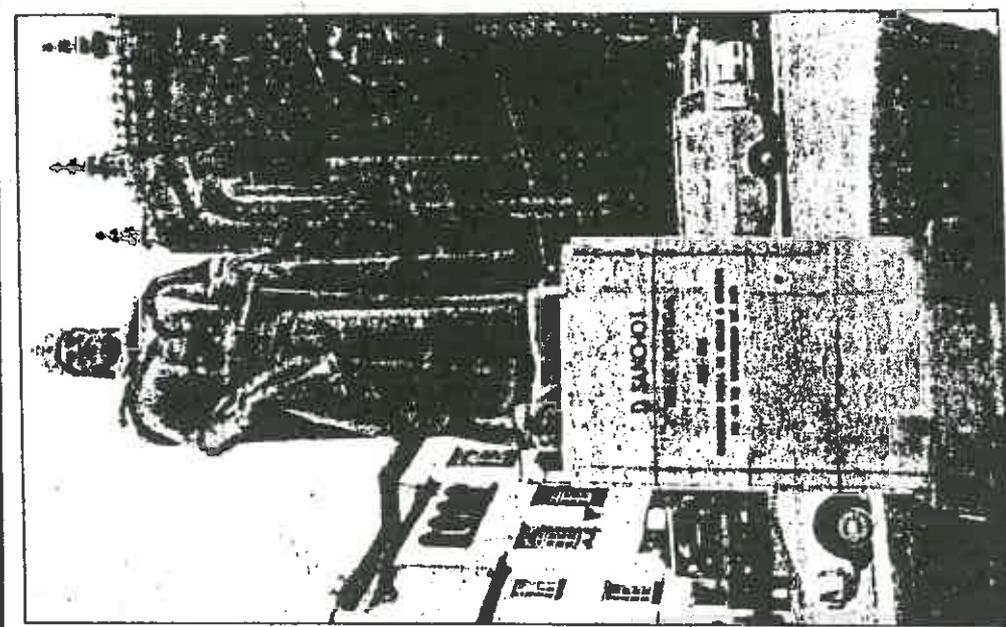
O Plano de Desenvolvimento Regional — PDR — aprovado para aprovação e obediência de fundos da CEE, é absolutamente omisso ao projecto de regadio da Cova da Beira; o que se traduz num

contos e em atrasos que inviabilizam o desenvolvimento regional. O mesmo se pode dizer em relação ao programa transfronteiriço. Portugal receberá do projecto cerca de 80 milhões de contos; à Beira Interior cabe uma magra fatia, pois grande parte do "bolo" destina-se ao Algarve (e não exclusivamente à raia algarvia, mas a toda a provincia, como fica bem demonstrado com os 14,5 milhões de contos para a chamada Via do Infante).

Só assim compreenderemos melhor a manifestação de protesto levada a cabo por trabalhadores da fábrica "RENAULT" e por professores e educadoras de infância e desemprego, aquando da recente visita do Senhor Primeiro Ministro ao Distrito.

Nesta jornada, o Primeiro Ministro verificou que o seguimento a que alguns o habituarão é, de quando em quando, quebrado pelos protestos frontais dos que se lhe opõem. Uma situação que se tornará cada vez mais constante, se Cavaco Silva não entender a deterioração da vida portuguesa, muito em particular das regiões do interior.

A visita do Senhor Primeiro Ministro ao Distrito da Guarda mais não foi do que um acto de propaganda eleitoralista.



## Feriado Municipal comemora-se em três dias

As comemorações do Feriado Municipal vão decorrer entre 23 e 26 de Novembro, sobre o «Jornal do Fundador de fonte da autarquia».

O programa, em estudo, vai incluir uma conferência sobre património histórico, a exibição de um filme português, um recital de música erudita do século XX, teatro e, a fechar, um espectáculo musical. Destaque ainda para um amplo debate

**CASA DA SORTE**  
INFORMA.

J.F.  
2.04.93

**Carlos Luís, deputado  
pela Guarda, quer saber**

## **Para onde vão os milhões da CE?**

Argumentando que os portugueses têm conhecimento de que o Governo recebeu, nos últimos seis anos, 1.250 milhões de contos da Comunidade Europeia, mas que «não sabem onde, quando, como e por quem foram utilizados», o socialista Carlos Luís, deputado pelo círculo da Guarda, requereu à Assembleia da República um conjunto de «informações precisas e rigorosas sobre a aplicação dos Fundos no distrito». Carlos Luís reclama «maior transparência na matéria» e quer saber qual o montante proveniente da CE aplicado na Guarda desde 1986, onde e como foram aplicadas as verbas, quais as entidades públicas e privadas que foram contempladas, quais os programas accionados e quais os resultados, e que benefícios reais teve o distrito.

Questões lançadas numa altura em que estamos à beira de um novo Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999) que vai canalizar para o país 510 milhões de contos anuais.

e  
in-  
foi  
os,  
a a  
que  
ci-  
co  
la-  
s-

F  
U  
cc  
se  
M  
fe  
ce  
m  
de  
qr  
cc  
p:  
di  
to  
ti

Desenvolvimento, afim de serem encontradas medidas limitativas da expansão demográfica mundial, tendo em consideração que os recursos naturais do nosso planeta são limitados.

Nessa conferência foram sugeridas diversas soluções para o problema - falso problema, em termos de prioridades — desde a solução dos fundamentalistas religiosos que consideram que somente Deus poderá

humanos.

Sem dúvida que a expansão demográfica é um problema que como qualquer outro, não deverá ser negligenciado, dada a escassez dos recursos naturais não renováveis, mas felizmente, ainda está muito longe de poder vir a ser um problema crítico. Presentemente é de facto, um problema gravemente crítico, massomenteporque 20% da população do mundo se apropria

de recursos naturais que não renováveis, mas felizmente, ainda está muito longe de poder vir a ser um problema crítico. Presentemente é de facto, um problema gravemente crítico, massomenteporque 20% da população do mundo se apropria

comportar, seguramente, cinquenta mil milhões de seres humanos ou seja dez vezes mais do que a população mundial actualmente existente. Se admitirmos o previsível desenvolvimento da Ciência e da Técnica, não repugará aceitar que a estimativa dos 50.000.000.000, é uma estimativa modesta.

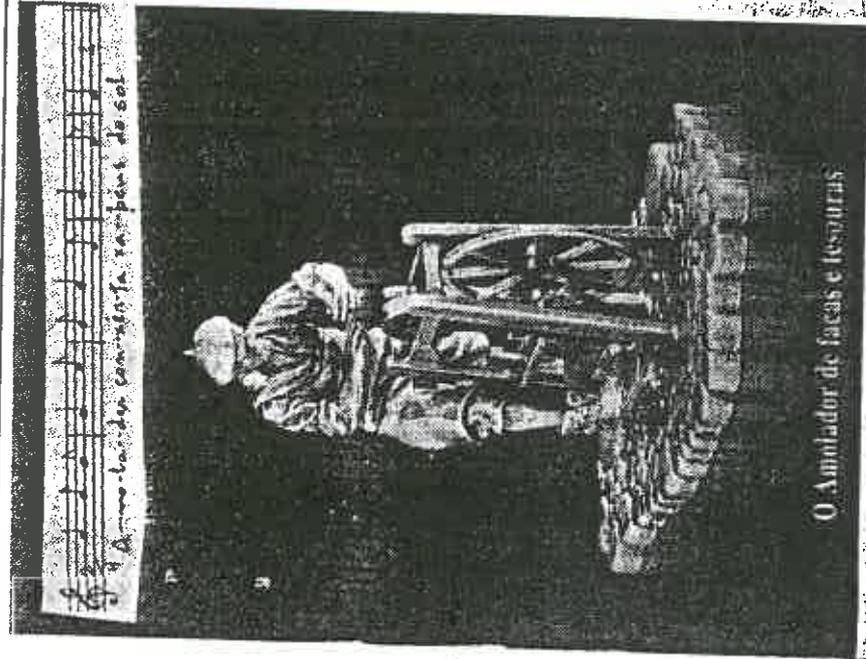
É apenas egoísmo de 20% da população do mundo e o seu espírito de rapina que faz com que o

lúcidas do pensamento do Vaticano. O fenómeno da expansão demográfica somente poderá ser solucionado com a dignidade exigida pela natureza humana, através da solução prévia ou simultânea do problema do desenvolvimento económico, do subdesenvolvimento cívico e do subdesenvolvimento ético de uma grande parte da humanidade na qual se incluem os "donos" da terra

Pág. 14

## Figuras típicas

As Coleções Philae, em colaboração com a Caixa Geral de Depósitos — hoje um ponto de cultura e não só repositório de contas e dinheiro — fizeram uma colecção de 18 figuras, fundidas em estanho fina, típicas da "Lisboa belle époque". Entre elas, está esta do Amolador, que reproduzimos juntamente com a música do seu pregão:



O Amolador de facas e tesouras

No ambito deste problema da desertificação a nível mundial, o que se pretende alcançar é a conservação e proteção dos solos agrícolas de forma a que não avance a erosão e não cresça a desertificação. É preciso atingir uma razoável auto-suficiência alimentar em numerosos países, como por exemplo Portugal, recorrendo-se à irrigação das terras. As dificuldades, muitas vezes, surgem na falta de aplicação de tecnologia adequada, na falta de preparação do pessoal agrícola que pratica métodos artesanais e a falta de estímulo dos jovens em se fixarem nas actividades agrícolas e de pecuária.

As vias de comunicação são factos importantes para a ligação das cidades os campos mas é necessário o desenvolvimento de todo o tipo de estruturas económicas, sociais e culturais para os jovens se sentirem atraídos a viver nos espaços do interior do País, onde possam ver perspectivas de realização pessoal para eles e para as gerações vindouras.

# A Coesão 30/12/94 Problemas do Distrito

O Deputado do Partido Socialista pelo círculo eleitoral da Guarda, Carlos Luis, após a análise da proposta de lei de Orçamento de Estado para 95, referiu-se especialmente ao nosso distrito.

No que diz respeito ao distrito da Guarda constata-se que as verbas inscritas no PIDDAC para 95 são irrisórias quando comparadas com as dos outros distritos. De facto, a Guarda ocupa, nesta lista de investimentos do poder central, o último lugar.

Uma dotação orçamental de 4.608.783 contos é um INSULTO AO DISTRITO DA GUARDA o que vem acentuar o baixo grau de desenvolvimento do distrito e nos coloca em plano de grande inferioridade face à situação que se verifica nos distritos vizinhos de Viseu e Castelo Branco.

Com este PIDDAC vão aumentar as assimetrias regionais, a desertificação do

interior, o abandono da agricultura, um quase nulo investimento industrial, o aumento dos fenómenos emigratórios.

Durante a discussão do Orçamento Geral do Estado tentei sensibilizar o ministro Valente de Oliveira para a grave situação em que se encontram as regiões do Interior, muito em particular o distrito da Guarda, mas em vão...

Finalmente, a questão do poder local. O Governo continua a não cumprir a Lei das Finanças Locais, sobretudo no que diz respeito ao cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Com efeito, no Orçamento para 95 não são considerados 45 milhões de contos de IVA para o cálculo das transferências a efectuar para as Autarquias; nem estas são compensadas das isenções e mudanças nos impostos aplicadas pelo Governo.

hum ueio  
ção como  
tarde lem-  
a das cha-  
olável pon  
ombeiros.

ção de edifícios públicos. Pro  
jectos estes de sua autoria.

cional de  
desde o início do ano

qual, a funcionar

*DA DA 2. 8. 93*

# Subsídios da Comunidade Europeia e a sua aplicação no distrito da Guarda

RAL

Pedido apresentado pelo Deputado Carlos Luís, do Partido Socialista, eleito pelo Distrito da Guarda:

"Através dos mecanismos de integração na Comunidade Europeia, Portugal tem vindo a receber nos últimos anos milhões e milhões de contos.

"Estima-se que, de 1986 a 1992, foram transferidos 1.250 milhões de contos e em 1993 chegarão 358 milhões. Para o período que vai decorrer de 1994 a 1999 (segundo Quadro Comunitário de Apoio) Portugal será contemplado anualmente com 440 milhões de contos provenientes dos fundos Estruturais e mais 70 milhões de contos pelo Fundo de Coesão.

"Os portugueses sabem

que o Governo recebeu centenas e centenas de milhões de contos da Comunidade Europeia, e os Beirões também. Mas não sabem onde,

quando, como e por quem foram utilizados. Muitos interrogam-se sobre os critérios que presidiram à atribuição de tantos milhões de contos e muitas dúvidas se levantam mesmo sobre se os subsídios foram devidamente aplicados nos programas para que estavam destinados e quais os resultados obtidos.

"Uma total falta de informação sobre a aplicação dos Fundos Comunitários tem estado na origem de muitas suspeitas que se instalaram no pensamento de muitos portugueses. Torna-se, pois, necessário que o Governo

preste informações claras ao País sobre o modo como foram e estão a ser aplicados tantos milhões vindos da Europa. Exige-se a maior transparência nesta matéria, como garantia de isenção e dignidade do Estado.

"Como Deputado do Círculo Eleitoral da Guarda, considero da maior importância ter informações precisas e rigorosas sobre a aplicação desses Fundos no meu Distrito, para melhor poder prestar informações concretas à população da zona.

"Nesse sentido, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito que através do Ministério da Indústria e Energia me sejam prestadas as seguintes in-

formações:

"1 - Qual o montante das verbas provenientes da Comunidade Europeia que foi aplicado no distrito da Guarda, no âmbito desse Ministério, desde 1986 - ano da integração de Portugal na C.E.E.?

"2 - Onde e como foram aplicadas?

"3 - Quais as entidades públicas e privadas que foram contempladas?

"4 - Quais os programas que estas se propunham realizar e quais os resultados da sua aplicação?

"5 - Quais os benefícios reais para o distrito da Guarda?

Carlos Luís"

IL 93  
o Clássico  
Cantares

ITO

AGO

ago

TICOS  
ica

1-1550

AVES

Freire



## dos homens precisam

### NESTE NÚMERO

## Adelaide Salvado explica enigma de S. Pedro de Vir-a-Corça

É a viagem a um lugar mítico, um livro fascinante: «O Espaço e o Sagrado em S. Pedro de Vir-a-Corça». O livro de Adelaide Salvado, editado pela Câmara Municipal da Idanha, é apresentado dia 25. Um acontecimento.

Pág. 7

## Belmonte: o elogio da diferença

O elogio da diferença aconteceu no último domingo em Belmonte, durante a cerimónia de apresentação dos livros de Maria Antonieta Garcia (*Os Judeus de Belmonte — Os Caminhos da Memória*) e de Samuel Schwarz (*Os Cristãos-Novos em Portugal no sec. XX*, obra há muito esgotada). A terra de Pedro Álvares Cabral, microcosmos de uma identidade cultural múltipla, fez do acontecimento uma festa. A pintura de Laura Cesana foi a expressão plástica do elogio da diferença.

Reportagem pág. 3

## Carlos Luís critica centralização

### Na Guarda só temos o Bispo...

Carlos Luís, deputado socialista pelo círculo da Guarda, convocou uma conferência de imprensa para se queixar que já esgotou todas as «**figuras regimentais**» ao seu alcance e que o governo não lhe passa cartão quanto aos problemas da região. É assim com os têxteis, as vias de comunicação, a **barraagem do Coa**, diz o deputado, que também considera «**um insulto**» a fatia do Orçamento de Estado atribuída ao distrito da Guarda.

Pág. 9

### Fundão/Autárquicas

## PSD traz secretários de Estado CDS na hora da decisão

Dois meses antes das eleições, os partidos políticos «aceleraram». Quatro secretários de Estado vão...

FUNDADOR: FERNANDO DE ABREU \* DIRECTOR: VIRGILIO AFONSO

Semanário Regionalista Independente - ANO VII - N.º 177 - Sexta-feira, 17 de Setembro de 1993

PREÇO 75\$00



## EDITORIAL

### QUANDO TER INICIATIVAS VALE A PENA

Divulgar, por formas criteriosas e elegantes, o valor, o interesse turístico e patrimonial, a autenticidade de virtualidades a defender, duma localidade ou região, é, necessariamente, uma iniciativa que vale a pena.

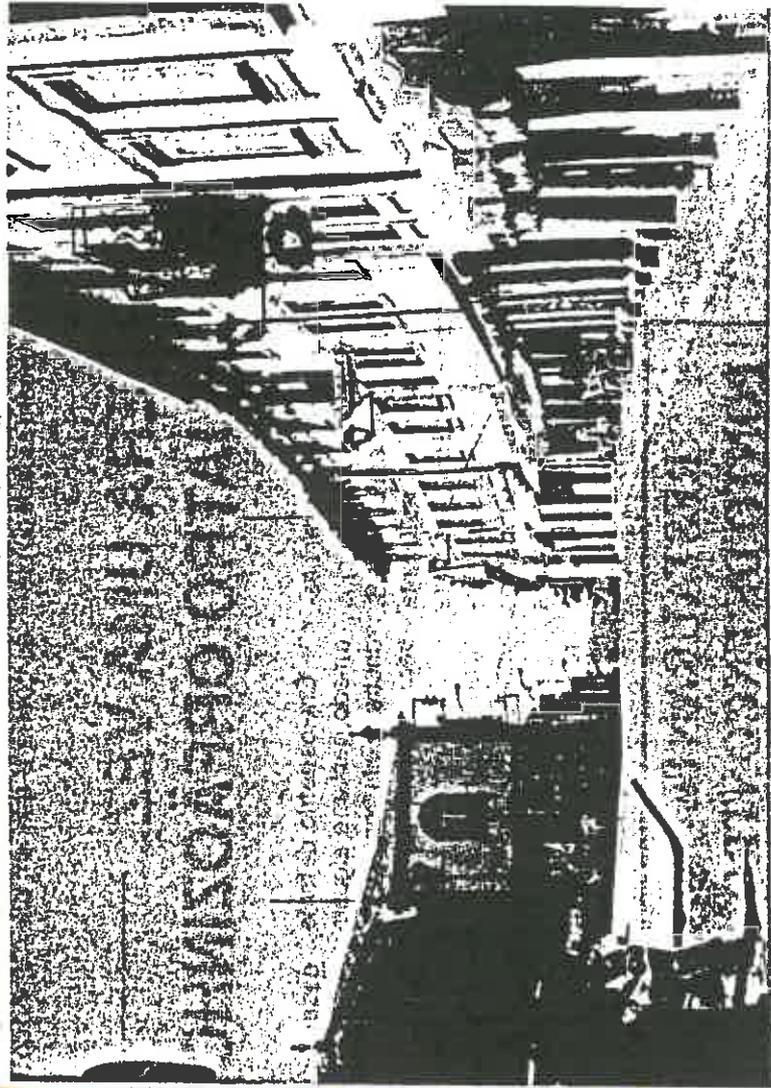
Não se trata, de forma alguma, nestes contextos, de dar expressão grotesca ou eufemística, a qualquer bairrismo emergente de entusiasmos com pés de barro. Ter iniciativas que já são legenda de emblema regional apoiada na verdade como as que o Clube Escape Livre tem levado a cabo, e que hoje mais uma vez, é dimensionada a partir da Guardarra, sob a designação atraente de «Rota Histórica a Terras de Bandarra», é trabalho que vale a pena realizar e louvar.

Graças ao entusiasmo dum guardense que tem no coração a terra que é seu berço, a Guarda vive horas de justa referência na Comunicação Social do País, talvez porque alguma magia engrinalda o dinamismo de quem sen-

## NA CIDADE DA GUARDA

# Deputado do PS pelo Distrito acusa o Governo de desatenção

*«Temos um Governo desatento num país que é terra madraستا para quem aqui nasceu», acusou o deputado do PS eleito pelo circulo eleitoral da Guarda, Carlos Manuel Luis, durante uma conferência de imprensa realizada nesta cidade. Aquele responsável acusou ainda o Governo de se furtar ao diálogo com a oposição, ao mesmo tempo que lamentou o esvaziamento de competências de que alguns serviços da Guarda estão a ser vítima.*



# DIÁRIO DA GUARDA

FUNDADOR: FERNANDO DE ABREU \* DIRECTOR: VIRGILIO AFONSO  
Semanário Regionalista Independente - ANO VIII - N.º 220 - Sexta-feira, 29 de Julho de 1994

PREÇO 100\$00

AVENÇA



TAXA PAGA

Diário

## Extinção dos GAT's e a intervenção do deputado Carlos Luís

Oportunamente, como informámos, o Deputado do Partido pelo Distrito da Guarda, Dr. Carlos Luís, requereu ao Ministério do Planeamento e Administração do Território, esclarecimento sobre a extinção dos Gabinetes de Apoio Técnico da área da Guarda.

O Ministério respondeu com a informação que transcreveremos:

"O reordenamento das áreas de actuação dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) teve em vista a melhoria da prestação de acessoria

técnica às autarquias locais, a racionalização dos recursos disponíveis e a evolução das funções dos GAT no âmbito da concretização do novo quadro Comunitário de apoio.

O rendimento das suas áreas de actuação foi efectuada a partir de ponderada análise dos seus relatórios de actividade, da sua produtividade, do número de municípios apoiados por cada um deles e do seu enquadramento com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos

(NUTS), definida pelo Decreto-lei nº 46/89 de 15 de Fevereiro".

- Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 66/94, são extintos os GAT de Barcelos, S. Pedro do Sul, Pinhel, Alenquer, Salvaterra de Magos, Montemor-o-Novo, Castro Verde, Estremoz e Silves.

No Distrito da Guarda os Gabinetes de Apoio Técnico passam a ter as seguintes áreas de actuação:

GAT de Trancoso - Municípios de Aguiar da Beira, Figueira C. Rodrigo, Me-

da, Pinhel e Trancoso.

GAT da Guarda - Municípios de Almeida, Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal.

Interpela  
Capela, Ern  
por ela e a Ju  
mas a iniciativ  
ou a qualquer t

"AO ENC

No âmbito d  
GAL" estão a re  
por todo o País  
e Paisagístico,  
como duração c

## VI FESTIVAL DE TEATRO DA GUARDA Entre os dias 12 e 23 de Agosto

Nascido do instinto de a linguagem. Essa poesia agravo. para todo o sempre.

GRUPO J.C.R. HOTEIS EM «PROMO

### HOTEL SAN

RUA DE PORTUGAL 17º EM FARO Tel. 824064/5 - Telex

No cer  
capit



- \* Na cidade do Sol e Monumento.
- \* Perto do Aeroporto
- \* Perto da bela Ilha e
- \* A poucos Kms de or e misteriosas ilhas l
- \* Próximo da...

JORNAL DE SANZA  
MARINHA - Seia  
24/07/16

# DEPUTADO DO PARTIDO SOCIALISTA

**C**ARLOS LUIS do P.S. continua em roda viva a defender os interesses do seu Distrito.

Assim, em 26 de Junho apresentou mais um requerimento na Assembleia da República que abaixo se transcreve na íntegra, por se julgar de todo interesse para a região.

Assunto: INTEGRAÇÃO DA NUT/SERRA DA ESTRELA NA ÁREA DE "DÃO-LAFÕES"

Apresentado por: Deputado CARLOS LUIS, do Partido Socialista

No início do corrente ano, os Municípios integrantes da NUT/Serra da Estrela (Gouveia, Seia e Fornos de Algodres) tomaram conhecimento de que estes concelhos passavam a integrar-se — para efeitos de candidaturas ao Novo Quadro Comunitário de Apoio/PDR — numa área de intervenção que abrange a Região Dão-Lafões, ou seja, os concelhos da área sul do Distrito de Viseu, de Mangualde a Oliveira de Frades e Mortágua.

Mais uma vez, o Governo,

não ouvindo os autarcas da Região, tomou uma decisão que recolheu a discordância unânime de todos os Presidentes de Câmara do agrupamento de Concelhos do GAT de Seia.

Tal discordância baseia-se no facto de que os Concelho de Seia, Gouveia e Fornos de Algodres, não têm nenhum tipo de afinidade administrativa, social, económica ou cultural com os Municípios da Região Dão-Lafões. Antes pelo contrário, este agrupamento está mais vocacionado para integrar o conjunto de concelhos que engloba a Região da Raia Central, composta pelos Concelhos da Guarda, Manteigas, Covilhã, Celorico da Beira e toda a Região de Turismo da Serra da Estrela.

Por outro lado, esta situação põe em causa o desenvolvimento da Região Centro, e da Serra da Estrela como Sub-Região, uma vez que não aproveita a ninguém e dificulta a sua identificação natural, quer a nível nacional, quer no contexto em que se insere, ou seja, a Região Centro.

Assim, nos termos regimentais e constitucionais aplicáveis, requeiro ao Governo, através do Ministério do Planeamento e Administração do Território, as seguintes informações:

1 — O que motivou o Governo a tomar tal decisão?

2 — Está ou não o Governo disposto a alterar esta decisão tendo em conta os interesses dos autarcas e da região?

O Deputado  
CARLOS LUIS

# No Sabugal os idosos

## São prioridade

*O Secretário de Estado da Inserção Social, Rui António Ferreira da Cunha, andou no passado dia 10 de Fevereiro por terras do Sabugal. Pelo caminho ficaram muitas promessas e o desejo de proporcionar condições de apoio à população idosa do concelho.*

Rui Cunha, Secretário de Estado da Inserção Social, deslocou-se no dia 10 de Fevereiro ao concelho do Sabugal. A Santa Casa da Misericórdia, Quadrazais, Alfaiates, Rebolosa, Stª Estevão e Rapoula do Cão foram as localidades visitadas.

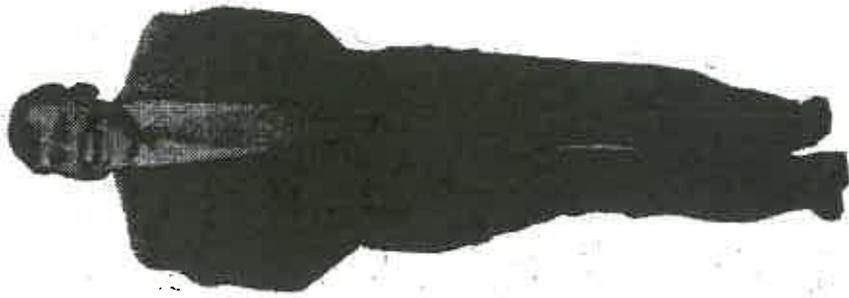
No balanço dos trabalhos, Rui Cunha disse que o Sabugal é um concelho com muita gente idosa. Pelo que viu mostrou-se satisfeito pois encontrou instituições activas e dinâmicas. "Não são instituições que ficam de

Estado, apelam à participação das comunidades em que se integram. Dão o exemplo de que a acção social e a solidariedade social só é possível se o poder central, através das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia e as instituições que estão no terreno, souberem unir esforços."

O apoio aos grupos de maior risco, idosos, crianças e deficientes é uma prioridade. As obras visitadas são todas dedicadas à terceira idade pois no concelho do Sabugal a taxa de natalidade continua a diminuir.

O facto levou o Secretário de Estado a referir que é necessário proporcionar condições de apoio à população idosa. Confrontado com situações muito diversas, Rui Cunha disse que todas as obras vão ser concluídas pois a maior parte delas já se encontram na fase final. Lembrou ainda que o Programa Pilar-Programa de Idosos em Lar - vai ser alargado a todo o país, pois até aqui destinava-se apenas à zona de Lisboa.

O Secretário de Estado não adiantou as verbas com que irá financiar as diversas instituições, referindo



Rui Cunha prometeu ajudar algumas instituições do concelho do Sabugal

braços cruzados, dependentes de subsídios do

Rapoula do Cão: Centro de Dia e Lar da 3.ª idade são obras necessárias

apenas que irá entregar uma carrinha para apoio domiciliário a Santo Estevão.

### Na Rapoula do Cão

A visita de Rui Cunha terminou na Rapoula do Cão onde tomou conhecimento das obras de um centro de dia por terminar.

A funcionar em instalações provisórias, o Centro de Dia da Rapoula tem 20 utentes, fazendo 5 assistências domiciliárias. As obras vão custar perto de 12 mil contos.

O Presidente da Instituição, P. Carlos Lages, apresentou também ao Secretário de Estado o projecto de recuperação da Casa Paroquial tendo em vista a construção de um pequeno lar. Estas obras irão custar entre 15 a 20 mil contos e vão ajudar as pessoas mais idosas da terra, o que actualmente não é possível.

"Lutamos com muitas

dificuldades, referiu o Pe. Carlos Lages, e gostaríamos de ver o Centro de Dia terminado e a casa paroquial ser restaurada para um pequeno lar".

A presença do Presidente da Câmara do Sabugal também não passou despercebida e o Pe. Carlos aproveitou para lhe lembrar que a Rapoula do Cão necessita de uma prala fluvial dispendo para isso de muito boas condições. A recuperação de um antigo moinho e a construção de prala fluvial poderiam ser motivo de interesse para a aldeia e para o concelho.

### Um Presidente satisfeito

José Freire, presidente da Câmara do Sabugal mostrou-se verdadeiramente satisfeito com a visita do Secretário de Estado. "A visita aos lares que estão em obras e que precisam de apoios foi uma boa opção e estamos certos que o senhor

Secretário de Estado vai cumprir as promessas que nos fez."

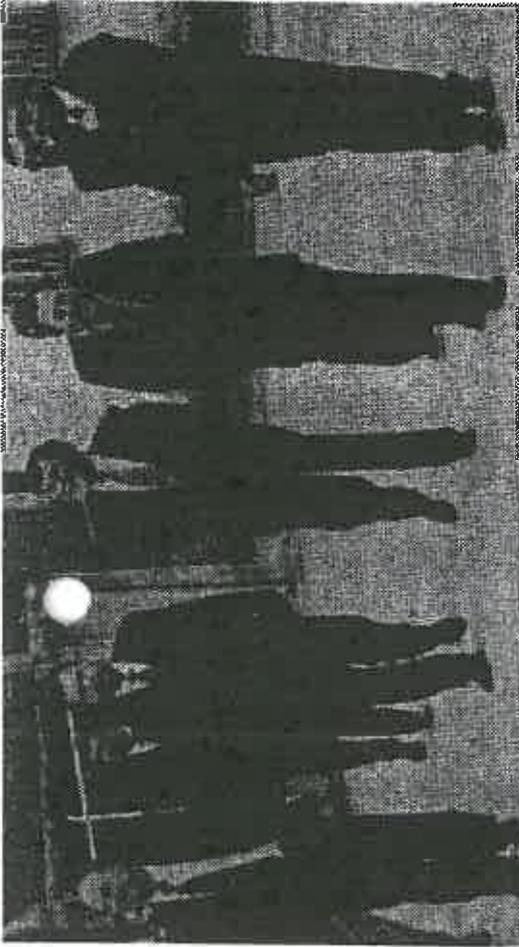
Lembrou ainda que o actual Governo está interessado pelos problemas do interior do país.

Interrogado por nós sobre o início das obras na Barragem do Sabugal, disse que em princípio no início da Primavera devem começar.

Quanto às Termas do Cão disse não estarem esquecidas mas continua a faltar o Plano de Pormenor sem o qual nada pode ser feito.

O projecto de recuperação está feito desde 1994 aguardando por melhores dias.

José Freire vai recandidatar-se a presidente da Câmara do Sabugal e promete que de futuro se vai preocupar mais com a parte cultural. Segundo ele, as obras vitais para o Sabugal e para o concelho foram lançadas durante este mandato e referiu os casos do Mercado Municipal, do Bairro Social e da Central de Camionagem.



11 A GO. AR. DA  
14.02.97  
t 6-20-72

S4/12/30

# Orçamento de Estado visto pelo Deputado Carlos Luís

O Deputado do Partido Socialista pelo círculo eleitoral da Guarda, Carlos Luís, após a análise da proposta de lei de Orçamento de Estado para 95, considera:

1. A política orçamental executada nos últimos anos pelos governos de Cavaco Silva tem conduzido à degradação económica e social do País, à acentuação das disparidades regionais e ao afastamento de Portugal relativamente aos outros países da União Europeia.

Tais factos são indesejáveis. Basta recordar que:

A quebra na produção industrial entre 1991 e 1994 atingiu o valor de 10%. Só na indústria transformadora, para este mesmo período, a queda acumulada foi de 14%.

Na Agricultura verificou-se um declínio na produção superior a 20%.

O Desemprego acompanhando esta evolução negativa, tendo aumentado 65% nos últimos três anos.

Os fundos e os apoios comunitários ajudaram a dinamizar o consumo mas não o investimento.

O índice de crescimento das verbas para a saúde nos últimos anos não ultrapassou os 4%. Um valor ilusório se comparado com o índice de preços de bens e serviços neste sector, que ron-

da os 10%.

Nos últimos 4 anos o peso relativo do Ministério da Educação no investimento público decresceu 2%.

O Sistema Fiscal continua a penalizar sobretudo os rendimentos do trabalho e os trabalhadores por conta de outrem. Os impostos indirectos ganham cada vez mais proporção no conjunto global dos impostos.

Os dados disponíveis mostram, no que concerne ao crescimento do PIB, que Portugal perderá, nesta legislação, mais de 2 pontos percentuais rela-

tivamente à média da União Europeia, quando era suposto que ganharia pelo menos 4%. Isto significa que o nível de vida dos Portugueses continua a afastar-se do nível de vida dos cidadãos europeus.

2. No que diz respeito ao distrito da Guarda constata-se que as verbas inscritas no PIDDAC para 95 são irrisórias quando comparadas com as dos outros distritos. De facto, a Guarda ocupa, nesta lista de investimentos do poder central, o último lugar.

Uma dotação orçamental de

4.608.783 contos é um INSULTO AO DISTRITO DA GUARDA o que vem acentuar o baixo grau de desenvolvimento do distrito e nos coloca em plano de grande inferioridade face à situação que se verifica nos distritos vizinhos de Viseu e Castelo Branco.

Com este PIDDAC vão aumentar as assimetrias regionais, a desertificação do interior, o abandono da agricultura, um quase nulo investimento indus-

trial, o aumento dos fenómenos emigratórios.

Durante a discussão do Orçamento Geral do Estado tentel sensibilizar o Ministro Valente de Oliveira para a grave situação em que se encontram as regiões de interior, muito em particular o distrito da Guarda, mas em vão...

3. Finalmente a questão do poder local. O Governo continua a não cumprir a Lei das Finanças Locais, sobretudo no que

diz respeito ao cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Com efeito, no Orçamento para 95 não são considerados 45 milhões de contos de IVA para o cálculo das transferências a efectuar para as Autarquias, nem estas são compensadas das isenções e mudanças nos impostos aplicados pelo Go-

verno.

O Deputado, Carlos Luís

TRIBUNAL JUDICIAL

No  
efe  
ca  
En  
trei  
En  
ofe  
1.5  
En  
ofe  
2.5  
En  
ofe  
4.0

# «TEMOS UM GOVERNO DESATENTO NUM PAÍS QUE É TERRA MADRASTA PARA QUEM AQUI NASCEU»

*Afirmou o deputado do PS, Carlos Manuel Luis*

Foi no Hotel de Turismo da Guarda, no passado dia 10 do corrente, que o Deputado do PS pelo nosso distrito, dr. Carlos Manuel Luis, deu uma conferência de imprensa.

Estiveram presentes o dr. João Gomes, presidente honorário e Carlos Santos, presidente efectivo da Federação Distrital, além de outros elementos da Federação.

O dr. Carlos Luis que conhece bem os problemas do Distrito donde é natural e que tem tido na Assembleia da República uma persistente e oportu-

na actuação, na defesa dos interesses e soluções dos problemas mais candentes, como as vias de comunicação, a situação do pessoal da Alfândega de Vilar Formoso, da agricultura, dos têxteis, da falada e sempre adiada, Barragem do Sabugal e outros que preocupam e afligem muitos sectores da população residente, fez uma exaustiva e pormenorizada exposição crítica das dificuldades que, na sua perspectiva, se vivem, e não são solucionadas na vida do distrito.

Saliu que o Governo se «furla ao diálogo com os Deputados da oposição», quando estes lhe põem os problemas das suas regiões, como o caso da Guarda, referindo que «há demasiada politização e governamentalização dos Serviços Públicos, o que são situações contrárias à democracia que deve pautar-se pela transparência».

Criticou o facto de a Guarda estar a ser destituída de muitas competências em Serviços, provocando assim um vazio injustificado e um

abandono e desprezo pelas justas aspirações que podem reflectir-se no progresso social e económico destas terras do interior.

O Dr. Carlos Luis expos assim à Comissão Social da Guarda, na qualidade de deputado pelo seu distrito, o sentir do partido Socialista, que o elegeu, e o sentir pessoal, os seus pontos de vista em relação à política do Governo, especialmente no que se refere ao Distrito e à cidade da Guarda.

S

a e  
pa-  
los,  
a a  
ede

1 a  
que  
lhe  
hos  
ura  
tas  
les  
co-  
ec-  
ião  
se  
a  
as

a  
o  
e  
s  
i  
s  
a

## INTERVENÇÕES DE DEPUTADOS DO CÍRCULO DA GUARDA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DO DEPUTADO CARLOS LUÍS, DO P.S.

"A instalação dos G.A.T. constituiu, à época, uma das mais importantes medidas visando a operacionalidade das Câmaras Municipais, designadamente as menos apetrechadas de meios técnicos (e eram quase todas) no novo contexto que a Democracia viera determinar para bem das populações e do País.

O Poder Local impunha-se, sendo notável o trabalho desenvolvido pelos G.A.T.. Numa primeira fase, racionalizando meios, elaborando estudos e projectos, acompanhando concursos, fiscalizando obras, emitindo pareceres técnicos com um sucesso e reconhecimento generalizado que, até aos dias de hoje, cumpre realçar e louvar. Depois, com a emergência dos fundos estruturais, o cada vez mais importante papel dos G.A.T., organismos privilegiados na ligação municí-

pios/C.C.R.'s, tornou e torna imperativa a sua manutenção e reforço quando se começa a dar execução ao segundo Q.C.A..

Com efeito, sem esta estrutura de apoio, não se vislumbra como possam os municípios — a maioria — sem meios para densificar os seus quadros técnicos, realizar os objectivos que deles as populações esperam e o País necessita, sob pena de vermos acentuar-se uma situação de desertificação de vastas zonas do interior como ressalta, aliás, da análise ao último Censo da População. A título de exemplo refira-se, em face dos "dados" conhecidos, a situação da NUT da Raia Central, o Agrupamento de Pinhel integrando este concelho e ainda os de Almeida e Figueira de Castelo Rodrigo.

Assim, porque vêm surgindo informações que, se

consistentes, acarretariam problemas adicionais aos municípios pobres do interior, requeiro ao Senhor Ministro do Planeamento e da Administração do Território, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os seguintes esclarecimentos:

1 — Sobre se existem, promovidos pelo MPAT; "estudos" visando a reestruturação dos G.A.T. e qual o seu principal objectivo;

2 — Sobre se tais "estudos" tomam em consideração a existência de instalações próprias, meios técnicos e humanos e, sobretudo, as características do Agrupamento: índices de desenvolvimento, proximidade/acessibilidade, etc;

3 — Sobre se se prevê a extinção de alguns G.A.T.'s e em caso afirmativo quais, e qual a alternativa que se preconiza".

Imposto do selo está a pagamento

Carlos Luís, do Partido Socialista

# Têxtil Lopes da Costa — A hora das decisões

**D**a presidência da Câmara Municipal de Gouveia e da administração Têxtil Lopes da Costa a seguinte exposição que passo a transcrever na íntegra:

"A maior empresa do concelho de Gouveia e pretende sensibilizar não só as instituições governamentais com jurisdição nas áreas políticas, económicas, fiscais e sociais, mas também a Assembleia da República, o Governo Civil da Guarda, as Centrais Sindicais, os Partidos Políticos a nível Concelhio e Distrital, a CCRC, para a necessidade urgente de encontrar uma solução para a viabilização e modernização da TLC.

Não vamos aqui, e agora, entrar em pormenores sobre esse estudo de viabilização ou sobre a justificação da actual situação da Empresa, cuja resposta poderá ser encontrada na acta em anexo.

O importante é referir que, meses de estudos e negociações, se encontrou uma saída empresarial e financeira para a TLC de hoje e de futuro.

Os actuais accionista disponibilizaram-se a transferir as acções que detêm na TLC para um grupo que integra investidores estrangeiros que se dispõe a assumir a liderança de todo o programa de recuperação da empresa.

Os contactos com a banca e outros credores privados têm sido bastante promissores e nada obstaculiza, a nível de relações financeira e comerciais de âmbito privado, a solução em apreço.

Há um único e decisivo obstáculo que tem a ver com a Administração Fiscal.

A TLC tem uma dívida ao fisco, designadamente ao IVA, de cerca de 400 mil contos, não tendo sido possível cumprir a imposição do Dec. Lei n.º 22.5/94, de 5 de Setembro de liquidação das presta-

ções de 1994 e vincendas por forma a beneficiar de um pagamento em 10 anos dos montantes apurados.

Entendemos mesmo, que esta legislação é impossível cumprimento em empresas geridas ao abrigo do Dec.-Lei 177/86 ou 132/93, já que essa aplicação legal põe em risco a sua gestão global.

Dai que entendamos colocar o Governo, aos Poderes Públicos em geral, o seguinte desafio:

O novo Grupo Empresarial assume a gestão da TLC, assegurando a normal laboração da Empresa e o cumprimento de todas as obrigações daí decorrentes, desde que a Administração Fiscal, o Ministério das Finanças, através da Secretaria do Estado dos Assuntos Fiscais, defiram a pretensão da TLC, do pagamento integral das dívidas ao Fisco em 10 anos com 2 anos de carência.

Perante a realidade sócio-

económica da Região onde a TLC se localiza — a Serra da Estrela — onde a dinâmica empresarial é reduzida e a crise de todo o sector têxtil é cada vez mais significativa;

Considerando o peso relativo da TLC no Concelho de Gouveia, representando 20% da população activa no sector secundário, havendo Freguesias inteiras que dependem em exclusivo desta fábrica;

Tendo em atenção os problemas de desertificação do interior, que uma nova fase de emigração, muitas as vezes sazonal e precária, tende a acentuar, com todos os dramas sociais que ocasiona;

Também a situação de sobrevivência económica de centenas de famílias, muitas delas dependem 100% do salário que recebem da empresa, terá de ser ponderada e atendida, já que acreditando numa política de modernização dos Têxteis, a partir da adesão comunitária, programaram a melhoria das suas condições de vida a médio prazo com pagamentos actualizados e que correm agora risco evidente de insolvibilidade dos respectivos contratos.

Neste particular, queremos evidenciar que a crise na TLC está já a ter reflexos muito evidentes na própria juventude pois que começa a ver-se impossibilitada de prosseguir os seus estudos por falta de estrutura económica.

São portanto, evidentes os riscos que esta situação advém para o futuro desta região já de si tão castigada.

As empresas são fundamentalmente pessoas e as suas questões têm de ser importantes para todas as decisões.

O Estado deve pois assumir plenamente as suas responsabilidades perante a TLC, mas particularmente perante os trabalhadores.

Permitam-nos que terminemos com uma interrogação: Será pedir de mais?

Se não há enquadramento legal, deve promover-se a criação de legislação que o venha permitir e para isso basta vontade política.

Em resumo: se o Estado Português possibilitar o pagamento dos montantes em dívidas ao Fisco durante 10 anos, com 2 anos de carência, a TLC será viabilizada, os postos de trabalho serão mantidos e o desenvolvimento regional será garantido.

Da nossa parte estamos dispostos a assumir compromissos e olhar o futuro, contando nesta Empresa centenas de trabalhadores que não permitiriam um modelo de gestão que nos permite enfrentar a

concorrência Europeia e Internacional.

Este Grupo Empresarial está disposto a correr riscos e a promover investimentos.

Chegou a hora das decisões na TLC; tudo depende exclusivamente da decisão do Governo Português.

Pela nossa parte estamos aberto a todo tipo de reuniões que esclareçam as nossas intenções e projectos que transformem esta fase de renovação da TLC num empreendimento bem definido e concreto.

Estamos disponíveis para qualquer decisão dialogada, desde que seja numa decisão urgente, já que o que está neste momento em jogo não é a Empresa em si, o prestígio dos seus Gestores, mas muito simplesmente o futuro de centenas de postos de trabalho, numa empresa de nível europeu em todas as suas componentes."

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito através do Governo, ao Ministro da Indústria, o seguinte esclarecimento:

1. Tem ou não o Governo vontade política para encontrar um a disposição legal para resolver os problemas da Têxtil Lopes da Costa? ■

# Esquecida pelo governo



bem como uma fraca rendibilidade dos respectivos investimentos (cerca de 1,5 por cento na média subsectorial).

Mas «não é só a situação económico-financeira que se revela preocupante: os problemas, em múltiplos casos, agravam-se ainda bem mais ao nível tecnológico. Um estudo elaborado pelo NERGA revela, efectivamente, que a maior parte das empresas (65 por cento) já muito deficientemente poderá ser recuperada. Importa, ainda, criar um Centro de Design Têxtil e um laboratório de apoio ao controlo de qualidade e certificação de produtos».

Os trabalhadores, esses, «receiam pelo seu futuro, pois cerca de dois terços do emprego no subsector laneiro da região situam-se, precisamente, em empresas em pior situação de debilidade técnico económica e de difícil recuperação.»

## DE NOVO A EMIGRAÇÃO

Perante tal quadro, «a emigração voltou a bater às portas

da Beira Interior. Muitos concelhos encontram-se ameaçados de desertificação, enquanto alguns responsáveis ligados ao problema já comparam o actual surto com o verificado nos anos 60. E quem imigra é aliciado para empregos que não existem ou vai trabalhar em condições semiclandestinas».

Uma parte desta massa de emigrantes está a trabalhar na construção civil. «Milhares estão nas obras das construções de apoio aos Jogos Olímpicos de Inverno, em Grenoble. Em Espanha, a situação assume proporções graves, devido ao facto de raparigas serem frequentemente engajadas para empregos que não existem e, posteriormente, obrigadas a prostituir-se. Assim rularia o «Diário de Notícias» na sua edição de 30.05.90.»

## JORNADAS

«O prestigiado «Jornal do Fundão», na pessoa do seu ilustre director, António Pau-

louro, tem lavado a cabo as Jornadas da Beira Interior, nelas se empenhando um vasto rol de autarcas, professores universitários, técnicos e investidores da Beira Interior. Ali têm sido apontadas soluções para os graves problemas desta vasta região.»

## ELEITORALISMO CAVAQUISTA

Cavaco Silva e o seu Governo, «em vez de acolher as propostas ali expressas, preferem entrar em permanente campanha eleitoral como o evidenciam recentes deslocações de membros do Governo ao Distrito. Algumas Câmaras Municipais têm manifestado o seu mais vivo protesto e o mais veemente repúdio pela forma como têm decorrido tais visitas. De facto, apenas têm tido conhecimento das deslocações um ou dois dias antes de elas se realizarem, com programas definitivamente elaborados, sem serem ouvidos nem achados e sem neles constar, na maioria dos casos, uma passagem pelas Câmaras Municipais».

Tais visitas constituem uma falta de consideração pelo Poder Local democrático e uma manifestação da falta de respeito e de dignidade para com os cidadãos deste Distrito e seus legítimos representantes...

## O «DESASTRE LARANJA»

Até hoje, «só em 1975 a Rádio Alitude tinha sido apetência política dos mais poderosos e, mesmo nessa altura, os seus trabalhadores e colaboradores souberam responder com dignidade e isenção a essa cavalgada».

Porém, «o bichinho laranja de agora é mais tenebroso e refinado, e ao mesmo tempo mais desrespeitador para com os cidadãos que merecem uma informação livre e isenta. Mais calunioso e desrespeitador para com os colaboradores da Rádio Alitude que, ao longo de décadas, souberam defender e trabalhar num projecto de que poucas cidades no País se podiam orgulhar».

«O Administrador tem demonstrado e «afirmado» não gostar da Rádio Alitude; é um direito que ninguém lhe pode negar. Para isso, prepara-se, com a sua política administrativa, para fazer o funeral da Rádio Alitude.»

Mas, «se tem o direito de não gostar da Rádio Alitude, não tem o direito de acabar com aquilo que pertence à Guarda e às suas gentes, e que ele em nada ajudou a construir».

«Tinha razão o meu camarada de bancada, Jorge Lacão, quando afirmava nesta Câmara: Em democracia, o poder exerce-se para cumprir os projectos sufragados pelos eleitores e não para satisfazer clientelas em detrimento do interesse público.»

**EXTRATO**  
da  
**ACTA Nº. 131/2012, de 25 de Setembro**

**SESSÃO**  
**ORDINÁRIA**

**DATA: 2012.09.25**  
**HORA: 10H00**

**PRESENCAS:**

**PRESIDENTE:** – Dr. Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho.  
**VICE-PRESIDENTE:** – Dr. Carlos António Gomes Mamede.

**VOGAIS:**

Dra. Cristina Paula Casal Baptista  
Eng.º José António Moreira Marques  
Dr. Rogério Manuel Coelho Fernandes

**SECRETÁRIO-GERAL:** – Dr. Carlos Manuel Luíz.

E ainda:

Maria Madalena Pacheco Messias Soromenho do Secretariado do Conselho de Administração, a redactora da presente Acta.

---

(...)

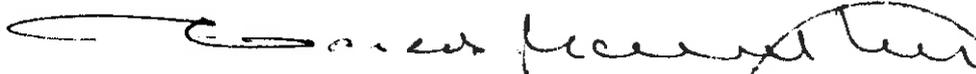
34. O Senhor Secretário-Geral tomou a palavra, dizendo que é seu dever prestar contas ao Conselho de Administração, enquanto responsável pelas Agências Inatel, pelo trabalho desenvolvido ao longo destes tempos referindo a situação das Agências na altura que iniciou as funções e como elas foram evoluindo, conforme demonstram os mapas dos resultados obtidos das Agências.

Transmitiu que fez o melhor que soube, elogiando o Senhor Coordenador Nacional das Agências pelo excelente profissionalismo, bem como dos Coordenadores, Diretores das Agências e dos trabalhadores em geral. Relevou, ainda, as poupanças que tiveram lugar durante o período que superentendeu as Agências, com rigor e critério racional.

Após esclarecimento mais pormenorizado sobre o trabalho desenvolvido, o Senhor Secretário-Geral agradeceu a confiança que o Senhor Presidente depositou na sua pessoa, para o desempenho das funções que ora cessa.

(...)

O Secretário-Geral



(Carlos Manuel Luíz)



## PRESTAR CONTAS

Exmo.(a) Senhor (a),

No próximo dia 29 de Setembro vão ter lugar as eleições autárquicas. Todos aqueles que foram eleitos há quatro anos devem prestar contas aos cidadãos eleitores das promessas feitas em campanha eleitoral para que os cidadãos, em geral, e os eleitores, em particular, possam, em consciência, comparar, criticar e, finalmente, ajuizar.

Também aqueles que desempenharam cargos eletivos ou funções públicas de relevo - que é o meu caso - devem prestar contas pela mesma razão, uma vez que sou candidato à assembleia Municipal do Conselho do Sabugal.

Assim sendo, junto envio um breve resumo da minha atividade parlamentar, através de recortes de jornais <sup>(1)</sup> e, a partir V Legislatura, de um índice informático parlamentar.

Como V. Ex<sup>a</sup> verificará, não houve nenhuma área respeitante ao distrito da Guarda (e muitas vezes particularizando o conselho do Sabugal) que não tivesse sido abordada por mim na Assembleia da República, desde à educação, à saúde, à indústria, à agricultura, à floresta, às políticas sociais, aos fundos estruturais da União Europeia, às infraestruturas (nomeadamente à linha da Beira Baixa e à barragem do Côa), ao poder local, sendo também coautor do projeto-lei n.º 530/VIII -alargamento das atribuições e competências das freguesias, do projeto-lei n.º 660/VII- elevação do Soito a vila e ainda o projeto-lei relativo à criação da nova junta de freguesia de Lapa dos Pinheiros no conselho de Seia.

Na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sou autor do projeto de resolução relativo à participação de cidadãos estrangeiros nas eleições autárquicas nos países membros do Conselho da Europa.

Foi, no entanto, à área das comunidades portuguesas que dediquei especial atenção como testemunham os diários da Assembleia da República e as atas da comissão de negócios estrangeiros e comunidades portuguesas, sempre na superior defesa daqueles que um dia tiveram de partir porque a pátria lhes foi madrastra, e o conselho do Sabugal não foi exceção.

Como sempre, uma vez eleito, não deixarei de lutar e defender, no lugar próprio, e em todas as instâncias, as legítimas aspirações dos cidadãos do conselho do Sabugal.

Manifesto total disponibilidade para qualquer informação complementar.

**Carlos Luis**

**Sabugal, Setembro de 2013**

(1). Só a partir da V Legislatura os trabalhos, a nível individual, se encontram informatizados. Por isso, tive de me socorrer de recortes de jornais referentes à IV e V Legislatura.





